

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

AMAZÔNIAS EM REDE: REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA NO TWITTER
ACERCA DA QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

RAPHAEL HENRIQUE CORTEZÃO

MANAUS

2021

RAPHAEL HENRIQUE CORTEZÃO

**AMAZÔNIAS EM REDE: REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA NO TWITTER
ACERCA DA QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues

MANAUS

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C828a Cortezão, Raphael Henrique
Amazônias em Rede : representações em disputa no Twitter
acerca da questão indígena na Amazônia / Raphael Henrique
Cortezão . 2021
162 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Indígena. 3. Sociedade em rede. 4.
Representações . 5. Mídias sociais. I. Rodrigues, Allan Soljenítsin
Barreto. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

RAPHAEL HENRIQUE CORTEZÃO

**AMAZÔNIAS EM REDE: REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA NO TWITTER
ACERCA DA QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovado em 31 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Walmir Albuquerque Barbosa – Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Adelson da Costa Fernando – Membro
Universidade Federal do Amazonas – ICZES-Parintins

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Luci Elaine Mota Cortezão e Francisco Henrique dos Santos, por serem desde sempre o arrimo da minha existência, o espelho no qual me inspiro como indivíduo e como cidadão e por segurarem, com todo amor e dedicação, a luz do candeeiro que iluminou minha estrada em busca do conhecimento até aqui, e também à minha esposa, Laís de Faria Sant'Ana, e minha filha, Yasmin Sant'Ana Cortezão, por seu enorme carinho e compreensão quando das minhas ausências em razão da jornada cujo resultado encontra-se, humildemente, materializado nas páginas a seguir.

AGRADECIMENTOS

A Deus e todas as forças divinas protetoras que me ampararam quando a dureza da realidade, a inexorável passagem do tempo e a aspereza da racionalidade me impediam de enxergar além das minhas limitadas forças físicas, emocionais e intelectuais.

Ao meu orientador e amigo, professor Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues, pelo apoio, incentivo, paciência, autonomia e confiança, e em especial por ter aceitado o desafio de me auxiliar na realização desta pesquisa em uma temática à margem de sua frente principal de investigação científica sobre as abordagens jornalísticas de fenômenos ambientais extremos.

A todas as professoras doutoras e professores doutores do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia que participaram diretamente do meu aprimoramento intelectual nesta jornada e colaboraram de forma ativa e salutar com suas aulas, palestras, eventos, conversas nos corredores e salas e trocas de mensagens e e-mails.

A todas as comunidades e lideranças indígenas com as quais tive contato breve ou pude conviver e conversar mais longamente ao longo dos últimos dez anos, por tanta inspiração e sabedoria compartilhados, por meio das quais me senti sensibilizado ao envolvimento com as causas dos povos indígenas e, assim, modificar de forma determinante minha cosmovisão sobre a nossa existência e a relação com o lugar que nos ensinaram na escola a chamar de Terra.

Ao Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas, em especial ao ex-procurador-chefe Edmilson da Costa Barreiros Júnior e ao atual procurador-chefe Thiago Pinheiro Corrêa, não só por terem anuído as eventuais ausências necessárias para a participação nas aulas, seminários e atividades de pesquisa, mas também por terem me proporcionado, ao confiarem a mim o exercício da função pública que lá desenvolvo há mais de nove anos, conhecer a realidade amazônica ainda mais de perto e com o olhar da busca por justiça social e promoção de direitos. Também agradeço, de forma particular, aos procuradores da República Julio José Araujo Junior e Bruna Menezes Gomes da Silva pela amizade, por tantas partilhas de experiências, aventuras e lições sobre direitos humanos, povos indígenas e cidadania, que me tornaram melhor como pessoa, jornalista e cidadão.

Aos amigos Camila Gabriel, Anália Barbosa e Kássio Jucá, principais apoiadores e incentivadores dessa jornada cheia de altos e baixos, por toda a ajuda com sugestões de melhorias, revisões ortográficas, suporte incondicional nas minhas ausências e, em especial, por serem ouvidos acolhedores e atentos e sempre os melhores abraços nos momentos de desânimo e de euforia a cada passo – não necessariamente para a frente – do processo de pesquisa.

Ao amigo Jefferson Coronel, por sua ajuda gratuita e desinteressada, fundamental para conseguir acesso à ferramenta de coleta e análise de dados relevantes que integram esta dissertação, sem a qual eu teria elementos muito mais restritos para chegar às inferências aqui trazidas.

Aos membros da banca do exame de qualificação, professores Doutores Walmir de Albuquerque Barbosa e Adelson da Costa Fernando, por todas as pertinentes e esclarecedoras contribuições e discussões trazidas a esta pesquisa, por meio das quais pude reorganizar alguns arranjos e perceber a necessidade de avançar mais e melhor em questões centrais para minha proposta de pesquisa.

A cada um, cada uma colega de estudos, debates, indignações e desesperos epistemológicos da turma de mestrado do PPGSCA com ingresso em 2018, por tantas contribuições, diretas e indiretas, com meu amadurecimento intelectual e com meu processo de pesquisa. Sempre terei muito orgulho e gratidão por ter multiplicado conhecimento com vocês.

E, por fim, a todas e todos que participaram e contribuíram de alguma forma com esse processo que me trouxe até aqui, toda a gratidão do universo!

*Cantar, dançar e viver a experiência mágica de
suspender o céu é comum em muitas tradições.
Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte;
não o horizonte prospectivo, mas um existencial.
É enriquecer nossas subjetividades, que é a matéria
que este tempo que nós vivemos quer consumir.
Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também
uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades.
Então vamos vivê-las com a liberdade que fomos capazes de inventar,
não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada
de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos,
ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões,
nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais,
e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui
é diferente do outro, como constelações.*

Ailton Krenak. Ideias para adiar o fim do mundo

RESUMO

A noção de construção social do conceito de Amazônia e de seus povos originários a partir de visões exógenas representam os alicerces das reflexões propostas neste trabalho, intitulado *Amazônias em rede: representações em disputa no Twitter acerca da questão indígena na Amazônia*. Reforçada ao longo dos séculos pela assunção ao status de versão oficial institucionalizada da história, essa visão segue presente, ainda que por vezes reelaborada, nos discursos pós-modernos acerca da questão indígena na Amazônia, não só nos livros didáticos, na imprensa e nos discursos políticos como outrora, mas também nas representações elaboradas e difundidas diversos outros atores na sociedade em rede. Nesse processo, tem-se na virtualização das relações e no surgimento da autocomunicação de massa por meio da internet um importante aspecto a ser observado e analisado como uma arena cada vez mais proeminente de disputas simbólicas pela prevalência sobre as representações elaboradas e difundidas sem qualquer fronteira geográfica ou temporal pelos participantes das redes ali estabelecidas. Com base nesses pressupostos, a presente pesquisa objetiva analisar representações em redes sociais virtuais e identificar atores e sentimentos ali manifestados acerca da questão indígena na Amazônia, primordialmente a partir de mensagens divulgadas por meio da plataforma de mídia social Twitter, coletadas e analisadas sistematicamente entre os meses de agosto a novembro de 2019. Essas representações se mostraram marcadas pelo agenciamento da mídia na definição dos assuntos repercutidos nas interações, bem como pela predominância da associação entre as questões indígenas e a ideia de Amazônia como lugar no mundo por atores externos à região, com forte vinculação à problemática ambiental.

Palavras-chave: Amazônia; indígena; sociedade em rede; representações; mídias sociais.

ABSTRACT

The notion of social construction of the Amazon concept and its native peoples from exogenous visions represents the foundation of the reflections proposed in this work, entitled “Networked Amazonias: representations in dispute on Twitter about the indigenous issue in the Amazon. Reinforced over the centuries by the assumption of the status of an official institutionalized version of history, this vision remains present, although sometimes reworked, in postmodern discourses on the indigenous issue in the Amazon, not only in textbooks, in the press and in speeches political as before, but also in the representations elaborated and disseminated by several other actors in the network society. In this process, the virtualization of relationships and the emergence of mass self-communication through the internet is an important aspect to be observed and analyzed as an increasingly prominent arena of symbolic disputes for the prevalence over the representations elaborated and disseminated without any geographical or temporal frontier by the participants of the networks established there. Based on these assumptions, the present research aims to analyze representations in virtual social networks and to identify actors and feelings expressed there about the indigenous issue in the Amazon, primarily from messages disseminated through the social media platform Twitter, collected and analyzed systematically from August to November 2019. These representations were marked by the media agency in defining the issues reflected in the interactions, as well as by the predominance of the association between indigenous issues and the idea of the Amazon as a place in the world by actors external to the region, strongly linked to environmental issues.

Keywords: Amazon; indigenous; network Society; representations; social media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Panorama de dados coletados no Twitter entre agosto e novembro de 2019	114
Figura 2 - Publicações coletadas por dia	118
Figura 3 - Nuvem de palavras mencionadas na amostra dos dados	120
Figura 4 - Nuvem de Hashtags mencionadas na amostra dos dados	122
Figura 5 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em agosto	124
Figura 6 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em setembro	124
Figura 7 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em outubro	125
Figura 8 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em novembro	125
Figura 9 – Categorias de usuários únicos	126
Figura 10 – Interações em posts de publicadores únicos em agosto de 2019	129
Figura 11 - Interações em torno de publicação do perfil @catracalivre em agosto de 2019 .	130
Figura 12 - Interações em torno de publicação do perfil @RogerioCorreia_ em agosto de 2019	130
Figura 13 - Interações em torno de publicação do perfil @midianinja em agosto de 2019 ...	131
Figura 14 - Interações em torno de publicação do perfil @Raffi_RC em agosto de 2019.....	132
Figura 15 - Interações em torno de publicação do perfil @hivos em agosto de 2019	133
Figura 16 – Interações em torno de publicação do perfil @g1 em agosto de 2019	134
Figura 17 - Interações em posts de publicadores únicos em setembro de 2019	136
Figura 18 - Interações em posts de publicadores únicos em outubro de 2019	136
Figura 19 – Interações em torno de publicação do perfil @AP em outubro de 2019	137
Figura 20 - Interações em torno de publicação do perfil @CBCNews em outubro de 2019 .	138
Figura 21 - Interações em posts de publicadores únicos em novembro de 2019	139
Figura 22 - Interações em torno de publicação do perfil @ForoPenalENG em novembro de 2019	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Publicadores mais influentes	116
Tabela 2 - Publicadores com maior número de postagens	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
AMAZÔNIAS IDEADAS, AVENTADAS E DESCOLONIZADAS	19
1. MÚLTIPLAS AMAZÔNIAS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	20
1.1 Teoria das Representações Sociais como prisma de análise das múltiplas Amazôniaas....	23
1.2 As Euroamazônias dos colonizadores.....	27
1.3 As Amazôniaas em tons de verde	33
1.4 As Amazôniaas indígenas.....	40
1.5 Amazôniaas descolonizadas?.....	59
AMAZÔNIAS EM REDE.....	66
2. TECITURAS DE PODER NAS AMAZÔNIAS MUNDIALIZADAS	67
2.1 Dinâmicas de poder na sociedade em rede global	69
2.1.1 <i>Caracterização da sociedade em rede.....</i>	<i>75</i>
2.2 Desenvolvimento regional e transnacionalização da Amazônia.....	80
2.3 Reconfigurações das Amazôniaas na sociedade em rede	85
2.4 Desafios e perspectivas das Amazôniaas Indígenas em rede	95
AMAZÔNIAS INDÍGENAS EM REDE NA ARENA DO TWITTER.....	104
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	105
3.1 Locus principal da pesquisa: o Twitter	107
3.2 Amostragem e coleta de dados.....	110
3.3 Panorama contextual de análise e discussão dos dados de campo	113
3.4 Categorização dos dados de campo pelo prisma da Teoria Fundamentalada.....	123
3.5 Análise de redes para mídia social	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

A temática central da proposta de pesquisa traz como cerne a questão indígena na Amazônia como palco de tensões e disputas cada vez mais acirradas em função das pressões de ordem político-econômica, principalmente, sobre os territórios ocupados ou por esses povos reivindicados. A preocupação que dá origem à pesquisa funda-se na observação preliminar de ações e discursos cada vez mais opressores, advindos especialmente de influentes setores da sociedade como a classe política, a imprensa, órgãos públicos e grandes conglomerados empresariais de áreas como a mineração e o agronegócio, que participam diretamente do processo de produção de representações sociais difundidas sobre a questão indígena amazônica em todo o mundo. Estão englobadas pela ideia de questão indígena objeto desta pesquisa os principais desafios relacionados à existência e afirmação da identidade étnica indígena na Amazônia, com destaque especial para as tensões em torno dos direitos ao território e à etnicidade.

Há muito se tem clareza, a partir de inúmeros estudos e publicações, de que os territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas sofrem constantes ataques vindos das mais diversas esferas sócio-políticas, boa parte delas com sucesso. Nesse processo, tem-se na virtualização das relações e no surgimento da autocomunicação de massa (CASTELLS, 2017a) por meio da internet, um importante fator a ser observado e analisado como uma arena cada vez mais proeminente de disputas simbólicas pela prevalência sobre as representações elaboradas – e difundidas sem qualquer fronteira geográfica ou temporal – pelos participantes das redes ali estabelecidas acerca dos mais diversos aspectos da vida em sociedade, o que inclui essas tensões relacionadas aos territórios ocupados tradicionalmente pelos povos indígenas da Amazônia. A partir desse recorte temático, definiu-se como objeto da pesquisa as representações sociais presentes nos discursos veiculados sobre a questão indígena na Amazônia, tendo como locus principal a plataforma de mídia social Twitter.

Ao lançar o olhar proposto nesta pesquisa, busca-se acender luzes para responder: no contexto da nova dinâmica de redes virtuais heterogêneas que concebem uma estrutura invisível da sociedade, quais sentimentos permeiam as representações discursivas sobre os povos indígenas da Amazônia circulantes no ciberespaço? Que categorias de atores catalisam as principais vertentes discursivas dessas representações no Twitter? Há indígenas presentes nesses ambientes virtuais se apropriando dessas ferramentas e reagindo a tais representações? Se sim, que representações sociais eles difundem sobre suas questões?

Para dar conta do desafio de acender lamparinas para iluminar possíveis caminhos até respostas para estes questionamentos, é necessário efetivamente adotar postura e procedimentos interdisciplinares, por meio de ferramentas metodológicas e edifícios teóricos de várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, como a Comunicação, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a História, entre outras, e até mesmo de áreas do saber como a Estatística e as Tecnologias da Informação e da Comunicação, buscando também na realidade objetiva as relações contextuais necessárias para compreender as dinâmicas decorrentes da sociedade em rede e suas implicações objetivas e subjetivas para a Amazônia.

Nesse sentido, a pesquisa teve como propósito principal analisar representações em redes sociais virtuais e categorizar atores e sentimentos ali manifestados acerca da questão indígena na Amazônia, primordialmente a partir de mensagens divulgadas por meio da plataforma de mídia social Twitter. Para tal, fez-se necessário, primeiramente, caracterizar histórica, política e geograficamente a questão indígena na região amazônica sob a perspectiva descolonizante da visão de Amazônia para trazer à discussão os reflexos produzidos pela nova dinâmica mundial pós-globalização também para esse contexto. O resgate das raízes epistemológicas da visão do ciberespaço como uma dimensão das redes informacionais de comunicação que também constituem o espaço geográfico no qual se dão as disputas de poder na sociedade em rede também se fez necessário para dar suporte teórico e contextual às análises e inferências produzidas a partir dos dados coletados.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, procedeu-se à caracterização das principais vozes que publicam mensagens com representações sobre indígenas da Amazônia na mídia social virtual Twitter, bem como à classificação dos principais temas e sentimentos sinalizados por esses atores nas mensagens analisadas. Nesse contexto, e como forma de trazer a voz dos principais sujeitos representados nesse discurso, buscou-se ainda identificar e evidenciar a presença e a visão de indígenas ativos nas mídias sociais acerca das representações sobre as diversas Amazônias indígenas nesse ambiente virtual de disputa de poder.

No universo de objetos passíveis de recortes para fins de estudos científicos sociais e culturais na Amazônia Internacional ou Pan-Amazônia – que reúne 7,8 milhões de quilômetros quadrados, 12 bacias e 158 sub-bacias, estende-se pela Bolívia (6,2%), Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guiana (2,8%), Peru (10,1%), Suriname (2,1%), Venezuela (5,8%) e Guiana Francesa (1,1%) – o enfoque nas representações sobre a questão indígena assume relevância por diversos aspectos, tais como o fato de a região concentrar cerca de 1,6 milhão de indígenas e 385 povos indígenas, segundo a última rodada de censos disponível (BANCO, 2015), o que resulta em acirramentos latentes de tensões dentro e fora do ambiente

virtual. A baixa presença dos povos indígenas nessas redes virtuais de produção e difusão de representações, por diversos fatores, também contribui para conferir relevância ao estudo proposto. Afinal, o que dizem os não-indígenas sobre os indígenas em um espaço de fala pouco ou nada ocupado pelos sujeitos das representações?

A pergunta acima conduz à âncora que assenta a importância do presente projeto: com a pesquisa, busca-se compreender as representações comunicadas por indivíduos e grupos sociais virtualmente conectados em redes existentes no ciberespaço a respeito da questão indígena na Amazônia. Debruçar-se sobre as repercussões dessa nova lógica global de produção, reprodução e circulação de ativos culturais na sociedade em rede, olhando a partir do multifacetado prisma local representado pela Amazônia, certamente contribuirá com o debate sobre o papel das redes virtuais nesse momento de reconfiguração dos espaços pós-modernos de formação de opiniões e tomada de decisões, de formatação de discursos em torno de temas relevantes e de agendamento das relações sociais entre os mais diversos grupos que, antes separados pela latitude e longitude geográficas, agora se veem frente a frente de forma recorrente e permanente, suplantando barreiras espaço-temporais. Os resultados das análises propostas nesta pesquisa devem, inclusive, identificar a força das conexões existentes e quais usuários assumem a centralidade das redes no Twitter em torno da temática pesquisada.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reforçam a fala há muito difundida no mundo sobre o avanço da internet enquanto meio de comunicação, de interação social e de dimensão da vida contemporânea. No mais recente relatório divulgado, a fundação pública aponta um crescimento paulatino do acesso à internet por meio de microcomputador no Brasil saltando de 6,3%, em 2004 para 25,7% em 2012. O acesso à Internet por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador, tais como telefone móvel celular, tablet, televisão e outros, só passou a ser investigado pelo IBGE em 2013. Verificou-se que, em 2014, mais da metade dos domicílios passaram a ter acesso à internet, (54,9%) o equivalente a 36,8 milhões de domicílios. Em 2015, a expansão continuou ocorrendo, ao alcançar 57,8%, correspondente a 39,3 milhões de domicílios, havendo uma clara concentração do acesso na área urbana – 63,9% na área urbana e 21,2% na área rural (ACESSO, 2016a; ACESSO, 2016b).

A compilação de acessos individuais de usuários na América do Sul para o mês de dezembro de 2020, monitorada e divulgada pelo site internacional Internet World Stats¹,

¹ Site internacional mantido pelo Miniwatts Marketing Group que divulga informações mundiais atualizadas, estatísticas de população, de mídias sociais e dados de pesquisa de mercado sobre a Internet para mais de 243 países e regiões do mundo. Disponível no endereço < <https://www.internetworldstats.com/stats15.htm#south>>.

indicou a existência de aproximadamente 307 milhões de usuários de internet, o que representa que 71,8% da população estimada total da América do Sul possui acesso à internet. Somente no Brasil, a última medição da entidade, ocorrida em dezembro de 2017, indicou a existência de 149 milhões de usuários de internet, o que já representa 70,7% da população estimada para o ano de 2018. Aqueles que utilizam de forma ativa as mídias sociais somam 139 milhões, de acordo com dados da entidade, representando 65,9% da população do país.

A análise dos dados estatísticos acima elencados resulta na inegável conclusão de que a interação virtual segue em ampla ascensão, o que denota a importância de pesquisas que se proponham a lançar um olhar qualificado – também sob o ponto de vista das ciências humanas e sociais – em relação aos fenômenos de representação desenvolvidos a partir dessas redes virtuais compostas pelos usuários, observados seus novos e antigos paradigmas de forma contextualizada. No atual contexto político mundial, em que o patrimônio social, cultural e ambiental nas mais diversas regiões – sobretudo na Amazônia – sofrem pressões advindas majoritariamente de fortes grupos econômicos ligados à agropecuária, faz-se ainda mais fundamental observar e compreender as abordagens do público que interage virtualmente nas redes para vislumbrar a percepção adquirida ou construída e, por fim, reproduzida sobre a temática amazônica.

Manuel Castells (1999; 2003; 2017a; 2019) destaca as transformações provocadas em nossa cultura por esse sistema tecnológico. A cada novo passo na direção de uma realidade virtualizada, é perceptível as alterações culturais consequentes. Para além do surgimento de novas ferramentas, a centralidade da internet em nosso cotidiano é uma realidade incontestável – tal premissa ficou ainda mais evidente após o início da pandemia de covid-19 em todo o mundo. Essa exigência na fluidez para circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro de que trata Milton Santos (2004), é baseada nas redes técnicas das quais a internet é parte importante e tornou-se responsável por modificar substancialmente a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. “Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma de tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 565). Não fosse o dinamismo e as possibilidades de ruptura das dimensões espacial e temporal, os efeitos decorrentes das medidas impostas pelas autoridades de saúde em todo o mundo para conter a transmissão do novo coronavírus teriam sido exponencialmente mais deletérios e estruturais.

A decisão metodológica pela análise das representações sociais circulantes na rede social Twitter sobre povos indígenas na Amazônia se deve ao fato de que a ferramenta possui

base de dados para monitoramento com acesso aberto – diferentemente do Facebook e Instagram, por exemplo – e também porque a rede tem se revelado uma espécie de reduto menos fechado em si que outras redes, por meio da qual são difundidos comentários, críticas e observações, levando os internautas a desenvolverem discursos e defenderem pontos de vista. Nos últimos anos, essa ferramenta tem funcionado como importante reduto de debates políticos acalorados, sobretudo a partir do uso pelo ex-presidente americano Barack Obama na campanha de 2008, mais recentemente e pelo também ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, que utilizou a ferramenta como principal plataforma de anúncios políticos e manifestações públicas sobre assuntos polêmicos. Tal prática, que volta ainda mais o olhar para o Twitter como espaço político estratégico, também vem sendo utilizado como principal plataforma de comunicação com sua base de eleitores e apoiadores pelo atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. Criado em 2006, nos Estados Unidos, o serviço é gratuito e pode ser utilizado por qualquer usuário da internet.

A plataforma permite o envio e recebimento de mensagens de texto, fotos, vídeos e hiperlinks de até 280 caracteres, intitulados *tweets*, e é amplamente utilizada em todo o mundo, com destaque para o Brasil. No relatório² divulgado sobre o desempenho do Twitter último trimestre de 2020, a companhia anunciou um crescimento recorde de 34% na base de usuários em relação ao ano anterior. Os recordes de crescimento vêm sendo batidos a cada nova medição: no primeiro trimestre de 2020, registrou-se um aumento de 24% no número de usuários, até então a maior marca da companhia. Entre as duas últimas medições, passou de 166 milhões para 186 milhões o total de usuários que compartilham diariamente representações sobre os mais variados temas em interações com outros usuários da plataforma de rede social, contribuindo para agendar assuntos de destaque nos principais veículos de mídia do mundo.

Na mesma esteira teórica que vê no Twitter “uma verdadeira arena digital global: universidade, clube de entretenimento, ‘termômetro’ social e político, instrumento de resistência civil, palco cultural, arena de conversações contínuas” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 66), esta proposta de pesquisa considera que essas tecnologias inserem “uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental. Portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas” (SODRÉ, 2010, p. 27), de modo a ser, por essas características, valioso meio de estudo das interações sociais virtuais e dos efeitos produzidos pelas representações que circulam

² O relatório na íntegra está disponível, apenas em inglês, no endereço:

https://s22.q4cdn.com/826641620/files/doc_financials/2020/q2/Q2-2020-Shareholder-Letter.pdf

nesses espaços em diversos âmbitos da vida em sociedade. Se a sociedade em rede é caracterizada pela contraposição entre a lógica da rede global e a existência de múltiplas identidades locais (CASTELLS, 2017a), o que se quer iluminar, com esta pesquisa, é exatamente quais são as características da identidade cultural amazônica representada em redes digitais de comunicação social.

Seção 1:
AMAZÔNIAS IDEADAS, AVENTADAS E
DESCOLONIZADAS

1. MÚLTIPLAS AMAZÔNIAS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Todo o trabalho intelectual que, a título de exemplo, permitiu ao sociólogo germânico Norbert Elias (1993; 2001) analisar as modificações da natureza pelo homem, as figurações existentes nos variados contextos sociais e as redes de interdependência manifestadas nas mais diversas fases do percurso civilizatório da humanidade³ seria impossível sem a existência da escrita e, conseqüentemente, de tudo o que a cristalização das ideias por meio da linguagem permitida por ela possibilitou registrar. Esses registros carregam consigo o poder de construir imagens socialmente difundidas acerca de lugares, ideias e sujeitos, que se vestem daquilo que Nietzsche (1997) denomina vontade de verdade⁴, já que são considerados documentos históricos que carregam informação original, à qual clássicos da historiografia historicista defendem voltar para investigar a história, inclusive sob o viés dos problemas sociológicos, sem o impulso do presente que chega a desfigurá-la. É também por meio dos livros, das edições e das bibliotecas que esse sistema de exclusão se locupleta, institucionalizando-se e legitimando-se por meio da credibilidade atribuída aos intelectuais que desempenham na sociedade a função de organizar a cultura (GRAMSCI, 1987).

Ao passo que as narrativas produzidas e registradas como produtos da história permitem o contato com elementos dessa história já não mais presentes hodiernamente, o mister acadêmico obriga o pesquisador a se questionar sobre os propósitos da subjetivação promovida por meio desses registros e, assim, imbuir-se de olhar crítico capaz de reconhecer a linguagem, principal ferramenta dessas narrativas, como um dos instrumentos fortemente atuantes nesse processo de subjetivação do sujeito, de modo a submetê-lo a um processo de regulação ou

³ O denso estudo da sociologia processual de Norbert Elias sobre o lema da civilidade se baseia, em grande parte, na análise de leis, tratados e manuais de civilidade e em clássicos da historiografia, recorrendo, portanto, a construções narrativas imbuídas de vontade de verdade.

⁴ Conceitos centrais na filosofia de Nietzsche (1972, 1997, 1999), “vontade de poder” e “vontade de verdade” são noções-base para as extensas críticas que o filósofo alemão fez ao cristianismo e à filosofia ocidental socrática em várias de suas obras. De maneira bastante resumida, pode-se definir aqui a vontade de poder como a razão de ser dos sistemas morais e do desejo de dominação de uns sobre os outros, uma unidade básica inerente à vida humana que não é nem boa, nem má, pois possui várias manifestações – a criatividade artística seria uma espécie de manifestação sublimada desejo de poder, por exemplo. Já a vontade de verdade – célula-mãe da metafísica – representa a busca incessante do humano por uma verdade absoluta e incontestável sobre a realidade, cujo objetivo prático e político seria limitar vontades e desejos, impor normas à vida e regular o pensamento. Uma ilusão que, conforme a filosofia nietzschiana, sustenta todo o conjunto de noções difundido pela filosofia socrática e pela religião, a partir da valorização da fraqueza e da humildade como qualidades necessárias à experiência de viver em meio ao caos da imponderabilidade dos fenômenos complexos que fogem à razão.

autorregulação (DELEUZE, 2001)⁵. Trata-se de um dos mais complexos e importantes sistemas simbólicos utilizados para os mais diversos fins na sociedade, sistemas estes que podem ser definidos como

[...] instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BORDIEU, 1989, p.11).

O poder e os perigos do discurso são objetos da inquietação intelectual de Michel Foucault (1985; 1999, 2004) em parte significativa de sua obra. Sua argumentação em busca de entender a ordem do discurso parte do pressuposto de que, como regra em todas as sociedades, “a produção do discurso é, ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2004, p. 8). O primeiro grupo desses procedimentos apontados pela teoria foucaultiana – de exclusão – é fundamental para entender o processo de subjetivação a que as ações e os sujeitos sociais são submetidos por meio do ato de dizer. No complexo cruzamento de três fortes sistemas de exclusão, é justamente o da vontade de verdade o mais proeminente, por atrair para si, modificar e reorientar os outros dois: a interdição e a segregação da loucura. É por meio desse procedimento que o discurso autorizado é revestido de uma aura inquestionável, aqueles seres credenciados institucionalmente para o exercício da fala detêm o monopólio de produzir efeitos de verdade.

Como seria possível termos acesso a informações em detalhes sobre os modos de vida, a cultura, a economia e as formas de organização social de povos que viveram há milênios nos mais variados rincões do planeta senão por meio dos registros? De que fontes emprestamos as visões, as percepções que guardamos em nossas memórias sobre países e culturas em relação às quais nunca tivemos contato primário se não dos registros que nos chegam sobre eles? Quantas crianças, adolescentes e adultos em processo de formação intelectual questionaram a

⁵ No texto deleuziano, a noção subjetividade de David Hume é sustentada como a crítica mais consistente à ideia de representação difundida pela filosofia ocidental. A identidade, para ele, adquire status de definição provisória, passível de mudança a partir das experiências sociais vivenciadas no contexto temporário de um conjunto de afirmações e crenças decorrentes dos hábitos de um indivíduo, negando, portanto, a existência de uma subjetividade geral e imutável, assumindo que o “espírito” é imanente e, por consequência, afastando-se do pensamento platônico/hegeliano de que a alma ou consciência humana se baseia em uma essência eterna e divina.

versão que os livros traziam sobre acontecimentos históricos do passado ou realidades geopolíticas distantes das deles, uma vez que estavam ali sacramentados pela educação formal como verdade absoluta? A Amazônia representada pela mídia não seria a imagem assimilada e difundida pelos brasileiros e estrangeiros que nunca aqui estiveram? Esses questionamentos provocam reflexões importantes cujas respostas, sempre múltiplas e complexas, oferecem pistas para chegar ao cerne deste capítulo: a caracterização de algumas das diversas Amazônias representadas socialmente, com olhar especialmente detido sobre aquelas relacionadas aos povos indígenas da região – no plural, sim, pois defende-se aqui a impossibilidade científica de unificar e sintetizar, de forma minimamente razoável, a um só padrão, a história, a existência sociocultural e as formas de resistência de tantas diferentes nações indígenas que devem ser contempladas nesse universo contido na noção de Amazônia.

Uma série de requisitos, de critérios de inclusão e exclusão adotados ao longo da história para definir a quem será dado o direito de produzir efeitos de verdade e a quem será negado acesso a esse domínio em cada figuração. As instituições legitimadoras determinam quem está autorizado e quem será interditado na arena de produção de verdades coletivas, de acordo com os lugares sociais de onde falam, as relações que estabelecem, os hábitos e rotinas que adotam. Dessa forma, materializam os procedimentos de interdição que trata Foucault (2004) em seus estudos sobre o poder do discurso. Dominar as práticas discursivas, nesse contexto, se mostra um indispensável requisito para tornar possível a inclusão no seletivo grupo dos legitimados produtores dessas verdades, que encontram no suporte institucional das sociedades científicas, dos livros, dos tratados, das bibliotecas – em geral, dispositivos relacionados ao Estado – reforço e recondução da vontade de verdade produzida por esses aparatos de controle, em um processo que caminha lado a lado com a vontade de poder na sociedade. Essas verdades institucionalizadas ocupam significativos espaços nas estantes de referências comuns e individuais consultadas por integrantes de uma sociedade ao idearem e comunicarem conceitos e pensamentos sobre pessoas, grupos e fenômenos sociais.

Esse emaranhado de referências a partir das quais passa-se a conceber e tipificar tudo aquilo que existe e acontece, física ou metafisicamente, para então materializar essas ideias e conceitos por meio das linguagens comunicativas, compõe parte importante do núcleo desta pesquisa, ao propor uma investigação sobre as representações difundidas por usuários de uma plataforma de rede social virtual acerca da questão indígena na Amazônia. Mormente neste capítulo, em que se busca evidenciar aspectos relacionados às diferentes representações existentes em torno da noção de Amazônia e de seus povos indígenas ao longo da história, adota-se como suporte teórico a Teoria das Representações Sociais, apresentada por Moscovici

(2001; 2004; 2009) e desenvolvida também por Jodelet (1989; 2009), com o objetivo de sustentar uma análise capaz de enfrentar o desafio de investigar os complexos processos de representação social permeados por dinâmicas sociais, linguagens e formas de comunicar os pensamentos relacionados ao tema central da pesquisa. Interdisciplinar desde sua concepção, essa corrente teórica buscou romper com os métodos científicos hegemônicos da sociologia e da psicologia para proporcionar uma visão distinta sobre o individual e o coletivo no processo de compreensão social.

1.1 Teoria das Representações Sociais como prisma de análise das múltiplas Amazônias

A elucidativa exemplificação de Jodelet (1989) sobre o processo de elaboração das representações em torno da Aids, entre os anos 70 e 90, traz à tona diversas nuances a partir das quais se pode visualizar, na prática, dos fenômenos que figuram no centro das preocupações epistemológicas das ciências humanas e sociais e que constituem o objeto da Teoria das Representações Sociais: como são formadas as ideias a partir das quais os sujeitos e grupos sociais concebem e interpretam tudo aquilo que existe na nossa realidade cotidiana. Antes de a doença ser estudada e compreendida mediante pesquisas científicas, cabia apenas às próprias pessoas e grupos elaborar, com base nos dados ao seu alcance, suas teorias sobre as pessoas com a doença desconhecida e suas formas de transmissão.

As informações sobre as formas de transmissão associadas ao peso das instâncias religiosas que sustentavam a defesa de uma moral conservadora geraram interpretações ligadas à ideia de punição pela libertinagem sexual, uma visão moral que impregnou as representações sobre a doença e os acometidos por ela de estigmas sociais negativos, preconceituosos e excludentes, até hoje fortemente reproduzidos. Assim também se deu em relação às formas de transmissão da doença – por muito tempo acreditou-se e divulgou-se ser possível transmitir a Aids pela saliva e suor. Diante de algo desconhecido que se coloca como real e ameaçador no horizonte social, o ímpeto do indivíduo em compreender, dominar e se defender desse mal o leva a elaborar representações com base naquilo que já conhece e compreende, a partir de suas referências. Trata-se, portanto, de representações simbólicas, mediadas pela linguagem.

Segundo Moscovici (2001; 2009), aquilo que não é familiar a um indivíduo causa desconforto. Daí a necessidade de dar ao desconhecido uma feição que pareça familiar, com base nas vivências, nos valores e convenções aceitos naquele grupo. O processo de

representação, por essa corrente teórica, não se resume a fatos sociais coletivos⁶, pois possui uma tessitura psicológica individual ao mesmo tempo em que contempla a interação social dos sujeitos, com repercussões físicas e cognitivas nos domínios do conhecimento aprendido e do conhecimento experienciado, tanto do sujeito como da sociedade. A premissa da qual parte a teoria não concebe o mundo interno e o mundo externo do sujeito de forma apartada. Também sustenta ser preciso abandonar, como premissa, a visão estática individualista da ação dos grupos sociais, que não leva em conta o papel das relações e das interações entre as pessoas e desconsidera as intenções dos atores sociais.

Retomando a exemplificação relacionada à concepção da Aids enquanto ideia para aclarar ainda mais as noções que embasam a Teoria das Representações Sociais, tem-se que

duas representações, uma moral e outra biológica, constroem-se para acolher um elemento novo – e veremos que se trata de uma função cognitiva importante da representação social. Estas se instalam sobre valores variáveis segundo os grupos sociais dos quais retiram suas significações, bem como sobre os saberes anteriores reativados por uma situação social particular [...]. São ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, bem como à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva do indivíduo (JODELET, 1989, p. 4)

Participam ativa e determinadamente da elaboração das representações as dimensões e elos institucionais presentes nos diversos contextos socioculturais e as redes de comunicação, sejam midiáticas ou informais. Esses sistemas de interpretação que dirigem nossa relação com o mundo e com os outros criam versões da realidade que abraçam expressões de linguagem – palavras, imagens – repletas de significações que se traduzem em uma espécie de visão compartilhada da realidade assumida pelos próprios grupos ou indivíduos autores das representações e expressa nas definições específicas que estes constroem para guiar as ações e trocas cotidianas: o famigerado senso comum. Muitas vezes desprezado ou visto com descrédito nos círculos científicos, esse grupo de saberes consensuais sociais é uma das grandes referências de Moscovici no estudo das representações, ao ponto de diferenciá-los dos conhecimentos científicos, mas sem inferiorizá-los ou deslegitimá-los. “Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 2009, p. 26).

⁶ A noção inicial de Durkheim sobre representações coletivas foi o ponto de partida sociológico utilizado por Moscovici para enfrentar a corrente individualista da psicologia social vigente em sua época, em especial na América do Norte. Convencido de que havia leis distintas para elucidar os fenômenos sociais e os individuais, Durkheim defendia que as representações coletivas eram fatos sociais, forjados na consciência coletiva, portanto, domínio exclusivo da sociologia. Caberia à psicologia o estudo das representações individuais, consideradas pelo sociólogo como totalmente apartadas da consciência coletiva.

De forma geral, é possível afirmar que o surgimento de uma representação social, enquanto fenômeno psicossocial, deve ser entendido a partir do seu contexto de produção e está intimamente ligado à ocorrência de, pelo menos, três fenômenos relacionados ao pensamento natural de um grupo diante de um objeto socialmente significativo para ele, segundo Moscovici (2009). São eles: defasagem e dispersão de informação, focalização e pressão à inferência.

Diante de um objeto em relação ao qual não possui condições de acesso e exposição a informações que possam servir de referencial para os processos de ancoragem e objetivação, um grupo tende a buscar em seus próprios valores e experiências pessoais ou sociais ideias que possam dar algum sentido ao desconhecido, resultando no fenômeno de defasagem e dispersão da informação. Os possíveis efeitos desse fenômeno sobre os conteúdos representativos são as distorções (o juízo sobre o objeto se baseia em características presentes nele, mas algumas delas são ressaltadas ou abrandadas, transformando a avaliação de suas qualidades), as suplementações (sentidos e predicados não específicos sobre o objeto representados são a ele atribuídos pelo grupo) e as subtrações (qualidades do objeto são eliminadas com base em preceitos sociais postos ou defendidos pelo grupo social).

Em um ambiente social com inúmeros aspectos a serem observados e representados na realidade, a disposição dos sujeitos para demonstrar atenção ou desinteresse por determinada característica dos objetos é variável, caminhando de acordo com os valores, posicionamentos ideológicos, tradições históricas e hábitos do grupo social ao qual o sujeito autor da representação pertence. Trata-se do fenômeno da focalização. Uma mulher em plena ascensão na carreira profissional e que sequer pensa em ter filhos tende a dar menos ênfase a aspectos da realidade relacionados à maternidade do que alguém que está grávida, por exemplo.

O terceiro fenômeno capaz de intervir na relação realidade social-representação social-atividade do sujeito decorrente do pensamento natural é a pressão à inferência. Santos (1994b) explica esse fenômeno previsto na Teoria das Representações Sociais a partir da noção de consenso de opinião do grupo social ao qual o sujeito autor da representação pertence. O sujeito é submetido a pressões e exigências, sejam tácitas ou explícitas, para que adira às opiniões dominantes e pré-fabricadas do grupo e atenda suas expectativas e, por sua vez, age no sentido de estabilizar os significados para ter sua representação validada, comunicando aquelas representações mais comumente compartilhadas pelo grupo e com maior probabilidade de entendimento e aceitação.

Com o propósito de caracterizar melhor o pensamento natural que predomina no senso comum e sua participação na elaboração das representações, Moscovici (2009) elenca uma série de características que o diferenciam do pensamento científico. A principal delas seria a

orientação para a qual estão voltados: enquanto o pensamento científico busca erigir verdades duradouras, documentadas e passíveis de transmissão, o pensamento natural tem suas bases nas tradições e ideias cotidianas comunicadas entre os membros do grupo por meio da oralidade, sem compromisso inexorável com a durabilidade ou longevidade de sua validade. Esse tipo de pensamento oral é orientado para a expressão e criação de opiniões cujo intuito é influenciar, garantir aprovação ou ainda orientar a comunicação e as práticas sociais. Em vez de se basear em critérios aleatórios, o pensamento natural carrega consigo um caráter normativo em seu sistema de organização que implica a utilização de regras lógicas – quase sempre de forma inconsciente – para produzir as representações sociais. O uso da lógica deixa de ser regra, de acordo com a teoria, diante de valores socialmente vigentes.

Antes de passar a discutir mais diretamente os processos de representação relacionados à noção de Amazônia, faz-se necessário ressaltar alguns atributos do pensamento natural que tiveram forte repercussão nas representações a serem aqui mais detidamente discutidas. Moscovici (2009) caracteriza-os, basicamente, em dois grupos: recursos irregulares e princípios regulares do pensamento, por meio dos quais a representação social se constitui como organização cognitiva. No contexto das funções cognitivas irregulares, o autor destaca a existência da *repetição informal*, que ocorre quando os objetos e fatos sociais são representados a partir de modelos convencionais, de discursos consolidados, sem preocupação alguma com a integração coerente desses objetos e fatos em um contexto mais amplo; a *causalidade mista*, em que os sujeitos apontam causalidade entre acontecimentos ou objetos, sem que a relação de causa-efeito entre eles realmente exista do ponto de vista lógico; e o *primado da conclusão*, atributo do pensamento natural que prevê a existência de limites estabelecidos a partir de representações cristalizadas que condicionam o desenvolvimento do raciocínio a uma arena de pressões sociais na qual conclusões prévias dominantes orientam os resultados das ações e o sentidos das comunicações entre os sujeitos.

No grupo dos princípios de organização intelectual regulares, a Teoria das Representações Sociais analisa o raciocínio por analogia e o princípio da compensação. O primeiro deles, ligado à criação de definições e características de novos objetos a serem representados, ocupa lugar central na atividade cognitiva e linguística e é processada por meio de distinção de semelhanças e diferenças com outros objetos e fenômenos já conhecidos, ao mesmo tempo em que, procedendo à generalização, pacifica e domina o desconhecido atribuindo-lhe impositivamente um modelo pré-existente. O princípio da compensação, por sua vez, é o processo cognitivo que busca minimizar contradições na elaboração de representações, tal qual busca a ciência, mas em vez de recorrer a métodos e critérios de verossimilhança e não-

contradição, baseia sua busca por unidade em um sistema de valores, preferências e crenças cujo propósito vai além de simplesmente eliminar a contradição entre a visão hegemônica daquele grupo e outra possibilidade, pois busca modificar a outra visão ao submetê-la como parte de um todo para diluir subjetividades e garantir uma unidade.

As contribuições de Jodelet (2003) para a compreensão dos efeitos das representações sociais ao longo do tempo demonstram, a partir da diferenciação entre a ótica da psicologia social e a ótica da história, que as representações afetam muito mais comumente o tempo atual e acelerado ou o passado recente, incluindo temeridades conjunturais como efeito dos meios de comunicação. No entanto, há exemplos em estudos acadêmicos⁷ de representações sociais que rompem a barreira do agora e se contemporizam no longo prazo e tal possibilidade está abarcada, inclusive, pela tipificação de Moscovici (1988), que denomina de hegemônicas aquelas representações capazes de transpor os grupos que as produziram e se tornarem estáveis estrutural e temporalmente – ainda que haja mudanças, elas não alteram o substrato, a essência que as caracterizam.

1.2 As Euroamazônias dos colonizadores

Foi justamente com base em representações hegemônicas elaboradas e amplamente difundidas a partir da era das navegações que, século após século de colonização, os discursos institucionalizados sobre o Brasil e suas gentes foram erigidos, autorizados e marcados pela estigmatização⁸, conferindo aos relatos eurocêntricos lugar privilegiado nos ensinamentos escolares e negando violentamente – ainda hoje, apesar das atuais possibilidades de se fazer ouvido por caminhos não institucionalizados – não só a voz, mas também o direito à existência biológica e cultural de milhares de nações que vivam nesse território brutalmente invadido e assacado.

Defende-se ser por meio da vontade de verdade presente nas condutas dos colonizadores e nesses discursos exógenos cingidos ao longo de séculos pela historiografia

⁷ Banchs (1999) estudou, em perspectiva processual, os impactos do movimento feminista ao longo do tempo e demonstrou que a representação social das relações de gênero inauguradas e amplificadas pelo movimento rompeu a modernidade e, apesar das dificuldades que segue enfrentando diante da legitimação do patriarcado como uma espécie de instituição em todo o mundo, ressignificou profundamente a identidade da mulher e tem inserido, sistematicamente, a perspectiva de gênero em políticas públicas e leis nacionais e em tratados internacionais nas últimas décadas.

⁸ Goffmann (2008) sustenta que o termo estigma é utilizado para categorizar pessoas com atributos incomuns para a maioria dos membros de uma determinada sociedade, como deficiência física, cor da pele, etnia, sexo, classe social, entre outros. A probabilidade de haver discriminação é grande quando o sujeito não se enquadra em uma determinada categoria da sociedade. O estigma social é, portanto, uma forma de violência simbólica, já que está ligado à preconceção mental que temos sobre os outros indivíduos ou grupos.

oficial e pela produção bibliográfica de figuras autorizadas e legitimadas pelas práticas acima abordadas que as primeiras ideias de Amazônia foram elaboradas e ainda seguem sendo, em grande medida, relevantes referenciais de representações sobre a região e seus povos, ganhando espaço significativo na polifonia de conceitos e ideários sobre a região. Tem-se aqui, portanto, o primeiro grupo das muitas Amazônias representadas socialmente aqui tipificadas: as Euroamazônias dos viajantes e naturalistas.

São muitos os que percorrem a Amazônia, tanto literal como metaforicamente. Em diferentes épocas, sob perspectivas diversas e em distintas linguagens, percorrem a floresta e o rio, a realidade e o mito em busca do desconhecido, do inextricável. Em suas narrações, científicas, filosóficas e literárias, empenham-se em classificar o que é, o que teria sido e o que poderá ser essa região, uma espécie de reserva ecológica de todo o mundo, uma invenção poética de todo o mundo. (IANNI, 2001, p. 19).

As raízes da representação superlativa e caricata sobre a região estão fincadas historicamente nas narrativas que associaram a região à ideia de Novo Mundo, uma obsessão que se tornou factível por meio das grandes navegações patrocinadas pelos governos de nações europeias no século XVI. Uma análise aprofundada sobre os relatos de viajantes e naturalistas demonstra, conforme Pizarro (2012), Freitas Pinto (2008; 2010) e Silva (1996; 2013), que as imagens e descrições sobre a região amazônica produzidas nessa época são, na verdade, fusões resultantes de associações do que se viu e experienciou no Novo Mundo com juízos pré-concebidos a partir da realidade e imaginário europeus. Para fazer algum sentido naquele contexto social, a desconhecida e ameaçadora nova realidade encontrada precisava ser classificada, nominada e compatibilizada com imagens pré-existentes, portanto, ancorada e objetivada⁹ para que o não familiar fosse convertido em familiar, inscrevendo, assim, tudo aquilo que se viu, registrou e comunicou nos primeiros séculos de contato com a Amazônia na “matriz de identidade de nossa cultural” (MOSCOVICI, 2009, p. 66).

Os produtos dessa combinação – narrativas, iconografias, pedagogias, filmografias, fotografias – em geral, são pouco favoráveis à complexidade das múltiplas paisagens e formas de organização sociocultural amazônicas perduraram absolutos por séculos, ancorando a ideia de Amazônia no imaginário social associada a noções como paraíso e inferno, paisagem

⁹ Ancoragem e objetivação são dois mecanismos que, segundo a Teoria das Representações Sociais, baseiam-se na memória e em conclusões passadas para transformar palavras, ideias ou seres não familiares em familiares. Cabe à ancoragem nominar e tipificar o desconhecido a partir do repertório prévio daquele que elabora a representação social, de modo a superar a resistência diante daquilo que é estranho para conseguir comunicá-lo, tornando-o passível de ser representado. O papel da objetivação é associar esse desconhecido a uma imagem, a um ícone que o torne, enfim, real e assimilável (MOSCOVICI, 2009).

uniforme e monótona, lugar de espécies subumanas selvagens incivilizadas, vazio demográfico, último reduto da biodiversidade do planeta. Ao discorrer sobre a construção discursiva da Amazônia, Ana Pizarro (2012) assevera que o pensamento sobre a região foi historicamente erigido de forma determinante por um pensamento externo a ela, materializado por meio de textos de cronistas e relatos de viajantes, informes científicos e missionários sobre expedições na região. Os pressupostos da autora sustentam que, ainda hoje, se chega à Amazônia tal qual os antigos exploradores, com imagens preconcebidas e mitos produzidos sobre ela e que a própria Amazônia mundialmente falada e conhecida é uma construção discursiva que, nem de longe reflete a complexidade e a multiplicidade de nuances pujantes e sobrepostas nessa região, tanto no plano simbólico e cultural como no plano geográfico, biológico e socioeconômico.

Antes mesmo de aportar pela primeira vez nas Américas, o imaginário exótico sobre o Novo Mundo espelhado a partir de crenças e valores fortemente marcados pelo catolicismo se encarregou de pincelar traços e paisagens no quadro hiperbólico e homogêneo do senso comum no qual baseou-se grande parte da visão dos expedicionários e viajantes que percorreram a região amazônica, mesmo passados séculos desde as primeiras narrativas. As exuberantes e opulentas civilizações distantes do oriente narradas pelo italiano Marco Polo no século XIII igualmente inspiraram profundamente o repertório a partir do qual Cristóvão Colombo, séculos mais tarde, subjetivou o lugar que acreditava, enganosamente, serem as Índias. Na raiz da mentalidade e da motivação colombiana para a viagem iniciada em 1492 estava, portanto, a velha busca pelo paraíso na terra, em contraposição à noção de inferno, ambas talhadas na alma europeia pelo maniqueísmo religioso do cristianismo que regia a sociedade medieval daquela época (CRISTÓVÃO, 1999). Tais imagens e discursos povoavam fartamente o imaginário europeu, e foi com base nesse repertório simbólico que dava suporte ao pensamento natural da época que os colonizadores europeus passaram a ancorar e objetivar a realidade encontrada onde quer que chegassem – no oriente ou na Amazônia. “Esses mecanismos (ancoragem e objetivação) transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar” (MOSCOVICI, 2009, p. 60).

Dois elementos em comum apontados por Ana Pizarro (2012) nos discursos das crônicas de três dos primeiros expedicionários a visitarem a região são emblemáticos para ilustrar o espelhamento cultural de ideias e imagens que tem servido de base para caracterizar essas primeiras Amazônias ancoradas e objetivadas a partir do imaginário europeu. Tanto na viagem de Francisco de Orellana como nas expedições de Pedro de Ursúa e de Pedro Teixeira,

as figuras das Amazonas e do Eldorado marcam fortemente os primeiros textos sobre a região amazônica conhecidos na Europa. As Amazonas são apresentadas como mulheres brancas, altas, de cabelos longos, belicosas, donas de terras ricas e fartas e que fazem os homens de subordinados (CARVAJAL, 2007; ACUÑA, 1994), uma clara projeção de figuras com essas mesmas características presentes na cultura greco-latina e na cultura judaico-cristã, como se pode notar diante das semelhanças com mitos das amazonas¹⁰ e de Lilith¹¹, e na relação com a lógica patriarcal que permeia toda essa cultura. Já o Eldorado é a expressão mais pura da perspectiva de enriquecimento do europeu na América que encontra na ideia do paraíso na Terra, segundo Buarque de Holanda (1995), sua projeção perfeita. A existência desse lugar mítico, frequentemente descrito como um vale com montanhas cobertas de ouro e com fartura de alimento, é fortemente associada nos relatos de cronistas ao território das Amazonas, indicando a intrínseca ligação entre as diversas projeções eurocêntricas que idealizaram a Amazônia mundo a fora, materializando uma das funções cognitivas irregulares categorizadas pela Teoria das Representações Sociais, a repetição informal. Tem-se aqui, portanto, duas representações sociais euroamazônicas, a Amazônia paradisíaca dos vales de ouro e a Amazônia das mulheres guerreiras destemidas.

Moscovici (2009) assevera que o emprego deste expediente funciona, no processo de elaboração de representações, no sentido de economizar e organizar o julgamento, na medida em que livra os sujeitos de produzirem explicações completamente novas para ideias já convencionais e, por conseguinte, garante a consolidação de uma base de memórias conhecidas que lhes sirva de orientação. As representações hegemônicas carregam consigo grande potencial de abrangência, pois podem ser compartilhadas por todos os componentes de um grupo altamente estruturado e prevalecem tacitamente em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas (CABECINHAS, LIMA e CHAVES, 2006).

Os anseios iluministas pela supremacia da razão em detrimento do senso comum baseado na experiência cotidiana foram determinantes para dar outros sentidos a aspectos das

¹⁰ As figuras imaginárias das amazonas aparecem na obra de Homero (século VIII a.C.) como aliadas dos troianos. A batalha que resultou na morte de uma das líderes das mulheres guerreiras responsáveis por muitas baixas no exército grego, é cantada em um dos poemas de *Ilíada*. No século V a.C., Hipócrates retoma o mito das amazonas em suas narrativas e as descreve como mulheres guerreiras, fortes e dominadoras, que só permitiam a aproximação com homens por curtos períodos para procriação e ficavam apenas com as filhas mulheres para se tornarem igualmente guerreiras (FAJARDO, 2015).

¹¹ Ao analisar o mito de Lilith, primeira esposa de Adão, segundo a tradição judaica, Laraia (1997) demonstra que editores bíblicos tentaram – sem pleno sucesso – apagar essa figura feminina do texto bíblico, pois sua história não se coadunava com valores e padrões morais da época. Segundo o mito, Lilith foi a primeira mulher, criada ao mesmo tempo que Adão - como os outros animais, no relato do Gênesis - mas se recusou a submeter-se à dominação masculina e, por isso, foi ameaçada, perseguida e transformada em um demônio feminino.

representações sociais sobre a Amazônia elaboradas a partir dos relatos de cronistas e, ao mesmo tempo, reforçar parte desses aspectos, inscrevendo novos e antigos pensamentos sobre a região e seus povos no conjunto de saberes do senso comum que orientava os grupos a darem sentido às suas ideias sobre a região. Nesse sentido, as expedições científicas empreendidas por naturalistas, no bojo do processo de racionalização e desenvolvimento do conhecimento experimental com o olhar centrado no indivíduo vivenciado na Europa entre os séculos XVII e XVIII, trouxeram consigo para o cenário imagético do imaginário sobre as Américas um importante viés questionador dos dogmas obscurantistas e máximas religiosas para explicação dos fenômenos do universo. Alimentada pelo desejo de chegar a um consenso sobre a polêmica em torno do formato da Terra e seus limites e pela rivalidade com a Inglaterra pela hegemonia do poder e prestígio entre as sociedades científicas europeias, parte da França, em 1735, a primeira expedição científica em direção à América, liderada pelo jovem matemático Charles-Marie de La Condamine. Ao todo, a expedição enviada pela Academia Francesa de Ciências durou longos dez anos.

Circunstanciados em meio a enormes dificuldades como assassinato, enfermidades e problemas com os equipamentos levados pelos membros da expedição, os relatos de La Condamine sobre parte de sua viagem pelo rio Amazonas misturam o tom moderno de busca pela explicação e a dramatização das histórias e perigos vivenciados. Ao passo que descreve com pretensão distanciamento observações sobre a cor da pele a variedade linguística dos povos indígenas que encontrou pelo caminho dos cursos d'água percorridos desde a Colômbia até chegar ao Brasil, de certa forma, desencanta o mito do Eldorado e das amazonas com um olhar menos fantasioso (sem refutá-los com argumentos, no entanto), também carrega consigo – e expressa patentemente em seu discurso autorizado sob o manto da ciência moderna – as mesmas representações de superioridade do europeu perante o outro, o desconhecido. Reforça, portanto, a dicotomia civilização *versus* barbárie apoiada na máxima da superioridade europeia, reservando à Amazônia a conclusão de ser um imenso vale de tesouros à espera de exploradores capazes, algo que os ‘povos de espírito pouco evoluído’ não teriam condições de fazer (PRATT, 1997 *apud* PIZARRO, 2012).

Ainda na esteira das expedições de naturalistas que marcaram profundamente a noção que o velho continente assimilou sobre a Amazônia, vale registrar as viagens empreendidas pelo alemão Alexander von Humboldt, aficionado pelos detalhes da natureza que avistou e cuidadosamente categorizou em seu percurso pela América Latina, partindo da Venezuela, em 1799 – ele não chegou a adentrar a Amazônia portuguesa, pois não tinha autorização da coroa, mas a margeou – e pelo britânico Alfred Russel Wallace (1823 – 1913), este último que teve

pouca sorte e perdeu todos os seus registros e coleções em um naufrágio ocorrido no percurso de volta à Londres, restando apenas seus relatos. Humboldt assinalou, em um de seus textos sobre a viagem ao novo mundo, a inexistência do tão sonhado Eldorado, ao visitar o local onde os relatos anteriores diziam haver uma terra coberta de ouro e riquezas (HUMBOLDT, 1991).

Apesar de só ter chegado a público muitos anos após sua morte, a participação do naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira na construção desse discurso revestido da vontade de verdade institucionalizada merece atenção por envolver uma região pouco explorada em outras expedições naturalistas – ele percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792 – e por seu histórico de vida diferenciado em relação aos demais perfis de jovens cientistas que, atraídos pelos ideais iluministas, acreditavam estar gerando o progresso da humanidade ao produzir conhecimentos científicos e expandir a civilização. Para ser designado por D. José I como chefe da expedição filosófica rumo à Bacia Amazônica, domínio português ainda pouco explorado até então, o filho de contadores nascido na Bahia precisou credenciar-se nas academias do velho continente – formou-se na primeira turma de Filosofia Natural da Faculdade de Coimbra, em 1778, e de lá trouxe consigo as referências que o impulsionaram na direção de entrar para a história como um importante cientista-viajante, mesmo sem ter publicado seus textos em vida. Diferentemente de Humboldt, Rodrigues Ferreira não teve a oportunidade de editar, contextualizar e reescrever seus apontamentos em razão de uma sequência de fatos e circunstâncias: problemas políticos, a invasão francesa e sua morte, aos 58 anos, deixando, por isso, textos crus, com apontamentos de impressões imediatas, sem muitas interpretações e reflexões (QUADROS, 2003).

Partindo de uma concepção muito mais utilitária do que sistemática nos moldes das academias de ciências europeias, Rodrigues Ferreira se preocupou muito mais em abordar as atividades econômicas e as possibilidades de exploração e geração de riquezas que a natureza amazônica poderia render à Portugal do que com a descrição metódica das descobertas de plantas e animais encontrados, revelando intenso alinhamento com os interesses coloniais do Estado português. Nesse sentido, a viagem filosófica se insere, primordialmente, no movimento do chamado mercantilismo ilustrado, “[...] um empreendimento de cunho colonial, destinado a mapear as potencialidades da natureza em favor do restabelecimento do comércio e agricultura das capitanias do norte” (RAMINELLI, 1998).

Amparados por seus métodos e anotações revestidas de vontade de verdade institucionalizada, os naturalistas reforçaram e ampliaram parte das representações sociais euroamazônicas e, ao mesmo tempo, contribuíram direta e indiretamente para a inscrição de

novas Amazônias no arcabouço psicossocial dos indivíduos e grupos de sua época em representações até hoje muito difundidas: as Amazônias verdes e as Amazônias indígenas.

1.3 As Amazônias em tons de verde

O sociólogo Renan Freitas Pinto (2010) chamou a atenção de um grupo de cientistas sociais interessados pela pesquisa social no Norte do Brasil para as armadilhas valorativas que o cordel de ideologias colonizantes em torno das diversas visões sobre a Amazônia têm preparado para capturar milhares de ideólogos, os quais reproduzem esses encobrimentos ideológicos sem razoável revisão crítica. Algumas dessas utopias que povoam as noções sobre a região, denominadas literárias por autores latino-americanos, têm servido de referência para a construção e colonização do imaginário, inclusive, dos próprios habitantes da Amazônia. Uma dessas utopias apontadas pelo sociólogo, a Amazônia como santuário verde, último bastião das riquezas biológicas do mundo, oferece um interessante ponto de partida para a discussão em torno de representações sociais que pintam a região amazônica em diferentes tons de verde, associando-a à vida biológica natural não humana, em especial à ideia de floresta e seus elementos.

A concepção predominante sobre a própria ideia de natureza foi sendo transformada ao longo da história da humanidade. Tomando-se como exemplo as expedições científicas anteriormente citadas, as principais correntes de estudos naturalistas à época criaram e ensinaram métodos de catalogação de diferentes espécies de animais, plantas e vegetais encontrados nas colônias do novo mundo, conhecimentos que enriqueceram sobremaneira o acervo da História Natural e geraram grande riqueza às metrópoles. Raminelli (1998) relembra que o objetivo imediato dos cientistas nessas expedições era criar, sob forte influência dos estudos de Lineu, uma espécie de inventário do mundo, utilizando como referencial para o processo de ancoragem e objetivação das novidades encontradas os exemplares já descritos e estudados por naturalistas do velho mundo. No entanto, para além de simplesmente constituírem um catálogo da vida biológica no mundo, os resultados das expedições científicas tinham como propósito utilitário a exploração econômica das potencialidades identificadas pelos naturalistas – especiarias, minérios ou mão-de-obra escrava – no novo mundo.

Depois de recolhidas as sementes e mudas, os naturalistas enviavam-nas para os jardins e hortos da metrópole, onde ocorria a aclimação de plantas asiáticas, africanas e americanas. Em seguida, as espécies eram transplantadas para as colônias, com o objetivo de diversificar a agricultura colonial, sendo um requisito de destaque para o fortalecimento do comércio entre metrópole e colônia. Essa prática era recorrente entre os principais Estados europeus,

particularmente França e Inglaterra, que criaram grandes centros, metropolitanos e coloniais, dedicados a classificar, aclimatar e reproduzir espécies em diversos territórios do mundo colonial. (RAMINELLI, 1998, p. 158)

A exemplo da já citada expedição comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira, parte desses estudos incluiu também a figura humana em suas observações, ainda que lateralmente, demonstrando inclinações diferentes das preconizadas nas universidades responsáveis por formar os cientistas naturalistas no seio do iluminismo europeu e, por pouco contribuir com os propósitos econômicos dos financiadores das viagens, acabou sendo pouco reconhecidos. Como se vê, diferentes visões sobre a natureza e o homem, em separado, e também sobre a relação entre esses dois objetos, redundaram em fundamentos teóricos e filosóficos que serviram de base para correntes responsáveis por significativa parcela das ideias a partir das quais os diferentes matizes de verde pintaram representações sociais sobre a Amazônia ainda hoje largamente circulantes.

Ao analisar os primeiros estágios de desenvolvimento da civilização humana, Goudsblom (1995) abraça a perspectiva processual de Norbert Elias (1990; 1993) para ressaltar a importância do domínio do fogo como fator de propulsão da organização social na vida humana. Diante do desenvolvimento de tecnologias para compreender e controlar a natureza, a civilização humana deu um salto de qualidade no aspecto prático da vida em grupos e, conseqüentemente, estabeleceu novos parâmetros de relações sociais baseados na interdependência entre os membros desses grupos. A cada novo avanço no uso do fogo, aqueles que detinham o conhecimento tecnológico mais especializado para produzir, por exemplo, ferramentas, diferenciava-se dos demais e passavam, por consequência, a ter vantagens sobre os demais. Não foi diferente em relação ao conhecimento e domínio das formas de vida biológica nos locais alcançados pelas navegações.

Os grandes avanços registrados pela revolução tecnológica ao longo da história são elementos do processo de tecnização em permanente curso sobre o qual discorre Norbert Elias (2006) e tem se consolidado como linha mestra que aponta a direção para onde caminha a civilização humana. Tecnização é definida como “[...] o processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra e na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor” (ELIAS, 2006, p. 35). A marcante racionalização do conhecimento no século das luzes foi acompanhada por diversas tecnologias que possibilitaram a realização de experimentos científicos cujas descobertas conduziram paulatinamente a humanidade na direção do processo civilizador que nos conduziu até o presente sob as atuais condições. Assim,

pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico se mostrou, desde os primórdios da vida em sociedade, um relevante fator de transformação social.

Um passeio rápido pela história social da humanidade confirma a existência de dezenas de outros exemplos clássicos para demonstrar o impacto da evolução tecnológica na dinâmica social. Novas tecnologias de transporte, por exemplo, permitiram a redução paulatina nas distâncias ao redor do planeta e resultaram em diversas alterações geográficas, econômicas e culturais ao longo de séculos. Desde os conhecimentos da produção naval, elementares para a realização de grandes navegações, às arrasadoras bombas atômicas lançadas em guerras mundiais, é inegável a relevância da evolução das tecnologias, de um modo geral, para a dinâmica do processo de organização social e, por consequência, para as discussões em torno da relação homem-natureza. É em torno dessa relação que se desenvolvem as representações sociais das Amazônias em tons de verde a seguir problematizadas – parte dessa problematização será retomada na seção seguinte em razão da posição de destaque que ocupa na discussão geopolítica que permeia a construção de redes globais sobre, com e na Amazônia.

A partir da segunda metade do século XIX, diante de uma visão – mais uma vez – europeia que manifestava crescente preocupação com o esgotamento de seus recursos naturais diante do avanço da sociedade industrial e seus impactos, as Amazônias verdes foram ganhando, paulatinamente, mais espaço no variado repertório de representações sobre a região. Essas primeiras preocupações europeias, sobretudo originadas na Inglaterra, eram pontuais e locais, tendo como gatilho situações de crise vivenciadas naquele ambiente em que os problemas decorrentes das condições físicas do ambiente tinham maior impacto. Vale lembrar que os primeiros movimentos nesse sentido tomaram corpo após o advento da Revolução Industrial, período em que as feições principalmente da Europa ocidental e dos Estados Unidos foram completamente transformadas por um processo acelerado de urbanização e de abertura de grandes áreas de floresta para a agricultura (THOMAS, 2010).

Ainda anestesiados pelo pujante crescimento econômico e pelas possibilidades que as novas tecnologias de produção, de transporte e comunicação ofereciam, os países que vivenciaram a chamada Primeira Revolução Industrial não demonstravam preocupação com os impactos de toda essa atividade industrial repentina e suas consequências sobre as outras formas de vida que não a humana. Após a Segunda Revolução Industrial, iniciada por volta de 1860, algumas consequências mais visíveis e episódicas começaram a despertar um tímido movimento protecionista na Inglaterra que, segundo McCormick (1992), pode ser considerado o embrião do movimento preservacionista que se espalhou pelo mundo, uma vez que o principal objeto de reivindicação já seria a proteção integral de remanescentes de florestas até então não

afetadas pelo avanço da industrialização e da urbanização nos países que vivenciaram fortemente esses processos. Tal movimento de preocupação ambiental logo chegou aos Estados Unidos e, em 1872, resultou na criação da primeira área legalmente protegida do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, localizado nos estados de Wyoming, Montana e Idaho. No oriente, o movimento inicial para a criação de parques nacionais no Japão registra seus primeiros passos formais já no início do século XX, em 1911, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, havendo registros de parques informais ainda em 1873 (JAPAN, [2018?]).

A abrangência e relevância da questão ambiental ainda eram tímidas até meados do século XX, quando uma série de episódios com graves efeitos sobre a saúde humana, relacionados à contaminação da água e do ar pela poluição decorrente da atividade industrial e comercial, forçou alguns países a criarem mecanismos de regulação para garantir condições razoáveis de qualidade ambiental. Até então, a visão predominante ao longo de quase três séculos desde a Primeira Revolução Industrial, era a de que as consequências ambientais negativas do processo de tecnização ao qual o capitalismo está diretamente atrelado eram um mal inevitável e necessário para possibilitar o desenvolvimento almejado enquanto sociedade civilizada.

Alguns desses eventos, conforme apresenta Hogan (2007), resultaram na morte de milhares de pessoas, como os episódios de poluição do ar no Vale do Meuse, na Bélgica, em 1930, e a chamada “Névoa Matadora”, em 1952, que acarretou a morte de mais de quatro mil pessoas em Londres e levou autoridades de saúde pública a se debruçar mais seriamente sobre a questão da qualidade do ar – poucos anos depois foi aprovada a Lei do Ar Puro na Inglaterra e outras normas semelhantes nos Estados Unidos, no Japão e em vários países da Europa Ocidental (GOLDEMBERG e BARBOSA, 2004). O mesmo autor menciona ainda registros de casos de contaminação de água na Baía de Minamata, no Japão, em 1956, com registro oficial de 107 mortes e aproximadamente três mil casos em averiguação até 1974.

A primeira conferência mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) a tratar de questões ambientais, realizada em 1972, em Estocolmo, representou um marco no crescimento das diferentes frentes do movimento ecológico e, por consequência, nas representações sociais sobre a Amazônia. Em que pese a realização da conferência ter sido fortemente influenciada por pressões desse movimento, que já vinha ganhando força principalmente nos Estados Unidos e na Europa na década anterior ao evento, as preocupações centrais que motivaram os países industrializados do G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) a participarem da discussão internacional sobre a questão ambiental tinham muito mais relação com a continuidade do processo de desenvolvimento no ritmo e nas circunstâncias até

então vivenciadas, já que o contexto de mobilizações e pressões sociais pela redução da atividade poluidora e a ameaça de fortalecimento dos países menos industrializados do sul, que haviam degradado em menor escala seus recursos naturais, poderiam colocar em xeque o modelo de acumulação de capital e as estruturas políticas internacionais que os posicionaram no topo dessa cadeia de interdependência decorrente do processo de globalização.

A Amazônia é a maior floresta preservada do planeta – com extensão de mais de cinco milhões de km², onde vivem cerca de 25% das espécies animais e vegetais da terra. Ela desperta não apenas os interesses econômicos dos países do G-7, mas também seu desejo de adquirir mais um privilégio: o controle político sobre o verde. Nesses países, o verde tornou-se sinal de status social. Os ricos e as elites educadas moram próximos aos parques e jardins e em ruas arborizadas, enquanto os pobres habitam as áreas mais poluídas e sem verde. As elites européias e norte-americanas vêem a territorialidade da Amazônia como um privilégio, e o querem para si. (BENTES, 2005, p. 228)

Todo esse contexto relacionado à questão ambiental em todo o mundo teve repercussões geopolíticas inegáveis nas redes de poder e interdependência que envolvem a Amazônia – as Amazônia em rede serão melhor discutidas no segundo capítulo deste trabalho – e evidenciaram novamente um questionamento que pairou sobre a região por muitos séculos desde o início do processo de colonização: a quem pertence a Amazônia? Como parte dos debates decorrentes da Conferência de Estocolmo, alguns países do G-7 chegaram a questionar a soberania do Brasil para tratar da preservação da Amazônia, em uma clara demonstração do senso de superioridade dos povos industrializados em relação a outros povos que relegava aos países do sul a tarefa de suportar os efeitos negativos das atividades poluidoras dos países ricos mantendo suas riquezas naturais intactas, o que resultaria, por consequência, na manutenção desses países em estágios inferiores de desenvolvimento. Influenciado pelo nacionalismo característico do regime militar totalitário que tomou o país de assalto na década anterior, o Brasil rechaçou qualquer possibilidade de relativização de sua soberania sobre seu território e defendeu, em coro com outros países do sul, o direito de também explorar seus bens ambientais e buscar o desenvolvimento.

A partir de uma releitura crítica do livro *Forests in International Environmental Politics*, da holandesa de Ans Kolks, Rosineide Bentes (2005) sustenta que a ascensão de lideranças neoliberais na Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 80, em meio à crescente politização dos problemas ambientais da Amazônia em âmbito internacional contribuiu fortemente para que as representações da Amazônia como um lugar de natureza frágil, que necessita ser protegido não só pelos países contemplados pelo bioma amazônico, mas por todo o mundo. Os ideais neoliberais que predominaram em parte dos países do G-7 na década de 80

fomentaram a criação de mecanismos internacionais próprios relacionados ao desenvolvimento e à economia para relegar a ONU e, assim, assumir o controle majoritário do poder decisório sobre financiamento internacional de projetos e prioridades em termos de pesquisas para o desenvolvimento, como ocorre no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse ‘esvaziamento’ dos propósitos da ONU na temática ambiental ficou patente com os resultados do relatório Brundtland¹², produzido pela Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU: a maior parte das propostas do documento se efetivaram apenas na Amazônia. Esse direcionamento do olhar sobre a Amazônia para a representação da região como uma floresta frágil a ser protegida por sua importância ambiental revela-se, no contexto da ascensão do capitalismo e do neoliberalismo sobretudo nos países ricos, resultado dos fenômenos de focalização e inferência, sistematizados pela Teoria das Representações Sociais: as pressões político-econômicas interessadas em manter o ritmo de crescimento e acúmulo de riqueza pelo grupo de países ricos em detrimento dos demais, reforçadas pela predominante visão idílica da Amazônia como uma floresta de natureza mágica ímpar, resultaram na elaboração da representação social de uma Amazônia totalmente pintada em verde folha.

A contribuição de organizações não-governamentais conservacionistas internacionais para a elaboração de representações das Amazônias em tons de verde foram – e continuam sendo – determinantes, na medida em que reproduzem a máxima da região como uma reserva biológica importante para o equilíbrio ambiental do planeta e como um repositório de serviços ecológicos, e repercutem fortemente o discurso político que desterritorializa a região sob o argumento de que se trata de um patrimônio de valor mundial, discurso esse que tem marcado os interesses em torno de tudo aquilo que a Amazônia representou e representa nas mais diversas esferas da vida social desde o primeiro contato europeu com o solo amazônico. Apesar de revestidas com o manto verde da defesa desinteressada do meio ambiente, estudos como os de Kolks (*apud* BENTES, 2005) e Gomes Júnior (2018) demonstram que, desde seu nascimento na década de 70 até hoje, as ongs ambientalistas internacionais nunca conseguiram

¹² Intitulado “Our common future” (Nosso destino comum), o relatório Brundtland foi publicado em abril de 1987 e se tornou um marco para a visão conservacionista do movimento ambientalista internacional, ao introduzir a noção de desenvolvimento sustentável e propor uma mudança de rumos na lógica capitalista mundial para que, em vez de explorarem sem medidas os sistemas naturais em busca do lucro máximo, os países passassem a atender as necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações terem as mesmas condições de atenderem suas necessidades. Uma série de medidas elencadas no relatório deveriam servir de base para garantir o desenvolvimento sustentável, tais como: limitação do crescimento populacional; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores; atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia); consumo racional de água e de alimentos e redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos, entre outros.

efetivamente superar a lógica desenvolvimentista e têm dedicado esforços muito mais a preocupações econômicas e políticas do que propriamente enfrentar os desafios que a questão ambiental impõe, desafios estes que confrontam governos e o mercado que retroalimentam, em alguma medida, as atividades dessas entidades.

Apoiadas em uma extensa produção de comunicados em forma de campanhas publicitárias com imagens em vídeos, fotos e documentários majoritariamente sobre a conservação de florestas tropicais com bases em estudos científicos, as ongs ambientalistas internacionais passaram, já na década de 80, a transformar os problemas ambientais da Amazônia e questões internacionais, quase sempre sem se debruçar mais diretamente sobre outros problemas decorrentes do modelo desenvolvimentista encabeçado por seus países de origem como os efeitos negativos da industrialização. Sem confrontar diretamente os interesses econômicos e políticos dos países industrializados, essas organizações projetaram-se por meio dessas campanhas para angariar recursos para suas ações ao redor do mundo, contribuindo assim para reduzir a questão ambiental apenas ao aspecto da conservação de florestas e difundir a representação social da Amazônia como a salvaguarda verde do equilíbrio ambiental do planeta.

Ao analisar os recursos discursivos utilizados por duas das mais importantes ongs ambientalistas transnacionais – Greenpeace e WWF – para disseminar informações sobre a Amazônia no período entre 2010 e 2016, Gomes Júnior (2018) apontou que os textos e imagens difundidos em sites e materiais de campanhas publicitárias dessas entidades em vídeos, mídias sociais e relatórios, reunidos no escopo da pesquisa, carregam marcas textuais que reforçam, entre outros aspectos, a espetacularização do verde, a natureza exótica e exuberante que está eminentemente ameaçada e precisa ser protegida, muitas vezes simplificando a noção de sustentabilidade amazônica para vender melhor imagens que sensibilizam quem potencialmente se interessaria por apoiar financeiramente suas atividades. Segundo esse discurso, quem possui as ferramentas, as articulações e os saberes necessários para proteger a Amazônia, patrimônio mundial, são as próprias ongs.

A maior parte desses discursos se utiliza da mídia para ser reverberado em todo o mundo. Ainda no auge da TV como o principal veículo de informação, entre a década de 80 e o início dos anos 2000, as ongs ambientalistas internacionais conseguiram ampliar o alcance de suas representações conservacionistas sobre a Amazônia de maneira espantosa. As mudanças provocadas por essas representações nas redes das quais a região faz parte seguem em curso até hoje, mas seu resultado mais imediato e visível é justamente a adoção desse discurso na manifestação de opiniões e atitudes a respeito da Amazônia. Exemplo disso é demonstrado nos

resultados de sondagem de opinião não-probabilística realizada por Bueno (2008) nas cidades de São Paulo (SP), Manaus (AM) e Belém (PA). Em resposta à questão “Quando se fala em Amazônia, qual é a primeira coisa que você pensa? Qual é a primeira imagem que lhe vem à cabeça?”, as palavras mais mencionadas (floresta, preservação, destruição, animais, rios, pulmão do mundo) estão diretamente relacionadas à ideia de preservação da natureza: 70% dos 80 entrevistados associaram imediatamente à Amazônia esses diversos elementos articulados em torno da natureza.

Não se pode olvidar que a idealização da Amazônia como o novo Éden também foi alimentada pela lógica paradisíaca decorrente da visão euroamazônica e decorrente das práticas de exploração predatória do período colonial, resultado do processo de defasagem e dispersão da informação (MOSCOVICI, 2009) ao qual a noção sobre a natureza amazônica foi submetida. A corrente preservacionista defendia, em suas principais correntes, a reverência à natureza mediante a manutenção de redutos intocados da vida selvagem, protegidos das ameaças da civilização urbano-industrial, que estariam sempre disponíveis para admiração romântica e contemplação estética por parte do homem. Em oposição a essa visão, o conservacionismo pregava o uso manejado dos recursos naturais no presente, sem desperdícios, em prol de grandes grupos de pessoas (DIEGUES, 2008; RODRIGUES, 2013).

É importante ressaltar que não há, neste trabalho, qualquer pretensão em fundamentar juízos de valor acerca de benefícios ou malefícios da atuação de ongs ambientalistas na Amazônia, uma vez que este tema complexo requereria um estudo aprofundado a parte cujo arcabouço teórico-metodológico ultrapassa em muito o aqui empregado. O que se propõe evidenciar, a partir da problematização sobre a elaboração de diferentes noções de Amazônia é a influência do discurso adotado por essas entidades na produção de representações que associam a região à ideia do verde, da floresta fantástica, frágil e exuberante que precisa da proteção de todo o mundo para continuar prestando serviços ambientais ao equilíbrio do planeta, sem entrar no mérito da valoração dos efeitos produzidos por esse discurso.

1.4 As Amazônias indígenas

Assim como a floresta exótica, os povos indígenas também se encontram representados em grande parte dos produtos narrativos em torno da ideia de Amazônia. A aniquilação e fragmentação desleal a que foram submetidas em vários capítulos das metamorfoses da Amazônia caracterizadas e discutidas por Marilene Corrêa da Silva (1996; 2013), “transformou a diversidade de Nações indígenas em população regional, fragmentou o ser índio retirando-lhe a identidade originária, criou no sítio amazônico uma casta inferior-

matriz da cidadania subalterna” (SILVA, 1996, p. 115). De todos os grupos que participam do tecido social que compõe a região amazônica, os indígenas seguem sendo, desde a chegada dos primeiros navios de estrangeiros às margens dos rios amazônicos até hoje, os mais violentados, afetados e vulneráveis. Mesmo em pleno século XXI, com direitos formalmente reconhecidos pelas constituições da maioria dos países amazônicos, vivem sob ameaças diversas – especialmente em relação a seus territórios – e seguem sendo subjetivados como empecilhos ao desenvolvimento, em uma clara demonstração de que o conflito entre os povos originários e os colonizadores é um dos espólios decorrentes desse processo até hoje não resolvidos.

A categoria Amazônia Indígena, um dos três recortes analíticos consagrados por Marilene Corrêa da Silva (1996, p. 125) em relação às feições da Amazônia decorrentes do processo de transformações geopolíticas, sociais e econômicas da região, propõe um desenho da configuração amazônica relacionada às dinâmicas dos povos originários da região que preexistiu ao processo de colonização e por ele atravessou com muita luta e resistência, mas não sem perdas consideráveis e, em sob vários aspectos, irreparáveis. Todas as nações indígenas foram, direta ou indiretamente, afetadas pelo projeto de civilização ibérico que aportou na Amazônia, física ou simbolicamente, por meio da colonização. Com base na adoção do domínio português sobre a Amazônia brasileira como um marco sociocultural significativo para a compreensão das nuances da Amazônia Indígena caracterizada por Silva (1996), é possível subdividi-la em duas: a Amazônia Indígena pré-colonial e a Amazônia Indígena da resistência, a seguir problematizadas para contribuir com a análise das representações erigidas sobre os povos indígenas da região.

A primeira delas, que antecede em milênios a chegada dos europeus à região, tem como principais características a densidade populacional, a multiplicidade de nações, a abundância de alimentos e a relação adaptada e não predatória com o ambiente natural amazônico. Essas referências são baseadas não somente nos relatos dos cronistas espanhóis e portugueses que viajaram por diferentes rios da região entre os séculos XVI e XVII, mas também em estudos arqueológicos realizados na região amazônica. Dominavam as atividades de caça e coleta, mas também técnicas avançadas de navegação, fabricação de artefatos e artesanato e ocupavam áreas de várzea e terra firme, possuíam diferentes formas de organização sociocultural que deram conta de garantir a reprodução humana – estudos de demografia histórica estimam que toda a região amazônica chegou a concentrar 6,8 milhões de pessoas antes da invasão europeia – e desenvolveram diversos grupos linguísticos e práticas culturais próprias, sem parâmetro comparativo em qualquer outra sociedade ocidental conhecida. É a diversidade cultural, para Silva (1996, p. 127), o “traço marcante da Amazônia pré-colonial”.

Na segunda Amazônia Indígena, a da resistência, foi forjada no aço dos conflitos provocados pela invasão europeia a partir do final do século XV. O processo de colonização que culminou com o domínio das nações ibéricas sobre os territórios da América Latina revelou sua feição mais violenta em todos os aspectos na relação com os povos originários. São fartos os relatos dos primeiros expedicionários sobre conflitos sangrentos em que morreram centenas de indígenas e dezenas foram capturados tais como animais selvagens, tanto nos domínios portugueses como espanhóis. A violência física que foi responsável por apagar da história nações inteiras de povos originários da Amazônia Indígena pré-colonial em toda a região amazônica também instrumentalizou a violência simbólica por meio da imposição do medo aos que foram vencidos sem chance de escapatória. A estes, o sistema colonial reservou o lugar de aliados, no primeiro momento, e posteriormente de súditos inferiores necessários para a efetivação da sociedade colonial regional, forçando-os a deixar suas terras para viver nos povoamentos dos colonizadores, submetidos a normas culturais e religiosas alheias às suas. “O dispersamento, a aniquilação, a fragmentação da unidade tribal resultaram no isolamento como recurso de sobrevivência, ou a integração subalterna na sociedade regional, como atestado da impossibilidade de os índios se libertarem das forças coloniais” (SILVA, 1996, p. 107).

Diversos fluxos migratórios de povos originários também ocorreram como parte da estratégia de efetivação da Amazônia Indígena resistente à colonização, bem como ocorreram alianças entre diferentes povos para fazer frente às cruzadas de extermínio determinadas pelas Coroas portuguesa e espanhola e, ainda, inúmeros episódios de enfrentamento e resistência das nações com domínios territoriais e culturais mais extensos, a exemplo dos Tupinambá, dos Manao e do Mura (SILVA, 1996) na região da Amazônia Brasileira, dos Incas e dos Neo-incas, na região da Amazônia Andina (WACHTEL, 2017). Em que pese o desequilíbrio de forças entre os arcabuzes e as flechas, vê-se que o processo de apagamento sistemático da Amazônia Indígena pré-colonial pelas Euroamazônias ocorreu mediante forte resistência por parte de diversos grupos indígenas, seja por meio de luta ou por meio de estratégias de sobrevivência.

A resistência da Amazônia Indígena não se esgotou nos episódios guerreiros com a Amazônia Lusitana. Atravessa o período colonial, sobrevive e ressurgiu na sociedade nacional. Apesar de extinção de cerca de 108 nações entre os séculos XVII e XVIII, muitas sobreviveram como povos, arredios e inimigos ou pacíficos e isolados, mas continuaram como obstáculos à política imperial. Na condição de empecilho, inúmeras nações antes referidas como passivas ou tendentes à "civilização" transformaram-se em guerreiras e permanentes inimigas da expansão promovida pela sociedade brasileira. (SILVA, 1996, p. 137)

O episódio de maior representatividade do espírito de resistência amazônico foi a Cabanagem, revolução ocorrida em 1835. Sua magnitude é aferida pelos historiadores e cientistas sociais não somente com base no elevado número de mortos – cerca de 30 mil, principalmente indígenas, negros e mestiços, além de membros da elite – mas também em razão da abrangência territorial que alcançou e dos efeitos políticos provocados na América caribenha pelo movimento, cujo alvo principal era derrubar a elite local de brancos portugueses ligada ao Império que monopolizava o comércio, o governo da província e a terra e conquistar a independência do Grão-Pará em relação ao Brasil. “Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico atingido os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central, mas também se aproximou do litoral norte e nordeste” (RICCI, 2008, p. 77). Aliados a pequenos posseiros, fazendeiros, produtores rurais e negros escravos, os indígenas constituíram parte significativa da Nação cabana (SILVA, 1996), seja na condição de povos ou como indígenas destribalizados que viviam como semiescravos nas cidades, relegados à condição de súdito subalterno.

Contrastando com este cenário amplo, a Cabanagem normalmente foi, e ainda é analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. No entanto, os cabanos e suas lideranças vislumbravam outras perspectivas políticas e sociais. Eles se autodenominavam “patriotas”, mas ser patriota não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro. Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades. (RICCI, 2008, p. 78)

Outro importante aspecto a merecer atenção é a repercussão simbólica do processo de colonização sobre as representações difundidas acerca dos povos indígenas amazônicos, processo este que perpassa a produção das diversas representações sociais aqui apresentadas. A elaboração de ideias exógenas e estereotipadas, formuladas no seio das Euroamazônias anteriormente abordadas, negou características fundamentais da Amazônia Indígena pré-colonial em seus relatos e a idealizou a partir de seus referenciais ibéricos incapazes de compreender os elementos culturais próprios daqueles povos, classificando-os como bárbaros de aparência terrível, que comiam dietas pobres e falavam línguas guturais inferiores (SILVA, 1996; PIZARRO, 2012). Outras características mais realistas peculiares aos povos indígenas amazônicos também foram observadas por poucos viajantes e naturalistas, como se verá mais adiante, mas a representação do indígena amazônico como selvagem e belicoso sobrepôs mais fortemente qualquer outra noção em decorrência daquilo que Moscovici (2009) denominou de

focalização: diante de um objeto desconhecido e com pouca equivalência em relação ao seu universo psicológico e social, o autor de representações tende a dar maior enfoque a características ligadas a seus valores mais fortes – nesse caso, o contexto de guerras para expansão de domínios e o juízo do europeu como o ideal de civilidade foram os referenciais.

Como parte do processo de elaboração de representações que envolve os fenômenos de defasagem e dispersão das informações sobre os povos originários e o de focalização, anteriormente abordado, o fenômeno de inferência materializou-se por meio da homogeneização, da inferiorização e da negação da alteridade dos povos amazônicos, pois tais atitudes e pensamentos sobre o outro que já vivia no novo território supostamente ‘descoberto’ era parte indissociável do projeto de colonização europeu. Afinal, como justificar perante a moral cristã vigente a expropriação de terras e redução à condição de escravos de povos tidos como iguais? Ao designar tão diferentes nações com um vernáculo padronizado – índios – além de generalizar e inferiorizar suas características étnico-culturais e destruir elementos organizadores das culturas amazônicas, o colonizador forjou a justificativa necessária para submeter esses povos a todos os tipos de violência possíveis no intuito de negar qualquer possibilidade de sua existência sociopolítica. Faz-se importante registrar que esse processo de representação baseada em preconceitos e exclusão dos povos indígenas ocorreu de forma muito similar em relação aos povos originários de toda a extensão da região latino-americana.

La construcción de los imaginarios sociales sobre las comunidades indígenas de la selva amazónica tiene como pilar las descripciones realizadas por cronistas de Indias a las que sucedieron políticas coloniales de sometimiento y exclusión que justificaban los malos tratos y la esclavitud, lo que tuvo posteriormente repercusiones en la sociedad colombiana. (RIVAS, 2019)

A perspectiva descolonizante deste trabalho exige o reconhecimento de que o uso do termo ‘indígena’ é genérico e incapaz de corresponder às atuais discussões acadêmicas e dos próprios movimentos indígenas sobre a pluralidade étnica, em contraposição à ideia de um grupo homogêneo. Reproduzir essa visão seria corroborar com as mesmas práticas que contribuíram para silenciar, diminuir e relegar as nações indígenas a uma condição protohumana – tudo o que este trabalho considera abjeto. Portanto, ao utilizar a expressão ‘povos indígenas’ para se referir à coletividade das nações indígenas amazônicas, assume-se aqui claramente a limitação do termo para abarcar a diversidade e complexidade das centenas de etnias que ele visa representar, com o único objetivo de entender e enfatizar o processo exógeno de criação das representações sociais sobre os indígenas, sem especificar grupos

étnicos, uma vez que assim foram – e seguem sendo – elaboradas pelos autores dos discursos hegemônicos.

Em Nunes (1996) e Silva (1996), registra-se a língua como foco primeiro de desestruturação da cultura indígena durante o processo de colonização e da conseqüente conversão religiosa, levada a cabo por meio da obrigatoriedade do uso do português e do espanhol e, nos domínios portugueses inicialmente sobre o controle da Igreja, da elaboração de uma língua geral a ser aprendida e adotada por todos os indígenas. Com esse propósito, missionários e colonizadores se apropriaram de parte da memória discursiva dos povos originários para forçar uma identificação, o que possibilitou a instalação do discurso europeu mais facilmente e resultou na destruição de milhares de línguas, uma perda irreparável que apagou para sempre, segundo Gambini (2000, p. 161), “imagens preciosas do consciente coletivo do protobrasileiro”. Outras vozes que não a do dominador foram física e simbolicamente silenciadas, negando assim o direito de toda a sociedade a uma visão menos parcial da história amazônica.

Por possuir diversos atributos que garantiram, naquele contexto, o monopólio da vontade de verdade, as fantasias e preconceitos que levaram a cabo as pretensões político-eclesiais dos colonizadores sobre a ideia de Amazônia ganharam o status de versão oficial da história de tal maneira que é impossível não recorrer a esse imaginário – ainda que para desconstruí-lo – no esforço de problematizar os atuais processos de representação sobre a região. A negação de que os povos originários tivessem alma, aspecto do processo de distorções e subtrações que caracterizam o fenômeno de defasagem e dispersão das informações na elaboração de representações sobre os indígenas, negou a esses povos e também a todas e todos nós “a experiência humana acumulada no decorrer de milhares e milhares de anos, a alma ancestral” (GAMBINI, 2000, p. 160). Inferiorizar de todas as formas os povos assassinados, escravizados, dominados era uma estratégia necessária para deslegitimar aqueles que já viviam na região quando da invasão e garantir a aceitação moral de todos os atos bárbaros pela sociedade europeia e pela Igreja sem grandes questionamentos, justificando assim a posse e exploração das riquezas do Novo Mundo sem qualquer culpa.

Até hoje dominada apenas por determinados segmentos sociais, em geral, os mais poderosos, a forma escrita da linguagem é ainda mais excludente capaz de manifestar vontade de poder e vontade de verdade. O domínio das letras escritas e dos meios de produção necessários para a difusão de ideias – em toda sua extensão – possibilitou aos europeus inventarem, a partir de si mesmos, as imagens que até hoje são difundidas sobre os povos indígenas e, ao mesmo tempo e em detrimento deles, inviabilizou que esses povos produzissem

registros de si mesmos e, igualmente, inscrevessem sua força de verdade como versão legitimada no curso da história. Essa exclusividade de detenção do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) no processo de colonização do Brasil e dos demais países da América Latina só foi exercido graças à sobreposição desleal da legitimidade¹³ da construção discursiva sustentada e devidamente registrada pelos colonizadores diante do silenciamento – simbólico e físico – dos referentes desse discurso.

Nesse eterno movimento de recriar o outro em ideias e palavras, que caracteriza a representação, ressalta-se, portanto, que o pensamento sobre os povos indígenas na Amazônia foi fortemente agenciado pelo discurso eurocêntrico difundido a partir das narrativas produzidas pelos viajantes, pelos religiosos e pelos naturalistas que percorreram a região até o século XIX, discursos que se consolidaram como mais um tipo de representação sobre os povos amazônicos: a Amazônia Indígena selvagem. Na literatura histórica sobre os indígenas no período da colonização, poucas vozes se juntaram a Michel de Montaigne (1987, p. 102) para, ainda no século XVI, afirmar que os “canibais” do novo mundo recém-descoberto não mereciam ser chamados de selvagens “somente por não terem sido senão muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haverem quase nada perdido de sua simplicidade primitiva.” Os relatos dos padres jesuítas Cristóbal de Acuña (1994) João Daniel (2004) fornecem elementos interessantes para o desafio de trazer à tona sentidos menos genéricos atribuídos à vida e cultura daqueles a quem os religiosos denominaram “naturais” ou “tapuias”, distinguindo parcialmente dos povos considerados selvagens e indomados aqueles que mais facilmente foram submetidos à nova ordem cultural e religiosa.

Em seu estudo sobre as narrativas referentes aos povos indígenas na Amazônia, Aguiar (2012) sistematizou ações e narrativas dos missionários jesuítas em relação aos povos indígenas por eles contatados que demonstraram aspectos relacionados ao projeto de transformação desses religiosos para os povos originários. O autor sustenta a ideia de que os relatos produzidos pelos jesuítas serviram como referência para o processo de subjetivação do pensamento sobre os povos indígenas no velho e no novo continente. Sob a ótica da Teoria das Representações Sociais, esta pesquisa assevera que os sentidos ancorados pelos religiosos nos relatos sobre os povos originários estimularam a criação de mais uma representação sobre a Amazônia Indígena, que aqui ganhará o nome de Amazônia Indígena indolente, ao mesmo tempo em que reforçaram

¹³ Em Weber (1999), a legitimação se apoia no princípio da validade para se configurar dispositivo de dominação, que por sua vez depende da autojustificação exercida por meio de três formas, segundo o autor: por meio da obediência a regras racionais cristalizadas em normas consensuais ou impostas, na qual a burocracia avaliza a dominação; por meio da autoridade pessoal, que garante obediência diante de determinados sujeitos com base na tradição, nos costumes; e, por fim, por meio do carisma reconhecido em determinadas pessoas.

o temor e o estranhamento da sociedade envolvente em relação aos povos originários, baseado na representação da Amazônia Indígena selvagem.

Antes de avançar na caracterização de mais uma das tipificações amazônicas aventadas, vale reforçar o caráter não excludente entre a existência das várias Amazônias apresentadas aqui ou além deste trabalho. Todas elas existiram e existem, e grande parte delas se entrelaça em uma amálgama de relações possíveis pela linha histórica do tempo ou pelos limites geopolíticos imprecisos que marcaram a região amazônica deste que foi iniciado o processo colonizador. Defende-se aqui, em oposição à tese de que a Amazônia foi puramente inventada, que algumas das imagens que compõem as representações sociais sobre a região foram, sim, fortemente ideadas a partir de um referencial exógeno a ela, vistas a partir de imagens pré-existentes na cultura europeia, no entanto, afasta-se a possibilidade de que não haja qualquer índice da realidade nas descrições apresentadas em relatos dos cronistas e naturalistas que percorreram a região.

A alegoria do vidro translúcido, apresentada por Karnal (2004, p. 11), exprime com precisão a visão aqui defendida para o processo de formação das representações sociais sobre a Amazônia e seus povos originários: a análise do passado indígena tendo por base os relatos de viajantes europeus requer a inserção, entre o pesquisador e seu objeto, de “[...] um vidro que não é opaco nem transparente, mas é translúcido, que traz um reflexo de quem vê através dele, mas permite a passagem de luz”. Esse pensamento conduz a uma visão intermediária entre o reflexo perfeito e a invenção absoluta, que entende a impossibilidade de se conhecer o passado exatamente como ele é mas considera, ao mesmo tempo, impossível que a força da cultura europeia tenha sido tamanha a ponto de ignorar completamente a possibilidade de conhecimento de aspectos relevantes sobre os indígenas e sobre a natureza da região por meio das ‘passagens de luz’ contidas nesses relatos.

A crônica do padre jesuíta Cristóbal de Acuña acerca da viagem de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas em 1641, exatamente um século depois da expedição de Orellana relatada por Carvajal, foi escrita em meio à tensão entre os reinos de Portugal e Algarves e de Aragão e Castela pelo domínio do Novo Mundo, por isso deve ser interpretada não só semanticamente, mas também politicamente. Para além das imagens líricas produzidas sobre a natureza amazônica que já foram objeto de problematização na categorização das Euroamazônias dos colonizadores, seus relatos trouxeram uma visão um pouco menos demoníaca sobre povos indígenas da região, a partir dos relatos de contatos da expedição com grupos que acolheram favoravelmente os espanhóis. Segundo o religioso, “os naturais, que a habitam, em grandes habilidades e agudos engenhos para tudo o que lhes importa” (ACUÑA, 1994, p. 169),

possuíam expertise técnica avançada da confecção de ferramentas, embarcações e casas e, ainda, faziam parte de inúmeros grupos que falavam centenas de línguas. Sobre indígenas ‘gentis’ que encontrou na porção peruana do rio das Amazonas, o jesuíta escreveu:

São em conjunto todos estes Gentios de boa disposição, bem encarados e de côr não tão tostada como os do Brasil, teem bons entendimentos e rara habilidade para qualquer trabalho manual.

São mansos e de natural dócil, como se verificava com os que às vezes vinham ao nosso encontro, que com grande confiança conversavam, comiam e bebiam entre os nossos, ssm (sic) nunca recear-se de nada.

Davam-nos as suas casas para morar, recolhendo-se todos juntos em uma ou duas das maiores da aldeia; e com receber infinitos agravos de nossos Indios amigos, sem que fosse possível evitá-los, nunca correspondiam com más obras.

Tudo isso junto com a pouca afeição por tudo que toca ao culto dos seus deuses, como o demonstram, prometem grandes esperanças de que, se lhes dessem notícia do verdadeiro Creador dos Céus e da terra, com pouca dificuldade abraçariam a sua Santa Lei. (ACUÑA, 1994, p. 211)

Ao produzir observações aproximadas ao método etnográfico hoje largamente difundido – mas que sequer havia sido ensaiado, à época – João Daniel traz, em seus relatos, o viés de um viajante erudito que, a despeito dos vários e rudes preconceitos destilados nos relatos realizados durante sua longa permanência no Grão-Pará (1722-1776), possui certa credibilidade entre os estudiosos da Amazônia por ter buscado, com teor realista, a descrição e compreensão dos indígenas a partir de experiências vivenciadas pessoalmente em meio às manifestações culturais dos grupos com quem conviveu. Em comparação com os demais relatos produzidos sobre a região, o jesuíta faz uma abordagem menos estereotipada dos povos originários em sua descrição, os igualando aos europeus em determinados pontos e descrevendo-os como “gente também disposta”, afastando inclusive a noção de monstruosidade e negação da humanidade dos indígenas bastante difundida entre colonizadores europeus, para os quais eram apenas “arremedos de gente” (DANIEL, 2004, p. 263). Afirma, inclusive, que espanhóis quiseram

persuadir ao mundo, e encaixar nos cascos dos mais homens esta tão descascada parvoíce, e desencaixada opinião, só para encobrirem com esta fraca capa os bárbaros insultos que com eles usavam e crueldades inauditas, que lhes faziam, porque matavam neles, como quem mata mosquitos, e os tratavam nos seus serviços como se fossem feras, e bichos do mato [...] (DANIEL, 2004, p. 263).

Os abusos cometidos por colonos europeus contra as mulheres indígenas também são mencionados e criticados nos textos do padre João Daniel. Ao passo que tratam os homens como subclasse, abusam, como gentis, ou falsos cristãos, do sexo feminino. A crítica traz ainda

um questionamento sobre essa visão, já que a religião não permite qualquer tipo de relação com animais e bestas. “Ou eles são gente como nós, ou são monstros, e macacos. Se monstros, incorreis nas penas do nefando crime de bestialidade, e como réus deveis dar pública satisfação pelo Santo Ofício, sendo chamuscados e queimados” (DANIEL, 2004, p. 264). Sua abordagem enquadra as atitudes dos europeus de se servirem dos povos originários sem quaisquer escrúpulos, classificando-os como subclasse por conveniência, o que gerou repercussões negativas a ele perante seus superiores.

A principal característica que os diferenciaria dos europeus, segundo o jesuíta, era a cor da pele, apesar de alguns terem a pele branca semelhante à dos povos ibéricos. O religioso faz ainda relatos sobre as características dos cabelos e da barba, feições do rosto (meninos lindos, fêmeas com feições finíssimas, olhos verdes e azuis, capazes de competir com as mais formosas senhoras da Europa). A descrição desses traços denota de forma metafórica, pela primeira vez nos relatos de viajantes, o reconhecimento da miscigenação entre brancos e indígenas e exprime a força da crença na superioridade racial branca, europeia, em detrimento das demais. Postos em uma situação de inferioridade a partir do critério de raça¹⁴ que pautou as comparações e produções discursivas desses viajantes, os indígenas só faziam jus a elogios no quesito aparência física quando suas feições se aproximavam da imagem refletida pelo espelho dos colonizadores: brancos, olhos claros e feições afiladas, características do fenótipo branco europeu, efetivando os fenômenos de desfasagem e dispersão, focalização e inferência que caracterizam a produção de representações sociais, conforme Moscovici (2009).

A resistência ao trabalho, a valentia e a coragem dos indígenas também são destaques no relato de João Daniel. O despreendimento da necessidade de acumulação de bens e riquezas é, igualmente, abordado como aspecto positivo da humanidade dos indígenas sustentada pelo missionário, em contraposição ao discurso predominantemente desumanizante. Em suas descrições, afirma que os indígenas ficam contentes tendo o que comer com a caça no mato e a pesca nos rios, sem se preocupar com o que vestir ou em acumular bens domésticos. Vivem nus, quando muito, cobrem as genitálias com folhas de árvores – nem todos e nem sempre. Chega até mesmo a discordar da Bíblia, ao sustentar que, ao contrário do que diz o texto bíblico

¹⁴ A escravidão negra, igualmente, decorreu da visão ocidental sobre a natural inferioridade de outros povos que não os brancos europeus, noção fundadora do conceito de raça. Por seu pretense domínio do conhecimento considerado como o único válido, os europeus promoveram a busca pela ampliação de seus domínios revestidos de uma autodefinição de superioridade como povo mais avançado, mais inteligente, de cultura mais refinada e superior, exercendo poder e domínio não somente sobre as terras onde aportaram, mas também sobre a vida e os conhecimentos dos povos colonizados. Os impactos da ocidentalização das culturas sobre o processo de modernidade e globalização serão melhor discutidos no item 1.1.4 desta seção, no bojo das discussões sobre as Amazônias descolonizadas.

sobre a dificuldade de haver homens tão desapegados das riquezas do mundo, na América, “não um, mas milhões e milhões de índios tão despidos de toda a afeição e ambição das preciosidades mundanas, que ainda das que Deus lhes repartiu nas suas terras não se utilizam, não fazem apreço, nem caso algum, antes as desprezam.” (DANIEL, 2004, p. 274).

No pano de fundo da visão aparentemente mais humanizada dos indígenas amazônicos vinculada sobretudo aos missionários jesuítas está não só a pretensão em demonstrar o potencial de conversão daqueles tipos sociais considerados selvagens sem alma em cristãos com valores religiosos e morais considerados apropriados e civilizados na visão de mundo europeia, mas também – e principalmente o intuito de governá-los como parte de um projeto maior de expansão da religião cristã e do poder da Igreja atrelado ao projeto colonial. O abrandamento dos adjetivos negativos presentes na representação da Amazônia Indígena indolente, portanto, não devem ser encarados como bondade, mas sim como discurso estratégico para convencer a Coroa de que, sob os auspícios das ordens religiosas, era possível transformar milhares de ‘sub humanos’ em cidadãos cristãos capazes de trabalhar e produzir riquezas após um processo de educação civilizadora, professar a fé eclesial como única portadora do bem e formar, assim, a base de uma sociedade regional que consolidaria o domínio sobre as áreas onde aportaram portugueses e espanhóis.

Encarregará ao mesmo tempo do espiritual, no tocante à conversão e ensino dos naturais, aos Religiosos da Companhia de Jesus, que a ela, com título não pequeno, neste particular descobrimento, podem mostrar algum direito, pois seus filhos não só aclararam, à custa de seus trabalhos e desvelos, e também de não poucos ducados, as sombras de um novo e dilatado Império que, banhado por este grandioso Rio, oferece crescidos aumentos à Real Coroa de Vossa Magestade, como se lhes deve pela posse de mais de quarenta anos, adquirida com o sangue do ditoso Padre Rafael Ferrer, derramada pelos naturais, aos quais pregava nas cabeceiras deste rio. (ACUÑA, 1994, p. 288)

A tentativa de controle sobre os modos de vida e sobre os corpos dos povos indígenas pela Igreja encontrou na Amazônia Indígena da resistência um empecilho para locupletar seus projetos de ampliação da base católica no Novo Mundo a todo custo. Ao realizarem os chamados ‘descimentos’ de indígenas de diferentes nações para aldeamentos onde receberiam a educação que ‘salvaria seus corpos e suas almas da degeneração’, os jesuítas agrupavam grupos culturalmente muito diversos entre si – alguns até inimigos tradicionais – como parte do processo de destruição genocida da autonomia e da funcionalidade das diversas tradições culturais particulares e se serviam do trabalho dos indígenas tal qual os colonos que, muitas vezes, criticam em seus relatos. Na literatura histórica sobre o período das missões religiosas na Amazônia não faltam relatos de conflitos, fugas e rejeições às práticas religiosas e culturais

européias e, quando não ocorria de forma visível, a resistência se mostrava presente na forma dos indígenas em recusar-se a realizar atividades na forma determinada pelos missionários e colonos, especialmente porque a noção de produzir para estocar e acumular riquezas não fazia parte das necessidades dos povos originários.

Padre João Daniel deixa, em seu relato sobre o período de permanência na Amazônia, diversas menções à suposta ‘preguiça’ atribuída aos indígenas, apesar de ressaltar diversas vezes suas habilidades mecânicas nos ofícios que lhes eram ensinados. As observações do jesuíta revelam, conforme Aguiar (2012), um modo de fazer descompromissado com a regularidade do trabalho a que estava habituado o europeu em sua lógica de produção voltada ao acúmulo de bens. A oposição dos corpos indígenas à lógica do progresso e prosperidade por meio do trabalho regular sem um propósito que fizesse sentido em sua visão de mundo é, portanto, uma das formas de manifestação da Amazônia Indígena da resistência que, perpassada por sentidos atribuídos pelos europeus segundo sua lógica, culminou na elaboração de representações sociais que associam a indolência e a aversão ao trabalho aos povos indígenas até hoje.

As menções elogiosas humanizantes sobre indígenas amazônicos são interrompidas, na descrição do religioso, ao abordar o que ele intitula a propensão a algum vício, presente em quase todas as nações, mesmo as consideradas por ele mais cultas e polidas. Em relação aos indígenas da América, afirma que são dominados pelos vícios da carne, da embriaguez e do consumo de carne humana, ressaltando o fato de que este último não é universal. A força da moralidade cristã presente na formação jesuíta de padre João Daniel vê com reprovação a liberdade sexual presente na convivência dos indígenas, ao ponto de não perceberem tal prática, sob a ótica do seu referente, como vício. Os motivos para esse comportamento, na visão do religioso, são o clima por muito quente, a nudez de todos, a ignorância de Deus e a falta das leis, além da propensão da natureza corrupta. Confronta, no entanto, essa visão ao fato de que há brancos que conhecem a fé e as leis e são reverentes a Deus, cujo comportamento se assemelha ao de ateus, talvez até pior que o dos “tapuias”.

Na esteira de continuidade das representações sociais sobre os povos indígenas difundidas pelos cronistas e primeiros viajantes, os relatos de cientistas-naturalistas que percorreram a região entre os séculos XVIII e XIX em busca de catalogar novas espécies de plantas e animais também produziram descrições e adjetivações sobre os naturais da Amazônia fortemente influenciadas pela noção de superioridade do europeu branco e de sua cultura em relação ao outro – qualquer que fosse – que assentaram de maneira cabal no imaginário ocidental visões estereotipadas, homogeneizadoras e inferiorizantes acerca dos povos que

viviam originariamente na região, reforçando fortemente, dessa vez imbuídas da credibilidade do conhecimento à luz da razão, representações de Amazônias Indígenas aqui já aventadas, em especial as Amazônias selvagem e indolente.

Aqui, a demonstração dos mecanismos de ancoragem e objetivação baseados nos padrões psicológicos e sociais dos cientistas-naturalistas europeus, que reproduziram representações sociais largamente difundidas sobre o tipo social indígena, tomará como base principal aspectos relevantes do relato da expedição empreendida pelo francês Charles-Marie de La Condamine, uma vez que sua viagem pioneira como cientista à Amazônia reverberou fortemente não só nos círculos acadêmicos e na sociedade de sua época imediata, mas também por ter influenciado o trabalho de cientistas-naturalistas que produziram estudos a partir de expedições posteriores na Amazônia, como o britânico Alfred Russel Wallace e o casal Louis e Elizabeth Agassiz. Revestidos da legitimidade institucional conferida pelo status de cientistas e pela chancela do Estado que, em geral, os patrocinavam ou chancelavam, esses atores representaram de forma recorrente o sujeito indígena como apáticos e tristes (WALLACE, 1979); falantes de uma língua pobre em expressões abstratas, insensíveis, glutões, pusilânimes e incapazes de bom senso e reflexão e semelhante às bestas (LA CONDAMINE, 2000); “rudes habitantes da floresta” (AGASSIZ e AGASSIZ, 2000, p. 207), para citar apenas alguns dos adjetivos predominantemente depreciativos utilizados nas descrições que embasaram centenas de estudos e publicações posteriores sobre os povos indígenas da Amazônia.

Analisar os efeitos discursivos decorrentes de narrativas que mantiveram tamanha vontade de verdade por séculos como a dos cientistas-naturalistas à luz da Teoria das Representações Sociais pressupõe uma revisita ao contexto social e político de onde falavam. As expedições científicas surgem no contexto do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, e sua defesa do conhecimento e condução dos rumos das nações pela razão, em detrimento do obscurantismo dogmático religioso em torno do qual a Igreja se fortaleceu como importante instância de poder nos séculos anteriores e do absolutismo como modelo político de governo. A expansão dos domínios europeus, sobretudo a partir das navegações em direção ao Novo Mundo, significou muito mais que a anexação de novos territórios geográficos aos respectivos reinos, resultando na elaboração de uma estrutura de poder que foi se consolidando em torno da ideia de Ocidente¹⁵ como um parâmetro a partir do qual todo o resto seria comparado – e inferiorizado, caso não fosse idêntico ao modelo de civilização que o ocidente carrega de si.

¹⁵ No exercício de examinar o longo processo histórico por meio do qual emergiu a nova sociedade industrial e avançada, Stuart Hall (2016, p. 315-316) afirma que “Ocidente é um conceito histórico e não geográfico”. Ao

No bojo dessas transformações estruturais, a racionalidade e o desenvolvimento do conhecimento conquistaram paulatinamente lugar central nas dinâmicas de poder que redefiniram as estruturas do modelo ocidental de sociedade e culminaram, no campo político, nas revoluções Francesa e Inglesa. No campo do imaginário e da construção de sentidos sobre aspectos da realidade, as tensões entre as explicações de fenômenos baseadas na fé e a nova ordem antropocêntrica e racional funcionaram como molas propulsoras para o nascimento de estruturas institucionais dedicadas ao estudo das artes e das ciências, inicialmente na França e na Inglaterra, que se instalaram assumindo para si a titularidade da produção do saber capaz de dar respostas à busca humana por conhecer as realidades imanente e transcendente. Nesse contexto, nasceram as sociedades científicas e humanísticas europeias, cujos propósitos de conceber um atlas sobre tudo o que há na terra e pôr fim a polêmicas sobre diversos aspectos geográficos de alguma forma relacionados aos propósitos de expansão dos domínios das nações ocidentais deram guarida às expedições científicas que produziram os relatos cujos trechos mais relevantes, relacionados aos povos originários com os quais tiveram contato durante os percursos realizados pela região amazônica, serão a seguir analisados sob a ótica da Teoria das Representações Sociais.

A tarefa de chefiar a primeira missão geodésica engendrada pela *Académie de Sciences* de Paris tendo como destino as Américas foi confiada ao jovem matemático Charles-Marie de La Condamine, que gozava da afinidade de renomados filósofos da época como Voltaire e, não por acaso, era acostumado desde muito jovem aos círculos do conhecimento e do poder por sua condição socioeconômica privilegiada. “Seu olhar sobre o Novo Mundo não podia ser outro que de uma pessoa que falava a partir de um espaço onde se conhece o poder” (PIZARRO, 2012, p. 96). Apesar dos inúmeros problemas enfrentados por sua expedição iniciada em 1735, La Condamine consegue retornar à Paris em 1744 e publica posteriormente o relato de sua viagem pelo rio Amazonas (LA CONDAMINE, 2000), do qual serão pinçados a seguir alguns trechos particularmente relevantes para a compreensão de representações sociais produzidas e/ou reproduzidas pelos cientistas-naturalistas sobre os povos indígenas amazônicos.

Partindo de seu referencial ocidental de busca inveterada pelo acúmulo de riquezas, La Condamine descreve com ironia a ausência de cobiça dos indígenas diante das possibilidades

detalhar o funcionamento do conceito de ocidente em relação às sociedades externas à Europa, o autor sustenta que essa noção se apresenta como um modelo de comparação a partir do qual convencionou-se definir até que ponto sociedades diferentes se parecem ou se diferenciam entre si e “possibilita elaborar critérios de avaliação contra os quais outras sociedades são classificadas e em torno de quais sentimentos positivos e negativos se acumulam. (Por exemplo, o “Ocidente” = desenvolvido = *bom* = desejável; ou o “não Ocidente” = subdesenvolvido = *ruim* = indesejável.)” (grifo do autor).

de exploração que a natureza amazônica oferecia, associando quase sempre esse comportamento a uma suposta indolência e apatia que os levaria a ignorar ouro debaixo dos próprios pés “em vez de se darem ao trabalho de o recolher e triar. Em toda essa zona, as duas margens do rio estão cobertas de cacau selvagem, que não é menos bom que o cultivado, e de que os índios não fazem tampouco o menor caso” (LA CONDAMINE, 2000, P. 51). Em outro trecho de seu relato sobre a viagem pelo rio Amazonas, usando como exemplo o fenômeno de formação de lagos repletos de peixes na vazante daquele rio, o naturalista afirma que “a natureza parece ter favorecido a preguiça dos índios, e ter ultrapassado suas necessidades” (LA CONDAMINE, 2000, p. 105).

Na seção especialmente destinada a tratar das características dos indígenas amazônicos, o cientista francês reconhece a existência de enorme diversidade de nações e culturas, o que tornaria inapropriado chamá-los todos de “índios”, ao passo que associa tais diferenças a um determinismo orquestrado pela natureza (o clima, o relevo, a hidrografia, os alimentos consumidos) e assevera haver traços de semelhança – o caráter – que os caracterizariam não somente enquanto indivíduos ou grupos dispersos, mas como unidade social, sempre em cabal comparação com seu modelo europeu.

Logo, para dar idéia exata dos americanos, seriam mister tantas descrições quantas nações há entre eles; no entanto – como todas as nações da Europa, apesar de diferentes entre si em línguas, instituições e costumes, não deixariam de ter algo em comum aos olhos de um asiático que as examinasse com atenção – todos os índios da América, das diversas regiões que tive ocasião de percorrer, pareceram-me ter certos traços de semelhança uns com os outros; e, tanto quanto é permitido a um viajante que não registra as coisas senão de passagem, suponho reconhecer em todos eles um mesmo fundo de caráter.

No trecho mais representativo de seu relato sobre os povos indígenas, La Condamine despeja uma série de adjetivos e descrições nada positivas em relação aos indígenas partindo de seus referenciais, produzindo e reproduzindo imagens distorcidas e defasadas a partir de seus próprios valores e experiências e focalizando, também com base nesse referencial, em aspectos que considerava negativos no objeto descrito, produzindo e reforçando representações sociais pejorativas e preconceituosas sobre os povos originários em geral cuja força e transcendência ao longo do tempo seguem gerando efeitos até hoje.

A insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apodo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas idéias, que não vai além de suas

necessidades. Glutões até a voracidade, quanto têm de que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de providência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados. [...] os índios das missões e os selvagens que gozam de liberdade são tão limitados por não dizer tão estúpidos quanto os outros, e não se pode ver sem humilhação o quanto o homem abandonado à natureza, privado de educação e sociedade, pouco difere das bestas. (LA CONDAMINE, 2000, p. 60)

A leitura atenta dos escritos de La Condamine sobre a viagem pelo rio Amazonas revela diversos trechos de contradição na associação dos indígenas à indolência e aversão ao trabalho: não fosse a expertise dos povos originários como guias e produtores de abrigos e sua força braçal para remar e conduzir as embarcações, dificilmente o percurso da expedição teria sido completado. Sempre que adota um estilo textual mais descritivo e menos valorativo, o naturalista aponta situações pragmáticas nas quais os indígenas foram essenciais ao andamento da viagem filosófica, sem, porém, reconhecer tais atividades como ‘trabalho’.

É o que se pode apreender de sua descrição da chegada ao trecho navegável do rio Marañon, na região dos Andes, em 4 de julho, situação em que fora escoltado por todos os índios de um aldeamento local. “De noite o rio cresceu dez pés, e foi necessário transportar às pressas a folhagem que me servia de abrigo, que os índios constroem com habilidade e presteza admiráveis.” (LA CONDAMINE, 2000, p. 53). Ou ainda, quando cita a dificuldade em permanecer na jangada em razão da correnteza do rio e retornar a ela após cair na enseada, de onde só conseguiu sair “[...] pela perícia de quatro índios [...]” (LA CONDAMINE, 2000, p. 54) e se refere à força dos ventos e tempestades, no trajeto entre Pebas, última missão espanhola, e São Paulo, a primeira missão portuguesa, capazes de virar as canoas. “Nós mesmos experimentamos duas procelas no nosso trajeto; mas a grande experiência dos índios faz que raramente a gente seja surpreendido no meio do rio” (LA CONDAMINE, 2000, p. 75). Nem mesmo o espanto diante da demonstração de técnicas de transformação e dos usos avançados da goma extraída de árvores nativas, o caucho, o levou a manifestar, de forma mais sistemática, aspectos favoráveis sobre cultura e modos de vida dos povos indígenas amazônicos em seus relatos.

A visão inferiorizante do outro não-europeu também baseou as observações de La Condamine em relação a línguas com as quais teve contato durante a expedição. É especialmente emblemática para a compreensão dos fenômenos produtores de representações

sociais acerca dos indígenas amazônicos a valoração que faz referente à língua dos jameus. Sustenta o naturalista que a língua daquele povo recentemente reunido em uma “missão de selvagens” é de “uma dificuldade inexprimível”, que falam “por imissão de voz”, quase sem utilizar vogais, acrescentando ainda que não são “[...] a única nação índia que se acha neste caso. A língua brasileira, falada por povos menos grosseiros, revela a mesma indigência, e além do número “três” são obrigados para contar a valer-se da língua portuguesa.” (LA CONDAMINE, 2000, p. 66). Nessa mesma linha de reprodução e reforço à representação social da Amazônia Indígena selvagem, o naturalista francês tece uma série de comentários acerca do aldeamento de Pebas, a última das missões espanholas nas margens do rio Marañon, nos quais é possível notar que o peso da religião sobre a noção de civilização ocidental ainda era muito marcante mesmo diante das tensões provocadas pelo Iluminismo em relação à teocracia e perceber os processos de ancoragem e objetivação em curso na produção de representações sociais do indígena amazônico como selvagem e exótico.

[...] Os habitantes de Pebas na sua maioria ainda não são cristãos: são selvagens recentemente tirados de sua floresta. Não se trata por enquanto senão de fazer deles uns homens, o que não é pequeno trabalho. Não tenho que estender-me por agora sobre hábitos e costumes dessas nações, e sobre tantas outras que encontrei, senão quando isso possa ter alguma relação com a física ou história natural; assim não farei absolutamente descrição de suas danças, de seus instrumentos, de seus festins, de suas armas e utensílios de caça e pesca, de seus ornamentos extravagantes feitos de ossos de animais, e peixes atravessados em suas narinas e lábios, de suas faces crivadas de buracos que servem de estojo de penas de pássaros de todas as cores: mas os anatomistas acharão talvez algumas reflexões que fazer sobre a extensão monstruosa do lóbulo da extremidade inferior da orelha de algum desses povos, sem que por isso a espessura diminua sensivelmente. Ficamos surpresos de ver essas pontas de orelha, de quatro a cinco polegadas de comprimento, com um buraco de dezessete a dezoito linhas de diâmetro, e entretanto nos asseguraram que nada víamos de singular no gênero. Eles encerram primeiro no buraco um cilindrozinho de madeira, e o vão substituindo por outro mais grosso, à medida que a abertura aumenta, até que a ponta da orelha lhes dá pelas espáduas. A sua ornamentação consiste em encher tal buraco com um grande ramallete, ou com um tufo de verdura e de flores que lhes sirva de brinco. (LA CONDAMINE, 2000, p. 74)

O valor da análise dos relatos produzidos por La Condamine para compreender a formação das representações sociais sobre os povos indígenas amazônicos reside no fato de que, por ter sido a pioneira entre as academias de ciências europeias, serviu de alicerces e referências para grande parte dos demais naturalistas e viajantes que percorreram a região na segunda metade do século XVIII e também para a definição de estratégias políticas entre as nações europeias que disputavam entre si não só o domínio sobre os territórios e riquezas, mas

também sobre o conhecimento acerca do Novo Mundo. A começar pelo público escolhido pelo naturalista francês para presenciar suas primeiras apresentações acerca da viagem após seu retorno – além de uma sessão pública inicial, La Condamine proferiu palestra detalhada ao longo de nove sessões na Academia de Ciências parisiense, na presença de personalidades ilustres da ciência à época como o conde de Buffon, o botânico Jussieu, o astrônomo Pierre Bouguer, o naturalista Louis-Jean-Marie Daubenton e o enciclopedista e matemático Jean Le Rond D’Alembert.

Baseado em todo o aparato técnico-científico da época e, principalmente, apoiado em estratégias discursivas que inspiravam credibilidade e aceitação perante os círculos científicos europeus ao mesmo tempo em que proporcionavam entretenimento ao público curioso e ávido por literatura de viagem que circulava pelos salões, cafés e casas literárias, La Condamine contribuiu de forma particularmente significativa para o agenciamento das representações sobre a natureza e, em especial, sobre os povos originários da região amazônica. As contradições no discurso do naturalista francês sobre os povos indígenas aqui anteriormente apontadas tem uma explicação que diz muito sobre o poder a ancoragem e objetivação com base em produtos da mídia no processo de representação social de sujeitos: grande parte das imagens distorcidas presentes nas representações que ele assentou textualmente em sua descrição sobre os povos indígenas foram, em diversos trechos, literalmente silenciosamente ‘emprestadas’ de relatos de terceiros a que o cientista teve acesso antes de ter contato direto com os povos amazônicos e assumiu habilidosamente como suas de tal modo que parecer ter sido fruto de seu trabalho de observação e descrição em campo ao longo da viagem.

Uma comparação cuidadosa da *Relation abrégée* de La Condamine com um relato manuscrito que ele consultou no distrito espanhol de Maynas demonstra que outros textos, copiados quase literalmente em seu relato, constituíram a verdadeira fonte de muitas de suas observações. Assim como a carta de Valleumbroso predispôs o acadêmico a certas conclusões geográficas antes mesmo que chegasse a ver o rio com seus próprios olhos, La Condamine absorveu muito do que sabia sobre as culturas nativas amazônicas do que tinha lido, e não do que ele próprio observou in loco. (SAFIER, 2009, p. 98)

Um dos naturalistas cujo trabalho foi influenciado pela leitura dos escritos de La Condamine, o baiano radicado em Portugal Alexandre Rodrigues Ferreira, produziu uma série de documentos e relatos dispersos sobre os “tapuias” a partir das experiências durante a viagem que realizou à região entre 1783 a 1792, cuja análise detida realizada por Almir Diniz de Carvalho Júnior (2011) reforça em tudo os efeitos do contexto sociocultural no qual foram formados nos naturalistas sobre as representações por eles elaboradas em seus estudos. Apesar

do rico material por ele produzido, optou-se aqui por não aprofundar a discussão em torno do legado de Rodrigues Ferreira em razão de seu estudo nunca ter sido efetivamente publicado como tal, o que acabou por limitar o conhecimento de suas ideias e formulações representativas e, conseqüentemente, o potencial de influência que tiveram sobre o imaginário geral acerca dos povos indígenas amazônicos no decurso da história moderna, mas faz-se obrigatório reconhecer o valor das informações contidas nas cartas, relatórios e dissertações por ele produzidos e somente séculos depois conhecidos¹⁶ para os estudos sobre o processo de transformações históricas vivenciados na e pela Amazônia enquanto noção.

Um dos mais extensos trabalhos de catalogação natural e registros geográficos já publicados na história ocidental, de titularidade do naturalista alemão Alexander von Humboldt, também foi fortemente influenciado pelo legado de La Condamine. Em diversos trechos de suas publicações sobre a expedição por ele realizada à Amazônia espanhola, entre 1799 e 1804, faz referência aos registros de La Condamine, reafirmando a magnitude da repercussão das ideias disseminadas pelo francês perante a sociedade europeia setecentista e oitocentista e, principalmente, sobre o grupo de cientistas que o sucederam na Europa. A corrente seguiu adiante: o trabalho de Humboldt, por sua vez, foi reconhecido e amplamente elogiado por Charles Darwin, que utilizou os estudos produzidos pelo alemão no processo de elaboração da teoria da evolução das espécies; a produção de Humboldt serviu igualmente de fonte e base para outro naturalista interessado na Amazônia, Alfred Russel Wallace, que percorreu a região dos estados do Amazonas e do Pará entre 1848 e 1852 e produziu, a partir de observações realizadas na região, estudos igualmente importantes para uma teoria da evolução pela seleção natural. Este último descreveu, de forma bastante detida, aspectos relacionados ao componente humano da Amazônia, reproduzindo diversos estereótipos emprestados do pensamento ocidentalizante ao classificar os povos indígenas como raças semicivilizadas, seres exóticos, e subestimar sua inteligência, afirmando que [...] “é impossível conseguir que os índios executem essas pequenas coisas com poucas explicações, sendo preciso um grande esforço e paciência para ensinar-lhes o que devem fazer” (WALLACE, 1979, p. 409).

¹⁶ Após 1808, o avanço das tropas de Napoleão sobre Portugal e a fuga da Coroa Portuguesa para o Brasil, parte do acervo documental português foi confiscado e transferido para Paris, o que incluiu os escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a viagem filosófica à Amazônia. Parte do material encontra-se no Museu de História Natural francês até hoje, segundo o dossiê “A França no Brasil”, produzido pela Fundação Biblioteca Nacional, disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/dossie-antigo/logicas-coloniais/passagens/alexandre-rodrigues-ferreira-e-a-odisseia-filosofica/>. A primeira publicação do “Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro” só ocorreu em 1888, quase um século depois do retorno da expedição. Mesmo durante a República, Rodrigues (2010, p. 29-30) narra uma série de tentativas frustradas de publicação do material no Brasil, tendo sido publicados alguns volumes de memórias e iconografias somente em 1974, ainda assim com críticas às transcrições.

1.5 Amazônias descolonizadas?

Um dos textos seminais de Aníbal Quijano (2005) para a compreensão do colonialismo e dos efeitos dos processos por ele desencadeados nos padrões mundiais de poder político e econômico tece toda sua estrutura dissertativa-argumentativa a partir da afirmação de que a América funda-se como a primeira identidade da modernidade, produzida a partir da associação entre a formação das relações sociais baseadas na ideia de raça e da articulação de todas as formas de controle do trabalho, recursos e produtos em torno do capital e do mercado mundial. O espraiamento do sistema colonialista europeu por diversas partes do mundo transformou profundamente a formação político-cultural das sociedades colonizadas e produziu não só efeitos imediatos sobre o patrimônio material e cultural dessas sociedades como também resultou em consequências extremamente duradouras no processo civilizatório que conduziu e configurou o mundo até o estágio atual.

A conquista do Novo Mundo representou, para as nações ocidentais europeias, a abertura de novos horizontes na codificação dos seres existentes no mundo: não somente plantas e animais passaram a figurar em suas classificações e ganharam tipologias com base em seus referenciais pré-existentis, mas também diferentes tipos humanos passaram a ser designados por termos e características que os diferenciavam do padrão físico e cultural por eles considerado como superior – o do próprio europeu conquistador. Conforme já abordado anteriormente neste trabalho, a representação social do outro está relacionada, sobretudo, a uma necessidade de dominação do desconhecido, o que, no caso da América, foi instrumentalizado principalmente a partir na noção de raça. Assim surgem o índio, tipo social nominado a partir de um erro histórico sobre o lugar onde Colombo havia chegado em sua expedição; depois o mestiço e suas diferentes tipologias cunhadas pela lógica racialista de classificação humana. Como parte dos conquistados – tal qual os negros africanos, os povos originários da América passaram a figurar no patamar mais baixo da escala de civilidade pelo padrão eurocêntrico, sendo, por esse motivo, submetidos a um violento processo de aculturação e controle sobre seus corpos e modos de vida, artifício característico do colonialismo, sobretudo aquele orientado à ocupação territorial e exploração das riquezas.

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre

européus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005, p. 118)

O sustentáculo principal da ideia de raça se baseia na suposta existência de estruturas biológicas diferenciais entre os indivíduos, sendo a cor da pele utilizada como critério de nomenclatura básico adotado já nas primeiras classificações raciais modernas registradas¹⁷. Essa corrente serviu de fundamento para ideologias totalitárias como o nazismo de Adolph Hitler, na Alemanha, e para ações violentas de grupos supremacistas brancos como a Ku Klux Klan, nos Estados Unidos. Giddens (2008) assevera que tais diferenciações raciais vão além de serem meras formas de delinear diferenças dos fenótipos humanos e constitui, na verdade, um conjunto de relações sociais que localiza e atribui características a indivíduos e grupos com base em distintivos biológicos, constituindo um poderoso instrumento de sustentação dos padrões de poder e desigualdade na sociedade ocidental. Por esse processo de racialização, populações não-europeias foram historicamente representadas em oposição à raça branca europeia e, assim, situadas pelas nações europeias em patamares inferiores. “No âmbito de um sistema racializado, aspectos do dia-a-dia dos indivíduos - incluindo o emprego, as relações pessoais, o alojamento, os cuidados de saúde, a educação e a representação legal - são moldados e constrangidos pelas suas próprias posições racializadas dentro do sistema” (GIDDENS, 2008, p. 248).

A razão pela qual se faz necessário compreender o papel da difusão da ideia de raça no processo de colonização e representação social da Amazônia e de seus povos indígenas – e portanto, no processo de descolonização – reside no fato de que a identidade social ‘índio’ só foi produzida a partir dessa hierarquização social da população resultante das relações de dominação inerentes à colonização europeia. O projeto de conquista do Novo Mundo dependia, necessariamente, de uma representação inferiorizante do outro que lá vivia para que a exploração, a escravização, a imposição sociocultural de costumes e religião fossem legitimadas e naturalizadas, o que se deu com base na ideia de raça (QUIJANO, 2005).

¹⁷ Segundo Giddens (2008), o Conde Joseph Arthur de Gobineau, considerado o ‘pai’ do racismo científico moderno, tipificou a espécie humana em três raças – caucasiana (branca), negroide (negra) e mongoloide (amarela) – e defendeu a tese de que a primeira era superior em inteligência, disposição e moralidade, em oposição frontal aos negros, considerados por ele instáveis e animais.

Acerca das produções posteriores aos séculos XVIII e XIX, em especial dos chamados autores locais – Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista, Mário Ypiranga Monteiro, entre outros – cujas obras foram produzidas no século XX, Aguiar (2012) sustenta terem sido fortemente influenciadas pelas ideias contidas nesses trabalhos anteriores e vai além, postulando que as “evidências sinalizam que as menções a estes últimos (cientistas-naturalistas) não ocorreram na perspectiva da descontinuidade, do rompimento, do confronto, mas da continuidade, da reafirmação dos discursos sobre os povos indígenas” (AGUIAR, 2012, p. 201). A visão racialista do europeu branco como superior, presente no cerne da noção relacional de civilização difundida pelo pensamento ocidental, se fez presente não só nas abordagens de representações sociais como as produzidas pelo casal Agassiz, ainda no século XIX, mas também seguiram sendo reverberadas por autores locais como o médico Djalma Batista, para quem só era possível promover algum melhoramento do capital humano amazônico por meio da mestiçagem, diante do atraso, da apatia e da indisposição ao trabalho que atribuía aos povos indígenas (BATISTA, 2007).

O contexto sociocultural da região amazônica no final do século XIX e início do século XX propiciou uma enorme profusão de periódicos, inclusive em cidades do interior. No Amazonas, esses espaços privilegiados de divulgação de ideias catalisaram, no primeiro momento da formação de um pensamento social endógeno sobre a Amazônia, boa parte da produção dos intelectuais locais, na forma de ensaios, crônicas e artigos, que embasaram e deram origem a obras de suma importância para reflexões necessárias acerca da região amazônica, ainda que, muitas vezes, reverberassem velhos discursos ancorados nas Euroamazônias e na concepção racialista da civilização ocidental. Em uma rápida pesquisa documental com base em periódicos que circularam ao longo do século XX no Amazonas, é comum encontrar textos assinados por Péricles de Moraes, Djalma Batista, Genesino Braga, Agnello Bittencourt, Álvaro Maia, Arthur Cezar Ferreira Reis, Mário Ypiranga Monteiro, André Araújo e por vários outros membros desse grupo de intelectuais que, em maior ou menor grau, tinham também envolvimento com a vida política e econômica da região e mantiveram estreitas relações entre si por meio da Academia Amazonense de Letras e de outras associações. Não por acaso, comungam, em suas produções, de leituras bastante sinérgicas dos fenômenos amazônicos.

Para se ter uma ideia de quão perenes foram os efeitos das representações sociais sobre os povos indígenas erigidas a partir dos discursos eurocêntricos, resgata-se aqui imagens desse tipo social amazônicos evocadas pelo folclorista Mário Ypiranga Monteiro em um texto publicado no *Jornal do Commercio* somente dois anos após seu falecimento. No artigo

intitulado “Índio, meu irmão”, escrito durante as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, no ano 2000, a imagem de um indígena “paramentado” com “cueio de penas, caintar de penas de arara, aos ombros um adereço de estolica, iaticá, muirapara” (MONTEIRO, 2006, p. 106) é introduzida para receber uma série de conselhos sobre as consequências do então celebrado ‘descobrimento’, vindos de um Mário Ypiranga que, àquela altura com aproximadamente 90 anos, gozava de longa vivência da realidade amazônica, tendo sido, segundo Djalma Batista, um dos poucos intelectuais de sua época que realizou todos os seus estudos, desde o ginásio até a formação superior, no Amazonas e não no sudeste ou na Europa.

Ao negar com veemência a ocorrência de um descobrimento do Brasil, Monteiro (2006) reforça a proposta de retorno ao período pré-colonial, evocando imagens negativas, quase apocalípticas, referentes às mais diversas práticas a que foram submetidos os povos indígenas após a chegada dos portugueses, tais como

o rastro de sangue deixado pela passagem de uma horda de degredados, cristão-novos, apedeutas, preguiçosos, cruéis [...] a destruição de trezentas aldeias dos índios do rio dos Urubus [...] índios Muhras do rio Japurá, massacrados pelos portugueses numa guerra injusta [...] os nobres índios Manau, destruídos totalmente porque não quiseram dobrar os joelhos diante da espada do crucifixo do ádvena intruso [...] os cadáveres de milhares de seres que tiveram por culpa única haverem nascido neste belo país (MONTEIRO, 2006, p. 106).

A esse indígena, a quem o autor chama repetidas vezes de “irmão” neste texto de publicação póstuma, é atribuída uma imagem de concordância tácita, sem resistência, diante do processo de integração moderno e da proposta nacional de comemoração daquela data histórica em que foi escrito – a comemoração do ‘descobrimento’, o que se pode depreender dos trechos em que Monteiro (2006) questiona onde estaria a dignidade, os valores, a independência e a coragem do índio que, no passado, resistiu em batalhas contra a assimilação excludente de sua cultura promovida pelo Estado e pela Igreja. Por fim, o autor adverte o indígena de que a comemoração se trata, na verdade, de uma tentativa de submetê-los, mais uma vez, a uma humilhação.

Em conferência proferida por ocasião do Dia do Índio, no Clube Internacional de Porto Velho, em abril de 1946, Mário Ypiranga Monteiro lança, com relativa carga de preconceitos e diante do olhar atento de militares que governavam aquela região, os fundamentos da caracterização do elemento indígena como um dos pilares da constituição cultural brasileira, ideia defendida por ele em grande parte de suas produções acerca da cultura e do folclore

regional e nacional. Ao se referir aos indígenas como “nossos aborígenes”, sustenta no texto que “o índio brasileiro não evolui de todo” (MONTEIRO, 2001, p. 2), tomando-se a palavra evolução em seu sentido puramente humano, e defende que o indígena ficou à margem da civilização dos brancos. A imagem do indígena brasileiro é elaborada no discurso de Monteiro expresso nesse texto partir da evocação de ideias que resgatam os anos de sofrimento, sacrifício e luta e associam à ideia de evolução a chegada a um novo estado social pelos povos indígenas, em que lhes é garantida – na visão do autor – paridade de direitos. O referencial da representação, como se vê, baseia-se no modelo de civilização ocidental para efeitos de escalonamento do ‘grau’ de evolução dos povos originários.

Apesar de ter sido, reconhecidamente, um grande defensor da cultura e das tradições indígenas no conjunto de sua obra, a força das representações sociais baseadas no discurso europeu se mostra exemplificada em determinados trechos do discurso de Monteiro durante a referida conferência, mormente quando ele defende que caberia à sociedade envolvente, formada por homens “mais intelectualmente dotados”, proteger, guiar e defender os índios brasileiros e ampará-los em suas pretensões. Citando Michel de Montaigne, impõe ainda aos indígenas “atributos naturais de bondade” e “infantis aspirações” e recomenda ainda “podar-lhe as escrescências, convencê-lo suasoriamente”, afastando-lhes das desordens e do “caminho da depredação” sem a necessidade do uso da violência. Em vez de uma bala, “um sorriso amigável” (MONTEIRO, 2001, p. 4).

Mesmo carregando as marcas indelévels das representações sociais eurocêntricas sobre a região amazônica em sua extensão internacional, há que se reconhecer a inédita pluralidade de vozes surgida com o alvorecer do século XX. O contexto desse novo cenário gira, principalmente, em torno do cenário macroeconômico da chamada primeira globalização, durante a qual os países latino-americanos concentravam importante atenção à exportação de produtos primários. Na porção brasileira da Amazônia, registra-se o Primeiro Ciclo da Borracha (1879 - 1912), com impactos econômicos e socioculturais mais fortemente sentidos em Manaus (AM) e Belém (PA). Para ilustrar essa pluralidade de discursos dos intelectuais do início do século XX, Pizarro (2012) se debruça sobre os textos do brasileiro Euclides da Cunha – *À Margem da História* (1909); do juiz peruano Carlos Valcárcel – *El proceso del Putumayo y sus secretos inauditos* (1915); e do colombiano José Eustasio Rivera – *La vorágine* (1924). Em Euclides, destaca-se a invisibilidade da identidade indígena em detrimento do tipo social por ele objetivado como ‘caucheiro’ e o determinismo climático imposto pela floresta imensa e infernal que limita as capacidades do homem amazônico e lhes confere uma inferioridade favorecedora de degenerescências morais e de submissão a um sistema laboral de servidão por

dívida. Em Valcárcel, a narração em tom de denúncia do julgamento do caso Putumayo, no qual a empresa do poderoso Julio César Arana era acusada de ter promovido uma chacina com enorme crueldade contra 30 indígenas peruanos, se coloca à serviço dos direitos humanos para, às custas de muita perseguição e acusações de traição, impedir o apagamento de crimes cometidos por poderosos contra indígenas. Em Rivera, o mais famoso internacionalmente, o romance de floresta escrito a partir de sua vivência da porção amazônica da Venezuela e da Colômbia, insere suas personagens nas tramas de poder em torno da exploração da borracha e as contextualiza na ilusão da promessa de uma vida melhor na selva sedutora e, ao mesmo tempo, asfixiante.

No discurso dos intelectuais locais, portanto, a construção da noção de Amazônia parte das experiências vividas naquele contexto histórico da economia baseada no extrativismo por atores envolvidos na construção de suas nações, diferentemente dos primeiros colonizadores. O elo entre os discursos do passado e os daquele presente está justamente na visão inicial da floresta como um paraíso promissor, capaz de oferecer uma vida melhor – tal qual o Eldorado – mas que, na vivência e na sobrevivência diária em seu interior, revela-se selvagem, infernal, cruel e incivilizada, projetando imagens semelhantes às representações das Euroamazônias dos colonizadores, das Amazônias em tons de verde e da Amazônia Indígena selvagem, todas já anteriormente tipificadas.

Já nas décadas de 80 e 90, a partir de reflexões sedimentadas internacionalmente por pensadores amazônicos como Renan Freitas Pinto (2008) e Marilene Corrêa da Silva (1996; 2013), dentre outros, tornou-se ponto pacífico que a compreensão da Amazônia de forma satisfatória perpassa, necessariamente, por uma mudança de paradigma a respeito da multiplicidade de interações biológicas, culturais e socioeconômicas ocorridas simultaneamente em vários graus nesse universo de sentidos que, historicamente, tentou-se enquadrar em definições cartesianas pré-existentes que pouco se aplicam à região. A complexidade desse emaranhado de noções que compõe o imaginário e as representações acerca da Amazônia encontra-se em constante transformação há séculos e segue sendo submetida a reinvenções contemporâneas por grupos de interesse presentes nas estruturas de poder, hoje não mais limitados geograficamente à própria região.

Nesse contexto, a formulação de representações e apropriações simbólicas sobre a Amazônia não são – parece nunca terem sido – prerrogativa exclusiva das mulheres e homens amazônicos e amazônidas. Há, nesse processo, uma participação crescente e ainda pouco estudada das comunidades e redes virtuais paulatinamente estruturadas a partir do processo de globalização, fenômeno que merece um olhar epistemológico transdisciplinar capaz de produzir

alicerces de um arcabouço de saberes com potencial para ser amplamente utilizado por pesquisadores dedicados à compreensão das interações sociais no espaço virtual e de que forma tais configurações têm ou não produzido efeitos com base na perspectivas de descolonização da concepção ideológica da Amazônia.

Seção 2:
AMAZÔNIAS EM REDE

2. TECITURAS DE PODER NAS AMAZÔNIAS MUNDIALIZADAS

A análise das contradições em meio às quais foram forjadas as noções mais recorrentes daquilo que o mundo convencionou chamar de Amazônia revela que a região para a qual o projeto de colonização brasileiro literalmente deu as costas sempre foi objeto de disputas acirradas, antes mesmo de o Brasil passar a ser concebido nos registros cartográficos. O fato de a questão geopolítica da Amazônia – a polêmica em torno da posse sobre a região – ter sido reavivada com veemência nas últimas décadas pode ludibriar um olhar desatento e pouco conhecedor das redes invisíveis que permeiam sua existência a acreditar que se trata de uma dinâmica recente. Basta um raso mergulho na história dos diversos tratados entre as nações europeias e mediados pelo poder da Igreja para afastar essa premissa e se certificar da existência de uma complexa trama de redes de interesses em torno da região antes mesmo de o Velho Mundo ter certeza da existência dessas terras em além-mar.

O que vem sendo alterado ao longo dos séculos pela ação das dinâmicas socioeconômicas em curso impulsionadas pelas revoluções diz respeito à forma, às finalidades e aos atores envolvidos nas inúmeras redes de disputa que têm a Amazônia como nó e meta. Ao aportar na foz do rio Amazonas e ‘tomar posse’ da região em nome da coroa espanhola, Pinzon inaugurou efetivamente novas redes que, pouco tempo depois, foram ainda mais complexificadas e tensionadas com a chegada dos portugueses e franceses na Amazônia. Novos tratados e acordos foram estabelecidos no intuito – fracassado, inclusive – de regular o funcionamento dessas novas redes. O fracasso desse mecanismo se deve ao fato de que a reconfiguração prática dos nós e metas das redes funcionam em velocidade e escala muito mais ágil e maior do que a lógica pragmática dos normativos ocidentais. A abordagem de tais questões aqui não se presta detalhar marcos históricos específicos que exemplifiquem a existência e funcionamento dessas redes, e sim demonstrar que a existência de redes internacionais de interesses que vão além dos limites e de sua preservação é o padrão a partir do qual é possível perceber que os processos mundiais em curso se efetivam a partir do local.

Ao abraçar a abordagem da Amazônia como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo, este trabalho estabelece um diálogo entre a análise de Silva (2013) sobre as metamorfoses experienciadas pela região a partir do processo de globalização e o contributo teórico-analítico de Castells (2003; 2019) para a compreensão dos fenômenos contemporâneos e pós-modernos em torno das dinâmicas de poder na sociedade em rede. A partir desse debate, busca-se evidenciar as contradições e reconfigurações advindos do processo de globalização no contexto amazônico que modificou e ainda segue alterando as representações sociais sobre a Amazônia, transpondo os limites do estado nacional e alcançando

dinâmicas mundiais que participam ativamente da tecelagem de redes das quais a região e as ideias sobre ela produzida são importantes vértices. A questão indígena segue como eixo central de análise e reflexão, não apenas por ser o mote principal dessa pesquisa, mas também porque ocupa papel fundamental nessas dinâmicas, *pari passu* com a questão ambiental.

As relações mundiais contemporâneas impõem outras circunstâncias históricas de inserção da Amazônia na dinâmica global, de onde a região reemerge com feições e paradoxos acentuados. Quanto mais a Amazônia é vista como um espaço geopolítico, um paraíso fiscal, um patrimônio da humanidade, uma zona econômica emergente, um banco genético planetário, mais as contradições pretéritas e presentes dos ciclos históricos da acumulação originária, do capitalismo internacional, da economia mundial ganham complexidade no plano local. Situar a Amazônia no âmbito da globalização contraditória implica demonstrar como e quais processos e forças mundiais se manifestam localmente em conjunturas especiais. (SILVA, 2013, p. 11)

No século 19, os efeitos da revolução industrial inglesa chegam à região amazônica e, novamente, o repertório de representações acerca da geopolítica da região sofre alterações. A borracha passa a ser o elemento central em torno do qual orbitam as aspirações político-econômicas relacionadas à Amazônia ao longo de décadas. Os impactos dessa influência na configuração dos espaços urbanos e rurais da região podem ser constatados a partir de elementos como a produção literária sobre a região, na qual Euclides da Cunha aparece com destaque, passando pela influência na produção de bens culturais e repercutindo em aspectos socioeconômicos, estes últimos objetos de preocupação intelectual de Djalma Batista (2007), Araújo Lima (2001) e Arthur Cezar Ferreira Reis (1987; 2001). Foi também nesse período que o volume de publicações de periódicos impressos deu um salto numérico significativo, deslocando também a abordagem antes dominada pelos assuntos de interesse da Coroa para a realidade local vivenciada à época, tendência ainda mais fortemente reforçada com o advento da República, em 1889.

Todos esses processos dinamizadores da história social, econômica e cultural da região amazônica estão intimamente ligados a transformações estruturais no modelo de sociedade ocidental cujos efeitos alcançam, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, todas as formas de vida no planeta terra. O fio condutor a partir do qual as metamorfoses da Amazônia nos séculos mais recentes serão analisadas e contextualizadas em perspectiva tem como alicerces e balizas o olhar maduro de Manuel Castells (2003; 2017a; 2019) acerca das dinâmicas sociais desencadeadas pelas revoluções tecnológicas, as quais consolidaram também em relação à vida humana em sociedade o já amplamente conhecido e estudado padrão de organização

biológico da vida em formato de redes e alteraram de forma irrevogável o modelo de exercício do poder centralizado na figura dos estados nação.

2.1 Dinâmicas de poder na sociedade em rede global

O turbilhão de mudanças decorrentes da globalização teve clara repercussão nas dinâmicas do poder enquanto ferramenta necessária para a organização do Estado. Primeiramente vinculado diretamente à ideia de violência física, o poder enquanto capacidade de atingir determinados objetivos por meio do domínio passou a assumir caráter mais relacional – principalmente mediante a emergência dos processos de comunicação em massa – e agregou o discurso como complemento e apoio recíproco à violência no exercício do poder. Nesse sentido, apoia-se nas bases alicerçadas pelas teorias do poder de Foucault (1999) para se assumir, a partir dos mecanismos violência e discurso, o poder como “a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder” (CASTELLS, 2017a, p. 57). O exercício do poder, segundo essa noção, se dá por meio da coerção (ou de sua possibilidade) e/ou – mais especificamente em nosso caso – pela construção de significado com base em discursos por meio dos quais os atores sociais orientam suas ações. Essa foi a principal fonte de poder segundo a qual as noções primeiras sobre a região amazônica foram assentadas e passaram a agenciar as representações sociais em torno dela a partir de uma visão ocidentalizante, eurocêntrica, tal qual anteriormente discutido.

Essa complexa e instigante amálgama de teorias do poder na sociedade produz, a partir da abordagem de cada um dos autores e autoras mais influentes, uma análise multifacetada bastante análoga dessa dinâmica em transformação. Ao defender o agir comunicativo como elemento organizador das relações de poder necessárias ao exercício da democracia, Habermas (1984a; 1984b) sustenta que a sociedade passa a consentir a dominação pelo Estado à medida que este passa a utilizar o poder do discurso para construir significados compartilhados que legitimem o controle exercido sobre os entes que dele fazem parte. Assim, a base da estabilidade institucional se dá não mais unicamente pela imposição de interdições e reprimendas forçadas, mas também – e principalmente – por meio da articulação de interesses e valores diferentes na esfera pública que garantam a legitimidade do exercício do poder pelos aparatos do Estado. Longe de ser o único meio pelo qual se obtém a legitimidade, o processo democrático do qual trata a teoria política habermasiana tem como base fundamental uma categoria central para a compreensão do tema principal desta dissertação: as redes de comunicação.

A partir da distinção entre dois elementos da teoria do poder de Talcott Parsons (1963), o ‘poder sobre’ e o ‘poder para’, tem-se que o exercício do poder por determinado ator social se dá sempre a partir do interesse em intervir em estruturas sociais nas quais há outros atores sociais envolvidos em relações de poder pré-estabelecidas. Trata-se sempre de exercer o poder contra alguém para atingir determinada meta. A visão histórica dos processos sociais impede qualquer pesquisador mais atento de adotar uma visão ingênua da sociedade como um coro uníssono de vozes tranquilas e apaziguadas em suas necessidades e disputas. Ao contrário: a contradição e o conflito estão no cerne de todos os níveis dos processos de estruturação das sociedades, de modo que são necessários, para que haja regulação da vida social por meio das instituições, acordos temporários e espécies de contratos negociados de cristalização do poder por meio dos quais atores em posições mais vantajosas exercem poder sobre outros atores com o objetivo de obter o poder para implementar suas metas.

Nesse sentido, não seria exagero algum afirmar que os povos originários da Amazônia figuram, desde a invasão europeia até os dias atuais, no polo contrário aos interesses de exercício de poder pelas sociedades ocidentais. De todas as heranças do colonialismo, Silva (2013) destaca a questão indígena como o principal aspecto não enfrentado e mal resolvido na Amazônia. A forma como as mais diferentes nações indígenas foram reunidas em agrupamentos coloniais provocou uma intensa modificação no sistema de aquisição e reprodução cultural desses povos. A integração às primeiras instituições regionais; o modo pelo qual o sistema colonial os libertou e, ao mesmo tempo, os diferenciou em relação aos escravos africanos mas ainda os manteve com súditos inferiores; o apagamento sistemático de suas contribuições para a formação da identidade cultural nacional dos países abrangidos pela região; os incontáveis episódios de genocídio; as estratégias de resistência seja buscando o combate direto, seja buscando refúgios selva a dentro; os grandes projetos desenvolvimentistas que seguem mirando insistentemente nas terras tradicionalmente habitadas por esses povos: o padrão revelado por todos esses processos mostra que, em relação aos povos indígenas amazônicos, os contratos necessários à regulação da vida social dos quais fala a teoria do poder de Parsons nunca foram negociados, e sim impostos de todas as formas possíveis.

Ao analisar essas dinâmicas à luz do conceito de sociedade de Mann (1992) como redes socioespaciais de poder múltiplas, sobrepostas e interagentes, considera-se que, no passado, as fronteiras da sociedade no modelo de Estados-nação estavam limitadas por formações espaço temporais bastante restritas e, por isso, distintas da lógica global. Portanto, a mudança de paradigma em relação à centralidade do Estado nas relações de poder apontada pelo autor afeta também a estabilidade em torno da noção de sociedade tradicional, pois a visão

da sociedade como uma rede de interação social pressupõe a desintegração dos limites dessas unidades. Não há limites nas redes e suas bordas são tão rarefeitas e voláteis quanto a compatibilidade ou a competição entre os interesses e valores internos de cada rede, e ainda de sua interface com esses mesmos interesses e valores de outras redes com as quais se relacionam (CASTELLS, 2017a).

Os primeiros contornos de projetos autônomos ocidentais de formas organizacionais em redes só começaram a surgir com o amadurecimento da sociedade industrial e, conseqüentemente, das tecnologias de comunicação. Apesar de serem importantes componentes desse processo de mutação das dinâmicas de poder na sociedade, as influências econômicas não são, conforme assevera Giddens (2003), forças da natureza. A tecnologia e a difusão cultural por ela possibilitada, assim como as decisões dos governos para liberalizar e desregulamentar suas economias nacionais, são igualmente responsáveis pelas alterações provocadas na estrutura da vida do ser humano moderno e pós-moderno. “Quando a imagem de Nelson Mandela pode ser mais familiar para nós que o rosto do nosso vizinho de porta, alguma coisa mudou na natureza da experiência cotidiana. (GIDDENS, 2003, p. 22). É nesse sentido que Castells (2017a) conclui que as relações de poder deixaram de ser primordialmente exercidas por meio da intimidação ou da violência, passando a visar a mente das pessoas, por meio de processos de comunicação.

A síntese do novo padrão de organização social com base na lógica das redes é representada por Castells (2003; 2017a) no conceito de sociedade em rede global, cujos alicerces estão fincados na revolução microeletrônica iniciada entre 1950 e 1960 e nas transformações provocadas pelas tecnologias – sobretudo da comunicação – nos processos de transformação social. Apesar de reconhecer a origem fundamental do processo de globalização em fatores econômicos, políticos e culturais, o sociólogo espanhol sustenta que foram as redes globais formadas por tecnologias de comunicação digital e sistema de informação as estruturas responsáveis por impulsionar as forças geradoras do movimento pela globalização. Esses aparatos tecnológicos são, portanto, meios pelos quais é possível produzir efeitos práticos a partir de tendências existentes na estrutura social.

Uma sociedade em rede é uma sociedade cuja estrutura social é construída em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e de informação processadas digitalmente e baseadas na microeletrônica. Considero estruturas sociais como arranjos organizacionais de seres humanos em relações de produção, consumo, reprodução, experiências e poder, expressos em uma comunicação significativa codificada pela cultura. (CASTELLS, 2017a, P. 70)

Por natureza, a sociedade em rede é considerada uma sociedade global, visto que os efeitos dos processos que ocorrem no interior dessas redes globais participantes da estrutura social abrangem todos os atores sociais minimamente relacionados a essas estruturas, mesmo os que não estão incluídos, efetivamente, nessas redes. Mesmo quem não é acionista ou sequer tem alguma noção de funcionamento do mercado financeiro é afetado diretamente pelos efeitos positivos ou negativos de eventos ocorridos nessa rede; a complexa e multifacetada rede de relações comerciais de importação e exportação de bens e insumos também repercute, em várias medidas, na realidade de atores que nunca exerceram a atividade empresarial ou comercial, pois todos estamos vinculados a essa rede na posição de consumidores. Os impactos sentidos mundialmente ante as constantes instabilidades políticas vivenciada em grande parte dos países da América Latina nos últimos anos, assim como o embate entre China e Estados Unidos e as tensões provocadas pela imigração em massa de refugiados de conflitos no oriente médio para países da Europa são sentidos, em maior ou menor grau, por diversos vértices dessa complexa rede. A pandemia do novo coronavírus que tomou o mundo de assalto em 2020 evidenciou o nível de coesão dessas redes invisíveis que conecta pessoas e instituições no mundo todo e produz impactos em escalas nunca antes vistas.

A penetrabilidade dessas redes alcança até mesmo os povos indígenas que vivem isolados do contato com não-indígenas na Amazônia, uma vez que essas mesmas redes são responsáveis pelo avanço de atividades econômicas – muitas vezes ilegais – como o garimpo¹⁸ e a extração de madeira e a agropecuária, que deixam um rastro de impactos socioambientais cujos efeitos são diretamente sentidos por esses povos: contaminação da água utilizada para consumo por mercúrio, redução das áreas de caça e coleta de alimentos nas florestas com o avanço do desmatamento, ocorrência de conflitos e mortes de membros desses grupos já reduzidos em encontros com invasores armados, para citar apenas alguns exemplos. Diante de tantos indícios cabais, é impossível negar que as principais atividades reguladoras e moduladoras da vida humana em sociedade em todos os lugares do globo terrestre estão organizadas em redes globais que se autorreconfiguram com frequência, conectadas pelo fio da globalização.

É da brilhante analogia abstrata do conceito de sociedade com a geometria, marcante na obra de Geog Simmel (2006), que a teoria das redes empresta seu formato de visualização

¹⁸ GARIMPO ilegal próximo a indígenas isolados é desmobilizado durante operação no Amazonas. **G1 AM**, Manaus, 13 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/09/13/garimpo-ilegal-proximo-a-indigenas-isolados-e-desmobilizado-durante-operacao-no-amazonas.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2019.

das relações sociais em rede. Em seus estudos, o teórico alemão ainda pouco estudado no Brasil rompeu barreiras ao criticar o que chamou de sociologia genérica e propor um olhar científico sobre a sociedade para além do material humano socialmente formado a partir da realidade histórica, deslocando o cerne da ideia de sociedade e sociabilidade para a ocorrência das ações recíprocas, a interação, distinguindo-se forma e conteúdo dessas ações que dão lugar à socialização. Tal noção é elementar para a compreensão dos principais componentes da teoria das redes, que está no alicerce da sociedade em rede. Nessa estrutura, os ‘nós’ são os atores sociais interconectados entre si por meio de complexas redes de comunicação tecidas ao redor de metas programadas e, ao mesmo tempo, autoconfiguráveis. Pessoas, empresas, entidades, instituições, movimentos sociais: tudo o que é capaz de produzir, absorver e processar informação pode ser um nó. A lógica das redes, no entanto, não se baseia pura e simplesmente nesses ‘nós’, e sim nas conexões entre eles. Em cada nova figuração, eles podem assumir diferentes posições de poder, demonstrando o caráter relacional e flexível das redes. Nesse sentido, a força do vínculo existente em uma rede está diretamente ligada à unidade de objetivos em cada circunstância (CASTELLS, 1999; VAN DIJK, 2006).

Diferentemente da lógica tradicional de relações de poder, na estrutura das redes, será mais importante aquele nó que, naquela circunstância relacional, for capaz de absorver e processar mais eficientemente os dados circulantes na rede e, assim, contribuir para a concretização das metas daquela estrutura. Tal importância, não custa lembrar, é igualmente relativa e situacional, uma vez que as redes são estruturas abertas e em movimento, caracterizadas por um intenso dinamismo nas relações ali estabelecidas. Em questão de segundos, um tema pouco debatido em uma rede pode ser alçado a um dos tópicos principais de conversação. Diferentemente do espaço geográfico físico, não há rigidez nas fronteiras de uma rede: à medida em que os nós expandem ou contraem suas conexões, esses limites são alterados. As intersecções e distanciamentos constantes dessa dinâmica das redes produzem lógicas igualmente voláteis de inclusão e exclusão, em um processo de globalização desigual característico da estrutura social da sociedade em rede.

Para dar base de sustentação à sua teoria do poder da comunicação, Castells (2017a) propõe a superação da visão unidimensional sobre a fonte do poder a partir da constatação de que a própria questão tradicionalmente posta sobre o poder pode não fazer sentido na sociedade em rede. Estão em jogo novas formas de exercício do controle sobre os outros, novos tipos de atores. O Estado, por exemplo, deixou de ser o ente de controle absoluto do poder e passou a ser um dos nós de uma extensa rede de poder. Nesse sentido, a estrutura conceitual sistematizada por Castells propõe a diferenciação entre quatro formas distintas de poder: poder

nas redes, poder da rede, poder trabalhado pelas redes e poder de criar redes. O primeiro tipo estaria relacionado à forma de poder exercida por certos nós sobre outros no interior da rede, funcionando de modo semelhante como um gerenciador de tomada de decisões, um influenciador que procura impor, nas suas relações, sua vontade. O segundo tipo – poder da rede – é exercido pelos padrões da rede impostos a seus pretensos componentes. O terceiro consiste, segundo o autor, na capacidade de permitir que um meio de comunicação ou uma mensagem entre na rede por meio de procedimentos de *gatekeeping*. O quarto e último tipo de poder, o de criar redes, está relacionado à “capacidade de constituir redes e de programar/reprogramar as redes em termos de metas a elas atribuídas” (CASTELLS, 2017a, p. 91).

Para explicar seu raciocínio sobre os papéis assumidos pelos atores nas dinâmicas de poder na sociedade em rede, o autor segue descrevendo dois mecanismos básicos aos quais a capacidade de exercer dominação e determinação sobre a vida das pessoas em um mundo de redes: a capacidade de formar redes e de programar/reprogramar metas atribuídas a essas redes; e a capacidade de se conectar e garantir a cooperação de várias redes, seja pela associação de recursos e compartilhamento de objetivos em comum ou por meio da realização de parcerias estratégicas com redes concorrentes para evitar a competição. A partir dessa premissa, é possível caracterizar as duas principais posições de poder no mundo em redes: a de programador e a de comutador. A primeira é, certamente, a mais decisiva, pois é capaz de definir e reprogramar as metas em torno das quais a estrutura e os nós de determinada rede irão se reconfigurar para desempenhar seus papéis. A segunda função, de comutador, possui o controle dos pontos de conexão entre essas redes estratégicas e por meio da compatibilização das metas entre essas redes com o intuito de induzir sinergia e, ao mesmo tempo, reduzir as possíveis contradições entre elas. Programadores e comutadores devem ser identificados e compreendidos no contexto de cada rede, já que o poder em rede é relacional. Ambas funções, compreendidas como mecanismos operados na interface entre vários atores sociais, que podem ser indivíduos e grupos, mas também as próprias redes, detém a principal forma de poder na sociedade em rede: o poder de criar redes (CASTELLS, 2017a).

É nesse sentido que Castells (2017a), ao discorrer sobre a sociedade em rede como base para o desenvolvimento de uma teoria do poder da comunicação, propõe a análise teórica dessa sociedade a partir de três olhares: como arquitetura global de redes frequentemente reprogramadas e autorreconfiguráveis por poderes presentes em cada esfera; como produto da interface entre vários desenhos e formatos de redes, inclusive as de atividades modeladoras da vida em sociedade; como decorrência de uma interação de segunda ordem entre essas redes

dominantes e formações sociais excluídas da engrenagem global de operação das redes. Para se chegar à compreensão das dinâmicas de poder em nosso mundo seria, portanto, necessário caracterizar a sociedade em rede em seus componentes centrais: “a produção e apropriação de valor, o trabalho, a comunicação, a cultura e seu modo de existência como uma formação espaço temporal” (CASTELLS, 2017a, p. 73).

2.1.1 Caracterização da sociedade em rede

Há 30 anos, quem poderia imaginar que um aplicativo de celular aparentemente simples, que permite troca de mensagens em texto, áudio e vídeo entre usuários de internet do mundo inteiro, valeria US\$ 19 bilhões em uma transação de compra e venda? Esse foi o valor pago pelo Facebook, em 2014, para a compra do WhatsApp. E essa sequer foi a maior transação da história on-line: em 2017, o Facebook pagou US\$ 49 bilhões por outro aplicativo que virou febre em todo o mundo desde 2011. O mesmo ocorreu com o Skype, vendido por US\$ 8,5 bilhões para a Microsoft, com o YouTube, vendido por USD 1,6 bilhão para o Google e tantas outras plataformas de relacionamento, produção e difusão de conteúdo via internet nos últimos anos. As perguntas necessárias para introduzir a argumentação que se segue sobre um importante aspecto da sociedade em rede – a produção e apropriação de valor e a economia – é: por que esses empreendimentos valem tanto? Por que há investidores no mundo todo interessados em apostar suas fortunas em plataformas de uso gratuito, em sua maioria, com poucos ativos físicos de valor, que possibilitam às pessoas comuns conversarem e trocarem informações e arquivos igualmente ordinários entre si? Quem define que esses empreendimentos terão todo esse valor?

Apesar de reunirem alguns dos computadores mais potentes do planeta e diversos outros dispositivos tecnológicos de última geração, além do qualificado corpo técnico de desenvolvedores e engenheiros, o valor desses empreendimentos não decorre de ativos físicos. Tampouco rendem a seus controladores grandes quantias pagas por usuários para ingressar nos serviços, já que quase todas as maiores plataformas on-line são gratuitas. O que motiva, então, os apropriadores de valor a investir vultosas quantias ou em ações nessas ferramentas é exatamente o que as pessoas e empresas que utilizam tais serviços dizem sobre si, sobre os outros, sobre necessidades, desejos de consumo ou propensões ideológicas. Dispensando o olhar apocalíptico sobre tais ferramentas, segundo o qual funcionam como uma espécie de panóptico moderno que instaura uma ditadura de vigilância e controle subjetivos, ressalte-se aqui que o valor reside na acurácia com que esses empreendimentos possibilitam a seus controladores apreenderem nossa cultura nos mais variados níveis e de forma automatizada.

Monetizar o acesso direto a nossos padrões de hábitos diários de interação social, de consumo, de comportamento em geral é o que atribui a essas gigantes do ramo tanto valor.

O exemplo discorrido acima demonstra com precisão o feito da nova economia surgida em escala global nas últimas décadas do século XX, na esteira da revolução da tecnologia da informação. Castells (2019) aponta três características fundamentais dessa nova ordem econômica – que estão interligadas: o informacionalismo, o qual aponta a capacidade de gerar, processar e aplicar a informação baseada em conhecimentos de forma eficiente como o eixo central da produtividade, da competitividade e da geração de valor na sociedade em rede; a globalização, decorrente da escala global em que as conexões entre agentes econômicos se estruturam e organizam tanto as atividades produtivas como o consumo e a circulação; e o funcionamento em rede, lógica por meio da qual essas interações se estabelecem entre redes empresariais.

Ao se aproximar do conceito de figuração em Norbert Elias (1980), tem-se na superação do afastamento entre as noções de indivíduo e sociedade um importante referencial para a compreensão dessa lógica de interdependência nas relações de poder desde os primórdios da humanidade, em clara demonstração de que a lógica permanece inalterada, como defendido anteriormente. Longe de serem entidades fechadas em si mesmas e totalmente apartados, devem ser entendidos como processos indissociáveis. Um indivíduo que nasce em determinada sociedade já chega a ela com um papel previamente definido por uma série de fatores como a situação econômica de seus pais e o contexto geográfico, cabendo a ele escolhas bastante limitadas entre as funções preexistentes. Ele crescerá como parte de uma teia previamente construída por outros atores e funções e, fazendo parte dela, assumirá uma função por meio da qual passará a se relacionar com outros indivíduos em diversos contextos de relações sociais.

Nesse sentido, os conceitos de figuração e interdependência (ELIAS, 1994; 2001) auxiliam na compreensão do caráter relacional das dinâmicas de poder aqui abordadas, sendo as figurações as diferentes configurações sociais nas quais os indivíduos desempenham suas funções e a relação de interdependências a característica que explica as ligações existentes nessas teias. A título de exemplo, tem-se que um mateiro da zona rural de Barcelos, no Amazonas, mulher ou homem conhecedor das entranhas da floresta amazônica, integra a figuração em torno da cadeia produtiva das vassouras à base de fibras naturais como a piaçava e está conectado a empresários do ramo, órgãos públicos licenciadores, comerciantes que revendem o material já beneficiado, funcionários de todas essas instâncias e todos aqueles que utilizam tais vassouras para a limpeza doméstica. Para que a cadeia funcione, esses indivíduos mantêm entre si teias invisíveis que interligam suas funções, por isso são interdependentes. Tal

como preconizado pela teoria de Castells, as dinâmicas de poder existentes nas conexões dessa teia assumem caráter relacional e se modificam no seio das figurações: mesmo distante do poder econômico ou político, o mateiro assume uma posição privilegiada nas relações de poder dessa cadeia produtiva, uma vez que, sem ele, seria impossível a localização e extração da matéria-prima básica necessária para que o produto chegue ao destino final. Qualquer um que se arrisque a assumir essa função sem as propriedades reunidas por meio da experiência e da tradição, sem a ajuda do mateiro, certamente se colocaria em grande risco. Já em relação à precificação final do produto e condições de trabalho, o poder desse trabalhador em comparação ao dos empresários e compradores finais é ínfimo.

As mudanças provocadas pela nova dinâmica da economia política estabelecida com a sociedade em rede também repercutiram na organização do trabalho em todo o mundo, alterando uma série de pressupostos vigentes desde a sociedade industrial que regulavam a distribuição de poder nas diversas figurações de produção. O próprio capitalismo vivenciou uma importante transição, sobretudo a partir da crise dos anos 70, levando à reformulação dos padrões clássicos de organização industrial diante da diversificação mundial dos mercados e resultando no novo modelo de economia informacional, global e em rede. Nesse processo, a existência e necessidade do trabalho permaneceu inalterada. O que tem mudado sobremaneira em relação a épocas anteriores é o volume de horas trabalhadas: as pessoas trabalham muito mais. Além disso, há mudanças significativas também na forma de organização e valoração do trabalho, com reflexos diretos sobre a divisão de perfis de trabalhadores na sociedade em rede.

Castells (2017a; 2019) aponta ainda outra importante alteração promovida pela emergência de uma nova estrutura social diretamente ligadas às dinâmicas de poder no contexto da sociedade em rede: a redefinição das noções de espaço e tempo, dimensões materiais de nossa existência. A partir de suas reflexões críticas em perspectiva processual sobre as mudanças provocadas pelas práticas conectadas em redes, o autor vislumbra duas formas emergentes de tempo e de espaço mais apropriadas para esse momento histórico da sociedade. Trata-se do “espaço de fluxos” e do “tempo intemporal” (CASTELLS, 2017a, p. 80).

Com base em extensa análise empírica acerca de fatos e circunstâncias que refletem as alterações das principais atividades econômicas sob o novo sistema tecnológico, o sociólogo espanhol supera o determinismo tecnológico e demonstra como o novo espaço industrial foi alterado pela revolução microeletrônica e suas repercussões no mercado global – a empresa não está mais centrada em um único lugar geográfico a partir do qual se materializam as práticas sociais de compartilhamento do tempo. Esse é o espaço de fluxos, feito de nós e redes, composto pela triangulação entre os lugares em que as atividades e as pessoas que as põe em prática estão

localizadas, as redes materiais de comunicação que possibilitam a conexão entre essas atividades e o conteúdo e a forma dos fluxos de informação que exercem as atividades em termos de função e sentido.

Já o tempo intemporal, definido *a posteriori* propositalmente por Castells (2019)¹⁹, está relacionado à rarefação do sequenciamento de eventos a que a lógica temporal está tradicionalmente atrelada pela ação das tecnologias de informação e comunicação. Já não é mais absurdo que alguém exerça atividades em vários lugares ao mesmo tempo, executando complexas operações bancárias internacionais ao mesmo tempo em que pega um táxi em direção a uma reunião de negócios por videoconferência com pessoas localizadas geograficamente há milhares de quilômetros de distância e temporalmente há algumas horas a mais ou a menos de fuso horário, a qual se inicia com um vídeo de saudação gravado pelo participante mais proeminente há duas semanas, já que ele estaria de férias. “A eliminação da sequência cria tempo não diferenciado, o que equivale à eternidade.” (CASTELLS, 2019, p. 543)

Uma dimensão fundamental para a compreensão do entrelaçamento entre os fenômenos comunicacionais e as dinâmicas de poder na sociedade em rede é a cultura, código base que possibilita a comunicação humana. Já nas duas últimas décadas do século XX, o mundo testemunhou uma mudança significativa no padrão de consumo de produtos midiáticos e, conseqüentemente, nos modelos de transmissão e audiência até então conhecidos. No eixo principal dessa mutação está o processo de diversificação da audiência e a possibilidade de autoprodução de imagens, que romperam de maneira definitiva com a lógica unidirecional da comunicação de massa até então vigente. A crescente disponibilidade de dispositivos de produção e reprodução de fotografias e vídeos no mercado mundial e a explosão, em número e diversidade, de canais de TVs segmentou os públicos consumidores de mídia e impactou também o formato das mensagens difundidas. Com a interconexão dos meios de comunicação em todo o globo proporcionada pela internet e pela formação de grandes conglomerados internacionais de mídia, essas transformações constituíram-se em terreno fértil para a abertura de um caminho sem volta em direção a um novo modelo de comunicação em que a audiência exige participação ativa na customização do conteúdo e na interação com as mensagens.

Antes de prosseguir com a caracterização da cultura na sociedade em rede, faz-se necessário aclarar os motivos pelos quais as noções de cultura e de comunicação aparecem,

¹⁹ Segundo o autor, ao contrário das teorias clássicas sobre a dimensão espaço-temporal, na sociedade em rede, é o espaço quem organiza o tempo, por isso a definição do espaço de fluxos precede a de tempo intemporal em sua teoria.

nesta pesquisa, relacionadas. Para além de revisitar e referendar, no contexto atual, os conceitos da cultura de massa edificados pelos frankfurtianos e sua Teoria Crítica sobre o determinismo absoluto da mídia em relação ao comportamento das audiências, a explicação para a relação entre cultura e comunicação aqui expressa se aproxima da abordagem inglesa dos Estudos Culturais e da visão de Canclini (2008)²⁰. Tem-se que, embora a cultura seja uma concepção do discurso, ela é recriada novamente por todos os meios de comunicação. Cada meio cria uma forma peculiar de comunicação, propiciando uma nova orientação para o pensamento, a expressão e a sensibilidade. A imprensa escrita utiliza essencialmente as palavras para comunicar. Já a comunicação na televisão é essencialmente feita em imagens, não em palavras. As linguagens são a face visível da realidade aos olhos do ser humano, por meio das quais ele apreende o mundo. Essas linguagens são nossos meios de comunicação, os quais agem como metáforas que criam o conteúdo de nossa cultura. “Não vemos a natureza, a inteligência, a motivação ou a ideologia humana como ela “é”, mas apenas como são nossas linguagens. As linguagens são nossa mídia, as metáforas que criam o conteúdo de nossa cultura”²¹ (POSTMAN, 1985, p. 15, tradução nossa).

Partindo dessa compreensão e também com base em uma leitura processual dos fatos históricos das últimas duas décadas, não é exagero apostar na forte tendência de que esse novo sistema eletrônico de comunicação, capaz de integrar todas as modalidades da comunicação humana já conhecidas, de possibilitar interatividade em escala global e ainda de romper com a lógica tradicional do tempo contínuo, tem provocado e continuará provocando transformações basilares nos sistemas de códigos culturais historicamente produzidos pelas sociedades. Mesmo registrando algumas variações em cada sociedade, é certo que esse processo de transformação cultural globalmente estruturado produzirá efeitos qualitativos em todos os nós interconectados nessa extensa rede formadora das tramas da sociedade em rede.

Na leitura de Castells (2017a), duas características aparentemente contraditórias têm catalisado as principais marcas dessas alterações na dinâmica cultural decorrente das redes de comunicação globais: a sociedade em rede contempla a operação e integração de uma multiplicidade de culturas produzidas geográfica e historicamente nas mais diversas partes do

²⁰ Na visão do autor, a lógica de uma audiência homogeneizada ou mesmo de respostas parecidas a condicionamentos semelhantes está superada, assim como a ideia de que os públicos nascem moldados a partir das mensagens da mídia ou dos contextos socioculturais nos quais estão inseridos. “Nem indivíduos soberanos, nem massas uniformes.” (CANCLINI, 2008, p. 17) Em vez disso, adota uma visão de formação dos públicos, também – mas não somente – por meio da apropriação e reelaboração daquilo que se vê e ouve na mídia.

²¹ “We do not see nature or intelligence or human motivation or ideology as “it” is but only as our languages are. Languages are our media, the metaphors that create the content of our culture.”

mundo, ao passo que também têm fortalecido identidades locais de resistência. Como é possível estabelecer, então, comunicação entre essas culturas fragmentadas e específicas. A cultura de comunicação seria a resposta: em vez de fazer emergir uma cultura global homogênea e convergente, comum a todos os cidadãos do mundo, a sociedade em rede tem resultado em uma cultura de comunicação em prol da comunicação, na qual o importante não é o conteúdo, e sim o processo.

A cultura global [...] é uma rede em aberto de significados culturais que podem não só coexistir, mas também interagir e modificar uns aos outros com base nesse intercâmbio. A cultura da sociedade em rede é uma cultura de protocolos de comunicação entre todas as culturas do mundo, desenvolvida com base na crença comum no poder de formar redes e na sinergia obtida ao dar e receber de outros. [...] É o processo pelo qual atores sociais conscientes e de origens múltiplas trazem seus recursos e crenças para os outros, esperando receber o mesmo em retorno, e mais ainda: o compartilhamento de um mundo diverso, pondo assim fim ao medo ancestral do outro. (CASTELLS, 2017a, p. 84)

Considerando a premissa de que a sociedade em rede pressupõe a existência não de uma única, mas de inúmeras redes multiestratificadas em torno de atividades estratégicas que estrutura e desestrutura o planeta, chega-se ao cerne da discussão desse capítulo: de que forma se dá a participação da Amazônia na geografia de redes globais, sobretudo na dimensão virtual da realidade construída por meio das tecnologias de comunicação? Quais as implicações e contradições – novas e remanescentes – dessas dinâmicas em relação à questão indígena que explicam a insurgência dessa temática em dimensão global? Pela complexidade envolvida na elucidação dessas questões, é válido adiantar ser impossível esgotá-las por completo em uma pesquisa de mestrado. No entanto, como parte do esforço científico ora proposto, evidencia-se, a seguir, o cenário mais amplo no qual vislumbra-se a problemática em torno da representação social das Amazônias indígenas que circulam nas conexões dessas redes globais e de que forma um dos múltiplos níveis da rede de comunicação digital via internet processa e repercute a questão indígena no contexto amazônico.

2.2 Desenvolvimento regional e transnacionalização da Amazônia

A análise crítica empreendida por Francisco Foot Hardman (2009) sobre textos de Euclides da Cunha em relação à Amazônia revela que o agenciamento das representações sociais anteriormente tipificadas também esteve presente na produção literária modernista da virada do século XIX para o século XX. Por gozar de grande prestígio e reconhecimento intelectual no Brasil da época devido a seus trabalhos anteriores – o que lhe levou a ser enviado

pelo Itamarati em missão diplomática de reconhecimento geopolítico de partes consideradas estratégicas da região amazônica, Euclides da Cunha imprimiu, no imaginário político e socioeconômico daquela conjuntura, visões que pautaram fortemente a relação de estranhamento e ambiguidade entre a Amazônia e o Brasil nos anos que se seguiram. Da narrativa que dá corpo ao livro *À margem da história*, densamente analisada por Hardman, é possível depreender a produção de representações sociais por meio do mecanismo de focalização, por meio do qual Euclides da Cunha desenha uma imagem da Amazônia como um lugar desconforme e incompleto, marcado pelo excesso e pela falta na mesma medida em razão da ausência do desenvolvimento da ciência e da arte acerca de suas características.

A posição de homem de Estado em missão oficial a serviço do governo aliada às referências anteriores de Euclides da Cunha, forjadas de modo peculiar em sua jornada para reportar a guerra de Canudos em *Os Sertões*, também possibilita visualizar a reprodução de representações sociais sobre a Amazônia a partir dos mecanismos de defasagem e inferência (MOSCOVICI, 2009). Sua formação militar e forte ligação com o Exército ao longo de toda sua vida e produção literária reforçam, junto ao fato de ter consumido fartamente as produções dos viajantes cientistas-naturalistas e percorrido a região amazônica a serviço da diplomacia brasileira explicam a ancoragem presente nos escritos de Cunha sobre a região e a objetivação traduzida em termos como “lugar sem história”, “portentosa mas incompleta”, imagens produzidas a partir do mecanismo de inferência decorrente do olhar nacionalista agenciado pelos ideais do grupo político que representava. Segundo as expectativas coletivas desse grupo, era preciso se apropriar e efetivamente desenvolver a Amazônia como parte do Brasil para dar a ela uma história digna de sua magnitude.

É válido lembrar que o contexto no qual Euclides da Cunha escreve sobre a região amazônica coincide com o primeiro ciclo da borracha e com as primeiras estratégias de ocupação regional, das quais decorreram intensos reflexos na geopolítica amazônica. Na caracterização do homem amazônico presente nos ensaios *Os caucheiros* e *Judas-Ahsverus*, a miséria e o abandono dos indígenas e mestiços estabelecem paralelos com os desenhos da realidade por ele descrita em *Os sertões*, o que reforça a tese aqui defendida de que as representações sociais euclidianas carregam forte carga dos mecanismos de focalização e defasagem – este último efetivado principalmente a partir de distorções que produziram imagens do homem amazônico como uma figura triste, isolada, castigada pela natureza, de “aparência repulsiva: um tronco desconforme, inchado pelo impaludismo, tomando-lhe a figura toda, em pleno contraste com os braços finos e as pernas esmirradas e tolhiças como as de um

feto monstruoso” (CUNHA, 1909, p. 98 *apud* HARDMAN, 2009, p. 46) e de suplementações cujos resultados atingem o ápice com a criação da figura fantasmática do Judas-Ahsverus.

A borracha revolucionou o desenvolvimento da indústria automobilística nos principais mercados capitalistas em ascensão no mundo. Com a economia da borracha, no início do século XX, novas redes foram estruturadas em torno da Amazônia e redes pré-existentes passaram por profundas modificações em seus nós principais e teias de conexão. O interesse mundial e todas as consequências geopolíticas desencadeadas a partir desse momento histórico nos autorizam a mantê-lo como um dos mais significativos da história política, econômica e social da região. Nesse período, a Amazônia vivenciou uma forte onda de imigração que transformou completamente a configuração humana da região e viu o estabelecimento de dinâmicas produtivas capitalistas inéditas até então, como a servidão por dívida e o aviamento. Também como parte desse intenso processo de complexificação das redes em torno da região amazônica, seringueiros foram à luta com os bolivianos pelo domínio da extração do látex em seringais localizados na região da então fronteira, conflito que culminou com a anexação paga do território do Acre ao Brasil e com o compromisso brasileiro de construir um símbolo da força da participação das potências internacionais nesse processo: a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Ao listar as principais estratégias dos norte-americanos e, em especial, dos ingleses para controlar, institucionalmente, os principais fluxos da produtiva da cadeia da borracha na região, Nelson Ribeiro (2005) vai além da chamada Questão do Acre cuja contrapartida brasileira foi a construção da Madeira-Mamoré e cita diversas outras criações e construções que exemplificam a força das conexões internacionais redesenhadas em torno da Amazônia nos primeiros anos do século XX: a criação da Amazon River Steam Navigation, articulada, através do acesso aos portos de Belém e Manaus com a Companhia Booth Line; a construção e operação dos portos de Belém e Manaus; e a criação do Bank of London & South America LTDA e da Companhia Parah Telephone. As capitais Belém e Manaus experimentaram, nesse curto período, um surto de desenvolvimento que produziu impactos não apenas objetivos, com a reprodução arquitetônica, cultural e urbanística de cidades europeias no meio da selva amazônica, mas também geopolíticos, dada a repercussão e visibilidade obtidas a partir das dinâmicas internacionais instaladas na região em torno da economia gumífera.

Cabe aqui um registro importante sobre o processo de apagamento da participação indígena na efetivação da Amazônia enquanto território geopolítico do Brasil que auxilia de forma significativa nas análises de representações sociais até hoje difundidas nas mídias sociais digitais: um volume considerável de estudos e publicações sobre o período da borracha e sobre

os demais ciclos produtivos da região ao longo do século XX simplesmente ignora a presença e as contribuições das nações indígenas para a consolidação da região como pertencente ao território brasileiro. Em sua construção discursiva sobre a questão geopolítica da Amazônia, Nelson Ribeiro (2005) – que foi ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário na década de 80 – atribui ao imigrante nordestino a responsabilidade por efetivamente ocupar a Amazônia.

Mas foi com o suor e em cima da liberdade do seringueiro que o Brasil pôde demonstrar ao mundo que a Amazônia era efetivamente sua, porque de fato a ocupava. Duas grandes capitais surgiram ao longo do rio Amazonas, para melhor evidenciar essa ocupação, Belém e Manaus. As regiões dos altos rios Madeira, Purus e Juruá foram efetiva e juridicamente ocupadas, pois o sentido brasileiro dessas regiões passou a ser dado pela presença do seringueiro e sua família. (RIBEIRO, 2005, p. 170)

No exercício do olhar complexo que nos obriga a buscar e evidenciar sempre um contraponto para possibilitar análises menos limitadas, ressalte-se a voz de Mario Ypiranga Monteiro entre os poucos nomes de estudiosos que não só apontaram claramente essa tentativa de apagamento da presença e participação indígena na dinâmica de consolidação geopolítica e cultural da Amazônia como empreenderam esforços em suas obras para demonstrar o preconceito contra os povos indígenas e registrar suas contribuições nas mais diversas esferas da vida social. Em artigo publicado na imprensa por ocasião do Dia do Índio no ano de 1967, o amazonólogo demonstra revolta pela completa ausência de reconhecimento das instituições brasileiras em relação às contribuições dos povos indígenas – a quem denominava “Amazoíndio” – em diversas frentes que conduziram a sociedade da região ao estágio de desenvolvimento em que se encontrava à época.

Um dia como êsse era para ser lembrado não apenas pelos Serviços de Proteção aos Índios, mas nas escolas, nos quartéis, nas universidades, em qualquer ambiente sadio onde fôsse necessário lembrar a participação diuturna do nosso irmão das selvas, anônimo soldado do Brasil, anônimo preservador dos nossos costumes mais homogêneos, sentinela descuidado mas solerte do nosso rincão, êsse mesmo que morreu no Paraguai, êsse mesmo que ajudou a construir cidades, êsse mesmo que sofreu sozinho os massacres de aventureiros sem escrúpulos. A ele devemos muito do que somos. (MONTEIRO, 1967).

Um novo capítulo nas tentativas de anexação econômica e geopolítica da Amazônia ao território brasileiro foi iniciado com o golpe militar de 1964. Silva (2013) relembra que o general Castelo Branco considerava a região amazônica como um desafio para investidores arrojados e abre, por isso, espaço para o bilionário norte-americano Daniel K. Ludwig instalar um projeto de produção de celulose e outros produtos na foz do rio Amazonas. As contradições

evidenciadas nesse episódio – general Castelo Brancos representava os ideais nacionalistas de integração e unificação do território nacional não via como ameaça conceder uma generosa porção de terra na Amazônia a um magnata estrangeiro – se revelam parte inerente dos processos decorrentes da globalização contraditória de expansão e crise do capitalismo, cujos impactos foram profundamente sentidos pela região, uma vez que a delimitação geopolítica da Amazônia teve como base principal o mercantilismo, o absolutismo monárquico, os reflexos da transição feudal-capitalista e o colonialismo.

A mesma política de integração pensada a partir da lógica do sul que temia a perda da região diante de interesses internacionais e fez dos investimentos em megaprojetos sua tônica também concebeu o modelo zona franca como a base para a dinamização da economia regional tendo como propósito inicial envolver ‘gente da terra’ – que se viu, na prática, foi a ampla abertura à participação do capital estrangeiro e a transformação da ‘gente da terra’ em mão-de-obra. No plano militar para a integração da região, os investimentos em infraestrutura foram materializados, principalmente, na abertura de grandes rodovias como a Transamazônica (BR-230), a Belém-Brasília (BR-010) e Manaus-Boa Vista (BR-174) e a Manaus-Porto Velho (BR-319) e na criação de usinas hidrelétricas implementadas a custos socioambientais incalculáveis, resultando em milhares de mortes e quase extinção de povos indígenas, danos irreversíveis ao meio ambiente até hoje sentidos e diversos outros impactos já fartamente estudados e apontados por estudiosos da temática, principalmente no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e nas Universidades Federais do Amazonas (Ufam) e do Pará (UFPA).

Ainda como produtos do nacionalismo autoritário do governo militar, foram criados projetos voltados ao preenchimento do ‘vazio demográfico’ supostamente existente na região amazônica e à busca pelo desenvolvimento econômico, materializado durante o governo militar pela substituição da então Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, por meio da qual foram financiados os grandes projetos desenvolvimentistas realizados na região. Pizarro (2012) igualmente aborda a contradição presente no modelo de modernização implementado pelos militares ao colocar em prática projetos de integração nacional ao mesmo tempo em que, com o aval do Banco Mundial, abre caminhos para projetos financiados por capitais japoneses, americanos, ingleses, alemães, franceses e holandeses, e ressalta ainda que a organização da vida deixou de ocorrer a partir dos rios, as áreas de trabalho passaram por intensa reorganização, culminando com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A discussão sobre o modelo em si e suas implicações políticas e econômicas não são preocupações centrais deste trabalho. Ao trazer à baila essas contradições, busca-se lançar as

bases para seguir em frente com as reflexões sobre a mundialização da cultura, reexaminando as representações acerca da Amazônia sob os novos olhares compreensivos decorrentes da amplificação das redes que alcançam e utilizam essas representações também em decorrência dos processos socioeconômicos anteriormente abordados. Para essa tarefa, além dos edifícios teóricos das ciências sociais, da psicologia social e da história, será necessário emprestar do núcleo temático inaugurado no Brasil por Milton Santos (1994a) as noções de espaços da mundialização como construções intelectuais que extrapolam as amarras dos territórios nacionais e tensionam ainda a relação entre o local e o global.

2.3 Reconfigurações das Amazônias na sociedade em rede

Os grandes avanços registrados pela revolução tecnológica ao longo da história são elementos do processo de tecnização em permanente curso sobre o qual discorre Norbert Elias (2006) e tem se consolidado como linha mestra que aponta a direção para onde caminha a civilização humana. Tecnização é definida como “[...] o processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra e na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor” (ELIAS, 2006, p. 35). Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico se mostrou, desde os primórdios da vida em sociedade, um relevante fator de transformação social.

Um passeio rápido pela história social da humanidade confirma a existência de dezenas de outros exemplos clássicos para demonstrar o impacto da evolução tecnológica na dinâmica social. Novas tecnologias de transporte, por exemplo, permitiram a redução paulatina nas distâncias ao redor do planeta e resultaram em diversas alterações geográficas, econômicas e culturais ao longo de séculos. Desde os conhecimentos da produção naval, elementares para a realização de grandes navegações, às arrasadoras bombas atômicas lançadas em guerras mundiais, é inegável a relevância da evolução das tecnologias, de um modo geral, para a dinâmica do processo de organização social. Ferrovias, navios e, mais recentemente, a utilização de aeronaves em larga escala como meio de transporte mundial, conforme exemplo presente em Elias (2006), possibilitaram a aproximação direta entre pessoas de convicções diversas e, assim, as forçaram a superar diferenças gigantescas entre seus padrões de autorregulação para estabelecer, em alguma medida, uma convivência civilizada. A tensão, no entanto, decorre da dependência recíproca dessa relação, já que não há grupo social que se contente em ser mais dependente de outros que antes, resultando no que o autor denomina “tensões de integração e desintegração” (ELIAS, 2006, p. 63).

Os reflexos dos referidos avanços tecnológicos ganharam, portanto, maior dimensão e alcance a partir da disjunção espaço-temporal e contribuíram para a padronização das horas locais por meio de fusos horários no século XIX, ao lado do desenvolvimento dos serviços postais e da construção de ferrovias. Essas transformações alteraram ainda a forma pela qual as pessoas conheciam seu passado e tinham contato com a formação de sentido acerca dos lugares, antes centrada na tradição oral, e resultaram em alterações profundas na natureza da produção de bens, no intercâmbio simbólico e na dinâmica dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si, tornando ainda mais complexas e extensas as redes de interdependência existentes na sociedade. Pode-se afirmar, portanto, que a mutação da compreensão das noções de lugar e do passado modificou também o sentido de pertencimento dos indivíduos, ao permitir a dilatação de nossa compreensão do mundo para além das experiências pessoais vivenciadas, alcançando expressões simbólicas em lugares do mundo nunca visitados fisicamente (THOMPSON, 1998, p. 38).

Nesse contexto, não seria exagero adjetivar como inegável a contribuição da cultura da comunicação escrita para a paulatina formação e consolidação da esfera pública, sobretudo na Europa. Desde as primeiras formas de registros físicos da comunicação em processos manuais até a chamada revolução gráfica (THOMPSON, 1998; BRIGGS & BURKE, 2006), o registro impresso facilitou a acumulação de conhecimento ao possibilitar a ampliação da difusão de descobertas e por garantir a permanência da informação no curso da história, característica essa ausente na comunicação oral. Isso não é tudo: a mudança representou uma profunda alteração nas condições de exercício do poder político. Se antes o povo sequer conseguia ver seus dirigentes, quanto menos ter acesso a seus atos administrativos e decisões políticas, com o desenvolvimento do mercado editorial e a emergência da esfera pública, dar alguma satisfação a camadas mais influentes da sociedade passou a ser algo esperado de qualquer governante. Nos séculos subsequentes, a efetiva e decisiva contribuição da imprensa para o desenrolar das grandes revoluções (Revolução Gloriosa de 1688; Revolução Francesa de 1789) se junta ao marco anteriormente citado para referendar a posição de destaque ocupada pela instituição no tecido social antes mesmo da virada para o século XIX.

O uso da energia elétrica na comunicação²² ampliou ainda mais o alcance do desenvolvimento das indústrias da mídia em direção ao cenário atualmente estabelecido.

²² A tecnologia da energia elétrica possibilitou as primeiras experiências com o telégrafo eletromagnético nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, em 1830, e contribuiu sobremaneira para a consolidação da transmissão da fala por meio de ondas eletromagnéticas a longas distâncias empreendidos por Marconi, experimentos que

Debruçar-se sobre esse percurso histórico a partir de um olhar mais processual conduz à conclusão de que o avanço da tecnologia – impulsionada e financiada por interesses comerciais e políticos emergentes – ocorre par e passo com a revolução da comunicação. Por essa lógica, dá-se razão a Briggs & Burke (2006) quando afirmam que a revolução da comunicação é parte integrante do mesmo processo no qual está inserida a revolução industrial, e não um processo apartado, assim como as grandes mudanças na seara dos transportes. O acesso – via embarcações e, posteriormente, por ferrovias – a regiões distantes entre si também foi determinante para o encurtamento das distâncias físicas e simbólicas e, conseqüentemente, para o tensionamento entre o local e o global que caracteriza a dinâmica contraditória da integração da região amazônica ao sistema capitalista.

Ainda que tardiamente, a Amazônia experimentou as conseqüências dessas transformações decorrentes das revoluções tecnológicas em graus variados, de acordo com a posição ocupada pela região – ou pelas representações sobre ela – nas redes de interdependências ligadas ao eixo principal das transformações em curso. Nesse sentido, reforça-se aqui a posição crítica de Silva (2013) em relação à tese de esquecimento da região amazônica pelo Estado nação e pelo mundo, muito repetida em estudos sobre a Amazônia. A preocupação quanto ao seu desenvolvimento desde o colonialismo até os dias atuais põe por terra a lógica segundo a qual os atores políticos desconsideraram a existência da região.

Parte-se aqui da hipótese de que a Amazônia sempre esteve na *lembrança* dos atores sociais, sejam esses representados pelas forças de processos de mudança ou por indivíduos privilegiados; o fato de que a região continua a despertar preocupação quanto ao seu desenvolvimento deve-se mais à intensidade dos impactos de suas formas de ocupação do que ao esquecimento propriamente dito. A Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital. (SILVA, 2013, p. 10)

Os ciclos extrativistas da borracha servem como importantes referenciais para diferenciar a percepção da região amazônica na dinâmica mais recente da internacionalização da economia daquela experienciada entre o final do século XIX e início do século XX. A despeito de ver algumas de suas capitais adjetivadas como extensões da Europa no meio da floresta amazônica, a Amazônia exercia papel de produtor da matéria-prima demandada pelo mercado externo. O que não se previu como parte dessa dinâmica inicialmente planejada foram reconfigurações autônomas dessas redes a partir da infraestrutura multidimensional

culminaram com o subsequente desenvolvimento dos sistemas de transmissão radiofônica, a partir de 1920, e da televisão, a partir dos anos 40 (THOMPSON, 1998).

proporcionada à região, como acesso a modernos meios de transporte e de comunicação e energia elétrica, e também a partir das profundas modificações decorrentes da articulação entre os movimentos de verticalização do processo de trabalho dos seringais ao processo de produção monopolista. A existência dessas redes de conectividade entre o local e o global é condição *sine qua non*, de acordo com Castells (2019), para que determinado lugar se torne um nó na rede global.

As mudanças estruturais e rupturas vivenciadas pelo mundo nas últimas décadas estão diretamente associadas à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de informação e comunicação. É preciso, no entanto, ter clareza de que “a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”, e não o contrário (CASTELLS e CARDOSO, 2005, p. 16). A emergência da nova forma de organização social depende da tecnologia, mas não somente dela. Ao refutar a caracterização dessa sociedade emergente como sociedade de informação ou do conhecimento, Castells (2003) nega serem estes o fator diferencial em relação a todas as outras sociedades historicamente conhecidas. A novidade reside no fato de as informações estarem baseadas na microeletrônica e fornecerem novas capacidades, por meio de redes tecnológicas, à velha forma de organização social em redes.

A preocupação com a noção de rede nas ciências humanas é relativamente antiga e se faz presente em estudos do início do século XIX: o filósofo francês Claude-Henri de Rouvroy, também conhecido como Conde de Saint-Simon, construiu uma analogia da ideia de rede com o funcionamento do corpo humano, partindo da noção de circulação de fluxos capazes de gerar melhores condições de vida. Desde então, estudiosos de diversas áreas têm se debruçado sobre a lógica de funcionamento das redes em seus mais variados sentidos, tendo como grande teórico da temática Fritjof Capra, para quem as redes constituem um modelo de todos os tipos de vida (CAPRA, 2012). Apoiado nessa visão sistêmica, Castells (2017a) conceitua rede como um conjunto de nós interconectados, cuja relevância depende dos programas da rede e de sua interação com outros nós na rede.

As consequências da modernidade em um cenário de crescente avanço tecnológico e de consolidação da globalização modificaram profundamente as estruturas sociais até então prevalentes. A própria noção de sociedade é passível de alteração em contextos socioculturais distintos. Todo o processo de transformação das dinâmicas de poder configuradas no período de fortalecimento dos estados-nação para uma nova ordem de distribuição desse poder na sociedade em rede fez ruir a compreensão de que as sociedades seriam comunidades que compartilhavam valores e interesses. Os estudos sobre as fontes de poder empreendidos por

Michael Mann (1992) indicam exatamente o contrário: trata-se de estruturas sociais fundamentalmente contraditórias e estabelecidas com base em conflitos e negociações entre distintos atores sociais, com múltiplas camadas e escalas que geram formas temporais e espaciais específicas, cujos impactos passam a transcender a esfera social física de exercício do poder e provoca uma profunda redistribuição por toda a esfera da ação humana.

Ao analisar os reflexos dos novos arranjos socioeconômicos e culturais em relação à Amazônia, Silva (2013) destaca que a modernização tardia, mais veloz e combinada à contemporaneidade do mundo revela as feições de um nível mais avançado de autonomização das articulações internacionais na região, transpondo a noção de que o desenvolvimento e a crise de iniciativas modernizadoras estão necessariamente imbricados às ordens nacionais.

A crise dos “grandes projetos”, que inclui uma poderosa estratégia de concatenação de interesses externos viabilizados por governos e conjunturas políticas favorecedoras, é um conjunto de grande força demonstrativa de como, em circunstâncias especiais, os lugares ou regiões atrasadas podem espelhar, de modo claro, a natureza contraditória dos processos sociais globais. (SILVA, 2013, p. 13)

Com limiares geográficos, econômicos, políticos e culturais cada vez mais rarefeitos pela força da internacionalização levada a cabo paulatinamente a partir da virada entre os séculos XIX e XX, a ideia dos estados-nação como comunidades imaginadas presente em Anderson²³ ou legitimados pelo efeito homogeneizante da industrialização em Gellner²⁴ foi perdendo solidez e, em meio à crise de identidade acarretada por tais mudanças, era preciso encontrar âncoras nas quais se poderia fincar as idiosincrasias de uma nação. À medida que a globalização avança e enfraquece o domínio dos estados nacionais tradicionais, surgem nacionalismos locais como respostas a essa tendência (GIDDENS, 2003). No bojo desse processo, a Amazônia se viu objeto de diversos projetos políticos desenvolvimentistas ao longo do século XX, que visavam principalmente mantê-la como unidade geopolítica vinculada a uma unidade de poder nacional. Concomitantemente, com o processo de globalização contraditória já em curso, forças mundiais se manifestavam em conjunturas especiais na região amazônica

²³ Fortemente influenciado pelos estudos culturais, Anderson (2008) sustenta, em sua tese sobre a identidade nacional e a ideia de nação, que a condição nacional e o nacionalismo são produtos culturais, fortemente fundados na circulação de ideias possibilitada pela padronização das línguas e cristalização de uma consciência nacional por meio da impressão editorial.

²⁴ Gellner (1993) entende o nacionalismo como um princípio político responsável por unificar a nação, moldado a partir de uma cultura comum herdada do mundo agrário, mas só consolidado na sociedade industrial. Ao redundar no estabelecimento de uma cultura erudita padrão para uma sociedade em transformação, o Estado-Nação resultaria, segundo essa visão, de um processo imperativo e inevitável de homogeneização.

para, nas palavras de Silva (2013, p. 12), “balcanizá-la em novos territórios e territorialidades, com zoneamentos e interesses emergentes”.

Analisar a conjuntura a partir da qual os processos de globalização se galvanizaram na Amazônia leva-nos à reflexão de que as transformações até aqui discutidas provocaram alterações significativas na própria compreensão da noção de sociedade. Após estudar as dinâmicas históricas de transformação das tramas de poder que caracterizam a convivência sociopolítica entre seres humanos, Mann (1992) sugere, inclusive, a abolição do conceito de sociedade. Em sua definição, sustenta que essas estruturas são constituídas por múltiplas redes socioespaciais de poder que se sobrepõe e se intersectam, portanto, não há um conceito mestre ou unidade básica de sociedade. Em meio ao embate entre sociólogos e historiadores modernos, que igualam a sociedade às relações econômicas transnacionais a partir do capitalismo ou do industrialismo, e autores tradicionais cujas teorias sociológicas estão fundadas no modelo de estado-nação, Mann (1993) justifica sua aversão à síntese de um único conceito de sociedade ao considerar que Estado, cultura e economia são importantes redes estruturantes, no entanto, quase nunca coincidem.

Nessa constatação funda-se o principal edifício teórico sustentado por Castells em sua busca processual por compreender as transformações observadas nas dinâmicas sociais desde o final do século XIX: os processos de estruturação da sociedade se complexificaram de tal forma que, em vez de girarem em torno do Estado, passaram a se estabelecer em múltiplas camadas, das quais o Estado se apresenta como instância estratégica, porém não mais como base central e fora do contexto social em que ele opera. A ideia de uma fonte institucional absoluta de poder cedeu lugar à lógica das redes, segundo a qual o poder é relacional e está fortemente ligado às conexões entre os diferentes atores de determinada rede em vez de concentrarem-se nos atores. Como já dito anteriormente, a própria ideia de Estado e sociedade não é estanque e passa a depender do contexto em que é analisada. “Assim, o poder não está localizado em uma esfera social ou instituição específica, mas está distribuído por toda a esfera da ação humana” (CASTELLS, 2017a, p. 61).

Para os grupos étnicos da Amazônia, romper as barreiras impostas pelos limites geográficos e culturais como parte da reconfiguração dessas redes de poder diante do processo de integração da região a uma articulação mais ampla representou um novo capítulo na luta histórica pela manutenção de suas territorialidades tradicionalmente constituídas. As sucessivas distorções e subtrações que ancoraram a formulação de uma das representações sociais das Amazônias Indígenas por meio do mecanismo de defasagem ou dispersão (MOSCOVICI, 2009) – a Amazônia Indígena selvagem – seguiram em curso durante o processo de

modernização regional e posicionaram as populações na contramão do desenvolvimento e do progresso pretendido. É nesse momento que mais uma contradição do processo de globalização se revela, conforme análise de Silva (2013): entre as décadas de 70 e 80, associada à questão ambiental, a questão indígena na Amazônia suplanta os limites dos estados nacionais e brota, com grande força e visibilidade, na sociedade global. A mundialização da problemática ambiental produziu reflexos sobre o agronegócio, que, por sua vez, reverberam na relação do Brasil com o mundo e do mundo com a Amazônia, em clara demonstração da assertividade e plausibilidade das premissas elaboradas por Castells sobre as feições da sociedade em rede.

Como não podia ser diferente em redes tão complexas, essa insurgência indígena revelou uma nova contradição dentro da própria contradição que representa: a cidadania mundial foi conquistada, no primeiro momento, a partir da simpatia e adesão de entidades, pessoas públicas e instituições influentes nas redes de poder de escala global. A despeito de terem conquistado espaço de fala nas principais conferências mundiais entre países sobre o futuro da sociobiodiversidade do planeta e ganhado a simpatia de projetos de financiamento internacionais, a realidade fática da efetivação de direitos para a ampla maioria dos povos indígenas da Amazônia pouco tem se alterado, pelo que se pode depreender da comparação entre o conteúdo do relatório apresentado pelo Conselho Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) em 1995 (*apud* SILVA, 2013) e a situação atual, mais de 26 anos depois.

[...] em áreas do Pará, Maranhão e Rondônia repete-se o secular problema de invasão de terras indígenas, visando à exploração de madeira e, no caso paraense, à ampliação do polo mineral; atos permanentes de violência são perpetrados pelos madeireiros contra aqueles que se opõem à exploração predatória da floresta; em Roraima, as autoridades competentes não zelam pela proteção das terras demarcadas ou o fazem de modo ineficiente, fator que induz ao aumento da mortalidade entre os ianomamis por doença e violência, em virtude da abertura ilegal ou espontânea de novas frentes de garimpagem e de colonização; no Amazonas, as epidemias de malária e hepatite têm sido frequentes entre os índios da região; os mayorunas, no vale do Javari, estão morrendo de hepatite B, tuberculose e diarreia infecciosa. (SILVA, 2013, p. 61)

Com clareza cristalina, Bertha Becker (2005) inicia uma profícua reflexão sobre as dinâmicas geopolíticas da Amazônia lembrando que a existência de pressões, em especial sobre os territórios, caracteriza intrinsecamente o campo de conhecimento denominado geopolítica. No curso da história, como já discutido anteriormente, a fonte de poder foi sendo deslocada da inicial centralidade absoluta dos Estados por meio das transformações na lógica espaço-temporal decorrentes da evolução da tecnologia e da comunicação para um padrão

relacional no qual diversos atores estão conectados entre si por redes invisíveis e suas condições de exercício do poder se alteram conforme a posição que ocupam em cada rede, o que atribui a essas redes de poder um caráter social descentralizado aos movimentos por elas contemplados segundo o qual o exercício do domínio não se dá mais pelos meios físicos e pelo uso da força como outrora. Em vez disso, verifica-se o fortalecimento do que se chama de coerção velada, na forma de diversos tipos de pressão para influenciar na condução das decisões dos Estados sobre o uso de seus territórios.

Para oferecer alicerces mínimos à contextualização e observação do objeto de estudo desta pesquisa e promover uma reflexão multidisciplinar processual a respeito da ideia de espaço e território, assevera-se como referencial conceitual de espaço geográfico sua definição como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2004a, p. 21) em constante transformação e artificialização através das técnicas. Tal processo promove mutações das coisas presentes no espaço não modificado, que são naturais, em objetos artificiais e dotados de intencionalidade. A partir dessas ideias, chega-se à síntese de que o espaço geográfico se caracteriza como um híbrido entre sistemas de objetos e ações, cabendo nessa definição o entendimento de que as redes multiestratificadas nas quais a internet desempenha um papel seminal provocam transformações no espaço geográfico, constituindo-se de parte fundamental para a formação do ciberespaço²⁵.

Essa concepção refuta as abordagens compartimentadas, sob o ponto de vista científico, na tentativa de compreender a sociedade e a natureza. Isso requer uma explicação conjunta da inserção dos objetos em uma série de eventos, sendo que a sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações sociais a que o objeto se subordina e as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos. Essa constatação da existência de conectividade entre objetos nos leva a refletir sobre uma importante noção que vem alterando as dinâmicas espaciais: as redes. (MORAES, 2013, p. 140)

A discussão em torno das tensões relacionadas à disputa por territórios requer, igualmente, fundações sólidas sobre os conceitos de espaço e território, pilares da Geografia moderna. É também em Milton Santos que se reforça a noção de concretude de uma sociedade por meio de seu espaço. O autor aborda a formação da totalidade por instâncias ou estruturas

²⁵ Pierre Lévy (1999), a configuração do ciberespaço se dá por meio da reunião de relações sociais, intelectuais e éticas dos seres humanos articuladas através de redes interconectadas de dispositivos digitais. Nesse contexto, parte-se do pressuposto de que a cibercultura mantém relação também com o que acontece no mundo físico, não virtual ou offline, ao passo que também apresenta especificidades ausentes no contato desconectado, uma vez que o “virtual”, em Lévy (2003), não estabelece relação de antagonismo com a ideia de “real”. Para o autor, as duas dimensões se articulam e se influenciam mutuamente.

(econômica, jurídico-política e ideológica) e atribui ao espaço o status de quarta instância, uma estrutura subordinada e subordinante. Para Santos (1978, p. 189), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. O território, conforme essa abordagem, antecede o espaço e é definido como um dado fixo, delimitado. Nesse ponto, partimos da referida diferenciação para propor uma superação às limitações teórico-metodológicas empregadas pelo autor ao representar o território apenas como uma área delimitada por fronteiras e constituída pelas relações de poder do Estado, pois esse recorte engessa sua compreensão ao desconsiderar as distintas maneiras de abordar o seu uso. Nesse ponto, invoca-se o paradigma da complexidade de Morin (2005) para abarcar a existência de múltiplas relações sociais conferindo ao território o atributo de ser construído e desconstruído por relações de poder imbricadas em uma teia gigantesca de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, entende-se que a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, compreensão que se coaduna com as ideias de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007), segundo as quais os territórios podem ser descontínuos e heterogêneos.

A partir desse olhar, busca-se uma aproximação descolonizadora da perspectiva de territorialidade dos grupos indígenas cuja lógica engloba não somente o discurso geográfico, mas a ciência como um todo. Mais uma vez, a separação entre humanidade e natureza, a ideia de determinismo dos comportamentos humanos pela ação da natureza enquanto outra instância de vida, são combatidas com o olhar da complexidade presentes nas ideias de Humberto Maturana e Francisco Varela (1980), por meio da noção de autopoiese, segundo a qual “organismo e meio desencadeiam mutuamente mudanças estruturais sob as quais permanecem reciprocamente congruentes, de modo que cada um flui no encontro do outro seguindo as dimensões em que conservam sua organização e adaptação, caso contrário, o organismo morre” (MATURANA, 2001).

Por meio dessa esteira teórica, deslocada da Biologia, ousa-se compreender a peculiar relação das populações indígenas com a terra, na qual não existem limites territoriais precisamente demarcados pela lógica cartográfica ocidental que desembarcou na Amazônia com as expedições europeias. Essa relação, que na visão indígena esteve originalmente centrada no pertencimento intrínseco do elemento humano à natureza, foi – e continua sendo – alvo de um profundo processo de transformação decorrente das formas históricas de ocupação e exploração do solo na região amazônica. A concepção de propriedade privada ligada à ideia de território, trazida para o Brasil no período colonial, se opõe ao significado dos territórios indígenas na perspectiva multicultural. Para esses povos, “a terra é espaço de vida e liberdade, lugar de realização da cultura, onde constroem seus conhecimentos a partir de cosmologias

próprias, elaboradas coletivamente com as experiências sociais, demonstrando visões de mundo não compatível com o modelo individualista ocidental” (DANTAS, 2003 *apud* COSTA, 2014).

Desde as primeiras expedições até os dias atuais, os territórios indígenas – formalmente demarcados ou não – são constantes alvos de pressões como “invasões, ocupações e desmatamentos ilegais; roubo de madeira; incêndios florestais; atividade garimpeira; barragens; presença de atividades agropecuárias e minerárias, serrarias, frigoríficos e núcleos urbanos” (CARNEIRO FILHO e SOUZA, 2009, p. 4). Em seus estudos, os autores conseguiram realizar uma classificação – em alguns casos – de regiões e áreas específicas segundo o grau dos impactos socioambientais sofridos e de suas vulnerabilidades em diferentes horizontes de tempo. No Brasil, mesmo com o reconhecimento da posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas pela Constituição Federal de 1988, as mesmas visões eurocêntricas que motivaram a dizimação de centenas de povos indígenas seguem firmes no propósito de expropriar e dispersar os indígenas de suas terras e reproduzem também no espaço social virtual tentativas de desqualificar busca, no campo político, pela efetivação dos direitos indígenas à terra.

A disputa em torno da posse e da exploração das riquezas e potencialidades da terra nunca deixou de ocupar um dos principais vértices de tensões entre as sociedades. Na medida em que encurtou as distâncias físicas e simbólicas entre os diferentes interesses e projetos de poder, a globalização potencializou ainda mais essas crises e, mais uma vez, pôs em xeque a relação dos povos originários com a terra. O poder de decidir o que é valor na sociedade em rede não mudou em relação aos períodos históricos anteriores: ele segue concentrado nas mãos das instituições dominantes da sociedade. Dessa forma, as representações das Amazônias Indígenas selvagens emergem novamente para servir de reforço à definição, por parte dos programadores das redes de interesses econômicos prevalentes, do valor da terra com base em sua produtividade e nas riquezas que pode gerar até a exaustão – perspectiva diametralmente oposta à relação dos povos originários com a terra.

“A questão crucial é que, em uma estrutura social organizada em redes globais, seja qual for a hierarquia existente entre as redes, esta irá se tornar regra em toda a grade de redes que organizam/dominam o planeta” (CASTELLS, 2017a, p. 73). É válido ressaltar que essa lógica de atribuição de valor, no entanto, não é mais estanque, e sim relacional e multidimensional. A depender da rede e de seus protocolos, elementos detentores de valor como o poder militar, a obtenção de lucro, o poder de influência cultural e ideológica assumem diferentes posições na escala de valoração. No cenário amazônico moderno, contemporâneo e pós-moderno, o capital internacional – sobretudo as grandes corporações do agrobusiness, da

exploração energética e minerária – é quem definiu e define o que é valor na rede relacionada ao domínio da terra. Diante desse cenário, e também como parte dos reflexos da turbidez e volatilidade das bordas das redes engendradas em torno das demandas externas sobre o território amazônico, os povos indígenas aderem a uma tendência de transnacionalização dos movimentos sociais predita por Bertha Becker (2005) como reflexo do comando das redes por atores ligados às grandes potências mundiais.

Há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimento sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando uma situação mundial bastante complexa. (BECKER, 2005, p. 72)

2.4 Desafios e perspectivas das Amazônias Indígenas em rede

A polissemia em torno da noção de Amazônia até aqui demonstrada projetou os diversos contornos das várias Amazônias e seus povos indígenas no desenho do imaginário daqueles que se referem a esse termo em suas abordagens e discursos, o que também inclui os próprios povos indígenas amazônicos. Toda a produção intelectual da arqueologia, história, antropologia e ciências sociais sobre a realidade dos povos originários antes do processo de colonização portuguesa e espanhola em toda a extensão da Amazônia não deixa qualquer dúvida sobre a densidade demográfica, a diversidade cultural e social e a abundância com que viviam os povos amazônicos até a invasão europeia, em configurações societárias sem qualquer referencial de equivalência na civilização ocidental.

No entanto, um dos principais pontos-cegos no quebra-cabeças da história latino-americana como um todo está justamente na ausência de registros produzidos pelas próprias nações indígenas sobre seus pontos de vista em relação ao processo de colonização europeu e sobre todos os outros momentos históricos da sociedade ocidental que resultaram em impactos às nações indígenas. Nesse ponto diferente das populações afrodescendentes, a distorção sobre a presença indígena na formação dos estados-nação e na configuração da região amazônica até hoje não foi devidamente compensada e segue relegada a segundo plano, com poucos atores e vozes indígenas inscritas no rol de produtores de representações sociais efetivamente consideradas na área mundial da produção de sentidos. Oliveira (2016) sustenta que isso se deu em relação às populações indígenas por duas razões:

Primeiro, pela situação de exclusão e marginalidade em que desde o início da colonização foram mantidas, sempre submetidas a uma forte e direta tutela, que outorgava a outros o direito de pensar e falar por eles. Avaliados segundo os interesses e preconceitos das elites como inferiores e primitivos, sendo sempre representados por seus tutores, os indígenas não obtiveram um reconhecimento similar ao de intelectuais negros. Enquanto estes, desde a primeira metade do século passado, publicavam livros, escreviam em jornais, militavam nas artes e na política, abrindo espaços importantes e atingindo visibilidade na opinião pública, é ao contrário bem recente o reconhecimento dado a escritores indígenas e profissionais que passaram pelas universidades (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

Um relevante esforço no sentido de colocar em pauta as condições de acesso dos povos indígenas à escrita e, conseqüentemente, ao uso político da comunicação por seus representantes, encontra-se materializado na tese doutoral de Lucimar Ferreira (2013) apresentada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cujo tema principal são as vozes indígenas na blogosfera digital. A pesquisa resgata o encontro entre os movimentos sociais e as possibilidades oferecidas pela internet partindo de uma perspectiva histórica da conquista dos povos indígenas brasileiros, a partir da década de 1970, de direitos básicos e garantias como a educação escolar de qualidade. A partir do acesso à educação, a título de exemplo, foi possível avançar na direção da autonomia representativa nos espaços de poder da sociedade envolvente e da reivindicação de espaços de fala que lhes foram negados desde a invasão europeia até aquele momento – processos esses que resultaram paulatinamente na cristalização de representações sociais preconceituosas e negativas sobre os indígenas não somente nas rodas informais de conversação não-indígena, mas também em conteúdos institucionais com forte poder agenciador de discursos e padrões de ancoragem e objetivação de ideias como livros escolares e publicações jornalísticas.

Nesses primeiros anos, importantes vozes indígenas descolonizantes ganharam projeção internacional, sobretudo as que falavam da Amazônia, ao associarem-se, em sua luta pela demarcação de territórios e pela efetivação de outros direitos, a outros importantes atores sociais como a igreja, universidades, artistas, movimentos de direitos humanos e ambientalistas. Nesse contexto contraditório entre o anseio por autonomia e a necessidade de apoio de pessoas, instituições e movimentos não indígenas, algumas das mais proeminentes vozes indígenas da história, tais como o cacique caiapó Raoni Metuktire e o xamã Davi Kopenawa Yanomami, passaram a personificar uma espécie de contrarrepresentação social sobre os indígenas caracterizada pela participação política. Como reflexo das experiências por eles compartilhadas com o mundo, a questão indígena passou a integrar a pauta de discussões socioambientais dos encontros entre as maiores economias mundiais e inseriu-se definitivamente como eixo

intimamente ligado à proteção das florestas, devido à relação harmônica e sustentável histórica e cientificamente demonstrada entre os povos indígenas e a natureza. Por ser a mais representativa porção de floresta tropical do mundo e abrigar as maiores densidades demográficas e pluralidade étnica de povos originários, a Amazônia vem ocupando lugar de destaque nessa agenda temática, motivo pelo qual este trabalho registra, como parte das Amazônias Indígenas, a versão descolonizada pelos próprios indígenas.

Atualmente, cada uma das centenas de nações indígenas que possuem vínculos com terras e ancestralidades englobadas pela extensão da Pan-Amazônia²⁶ tem, igualmente, visões próprias e peculiares acerca da Amazônia, o que reforça a proposição, por esta pesquisa, de pluralização também da tipificação Amazônia indígena. São várias e distintas as concepções e imagens inscritas nos repertórios referenciais dos povos amazônicos sobre si mesmos e sobre a região, algumas delas aqui contempladas quando da abordagem descolonizadora das representações sociais sobre a Amazônia. Ao trazer à baila algumas dessas importantes vozes indígenas, este trabalho visa asseverar a necessidade de paulatina reorientação das narrativas sobre a região e seus povos, de modo a romper com as distorções, suplementações e subtrações seculares efetivadas pelas representações sociais eurocentradas acerca da Amazônia.

Nasci índio. Foi aos poucos, no entanto, que me aceitei índio. Relutei muitas vezes em aceitar essa condição. Tinha vergonha, pois o fato de ser índio estava ligado a uma série de chavões que se cuspiam em mim: índio é atrasado, é sujo, preguiçoso, malandro, vadio... Eu não me identificava com isso, mas nunca fiz nada para defender minha origem. Carreguei com muita tristeza todos os apelidos que recaíam sobre mim: índio, Juruna, Aritana, Peri... E tive de conviver com o que a civilização tem de pior, isto é, ignorar quem traz em si o diferente. (MUNDURUKU, 2000, p. 9)

O texto autobiográfico do escritor indígena Daniel Munduruku é revelador acerca das repercussões produzidas pelas representações sociais baseadas em estereótipos ocidentais sobre os povos indígenas: tais ancoragens e objetivações subalternizantes carregam o preconceito para a estrutura psicológica dos próprios indígenas que experimentam a interação cultural desde a infância, levando-os a vivenciar crises identitárias que refletem, muitas vezes, na negação da

²⁶ A questão da geopolítica amazônica, cuja importância ganhou nova dimensão após o fim da Segunda Guerra Mundial, chegou a uma definição de Pan-Amazônia no bojo do Tratado de Cooperação Amazônica, celebrado em 1978, para superar as inconsistências entre a Amazônia Florestal e a Amazônia Hidrográfica, principais abordagens até então utilizadas para dimensionar a grande região do Trópico Úmido. A região, pela definição do tratado, reúne 7,8 milhões de quilômetros quadrados, 12 bacias e 158 sub-bacias, estendendo-se pela Bolívia (6,2%), Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guiana (2,8%), Peru (10,1%), Suriname (2,1%), Venezuela (5,8%) e Guiana Francesa (1,1%), nações que pactuaram entre si o compromisso de “realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos” (BRASIL, 1978).

ancestralidade e do valor da interculturalidade. A retomada paulatina e lenta da identidade indígena veio, no caso de Munduruku, acompanhada do senso de defesa do pertencimento a uma etnia e do uso da narrativa como instrumento de resistência e transformação do contexto que rejeita ou desqualifica os povos originários a ponto de induzir os próprios membros desses povos a negarem suas origens.

No empréstimo de sua voz e sua história ao mundo não-indígena, Daniel Munduruku (2000) enxerga um propósito pedagógico capaz de levar a sociedade envolvente a refletir sobre sua existência. A predileção das pessoas por biografias, de acordo com o escritor indígena, demonstra a predisposição humana por conhecer as ascendências, o passado, a trilha percorrida pelo biografado até o ponto em que se tornou digno de ter sua história contada, possibilitando, assim, a demonstração da genealogia invisível de todos os viventes a partir de suas ancestralidades. Rejeitar a conexão com esse fio identitário seria, portanto, recusar o caráter de continuidade, de bricolagem das culturas humanas.

O extenso histórico de participação de Gersem José dos Santos Luciano, indígena da etnia Baniwa, na construção e consolidação do chamado movimento indígena e a realização de inúmeras pesquisas e conferências acadêmicas acerca dos processos de recuperação das identidades étnicas dos povos indígenas por meio da educação descolonizadora e do reconhecimento da existência de múltiplas sociedades interculturais também o credenciam para figurar no rol de vozes capazes de propor caminhos para sobrescrever as representações sociais coloniais inferiorizantes ainda fortemente difundidas sobre os povos originários, seus saberes e suas culturas por meio de novas ancoragens e objetivações baseadas na valorização do diálogo não-hierarquizante entre saberes. Filósofo, antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Gersem Luciano Baniwa ajudou a conceber a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e fez do espaço de produção acadêmica legitimada pelo Estado que é a universidade uma importante trincheira de transgressão em relação aos mecanismos de agenciamento das representações sociais que insistem em categorizar os saberes a partir do referencial eurocêntrico da ciência moderna como único modelo válido.

Em conferência realizada como parte do 3º Congresso Internacional Formação em Educação Intercultural e Práticas de Descolonização na América Latina, realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG)²⁷, Gersem Baniwa discorreu sobre a problemática da

²⁷ VEIGA, Patrícia da. "É preciso superar a epistemologia colonial", diz Gersem Baniwa. UFG - Universidade Federal de Goiás, 2017. Disponível em: <https://www.ufg.br/n/99084-e-preciso-superar-a-epistemologia-colonial-diz-gersem-baniwa>. Acesso em: 06 abr. 2021.

produção de conhecimento baseada em uma epistemologia padronizada, hegemônica e etnocêntrica e propôs a substituição desse modelo por uma postura filosófica e cosmológica da diversidade, que reconheça outras lógicas de experiências no mundo e com o mundo para além da visão branca e ocidental, utilizando-se, para isso, de contradições emersas do processo de globalização. Como possibilidades de trilhas para a superação do nexu colonialista acerca da produção de saberes, ele propõe três direções norteadoras: a pesquisa de pedagogias pré-coloniais, que valorizam mais a forma e a utilidade do conhecimento do que o conteúdo em si; o restabelecimento de cosmovisões reunificadoras do humano ao natural, deslocando o humano de centro para a condição de parte nessa relação; e, por fim, reorientar a visão sobre os indígenas no processo formativo como povos coletivos, não como indivíduos (VEIGA, 2017).

A reflexão de Gersem Luciano (2006) sobre as brechas abertas pelas contradições da globalização em favor de novas mentalidades vai de encontro à mundialização dos movimentos indígenas anteriormente abordada e auxilia no encaminhamento da discussão proposta por esta dissertação acerca dos desafios impostos à resistência cultural e política dos povos originários no contexto pós-moderno por meio da apropriação e uso ressignificado das ferramentas de comunicação propiciadas pelas revoluções tecnológicas. Em outras palavras: pela importância que assume ao se constituir como amálgama elementar das conexões que compõem e caracterizam a sociedade em rede, as possibilidades de organização sociopolítica de grupos marginalizados dos círculos de poder que são viabilizadas pela internet se apresentam como exemplos dessas contradições decorrentes do processo de globalização cujas implicações podem ser redirecionadas na contramão do fluxo catalizador e expansor da colonialidade atrelado a esse processo, devido à sua intrínseca ligação com o modelo capitalista.

O uso da escrita como importante ferramenta nas lutas indígenas pela efetivação dos direitos e garantias conquistados na Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo em direção ao atual cenário de uso das ferramentas de mídias sociais digitais disponíveis na internet por indivíduos, entidades e movimentos indígenas no Brasil. A partir do reconhecimento do direito constitucional à educação, passou a ser obrigação do Estado garantir às comunidades indígenas educação escolar básica de qualidade, laica e diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, língua, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais, assim como o acesso ao conhecimento e o domínio dos códigos da sociedade nacional, de modo a assegurar a possibilidade de defesa de seus interesses e a participação plena na vida nacional em igualdade de condições, enquanto etnias culturalmente diferenciadas (PORTARIA, 2003). Apesar das inúmeras incompletudes, deficiências e limitações da real efetivação das previsões legais, o acesso à educação modificou

profundamente o cenário de resistência e representatividade dos povos indígenas, de modo a tornar possível a ampliação de suas vozes por meio de espaços cavados a muito custo na mídia tradicional, no primeiro momento, e mais recentemente por meio das plataformas de mídias digitais via internet de maneira mais autônoma e menos dependente dos filtros da imprensa, porém em outras condições de abrangência imediata das mensagens veiculadas.

As novas condições históricas mostram que os indígenas das diferentes regiões do país estão cada vez mais engajados em ações e movimentos em prol da autodeterminação. Assim, a resistência dos sujeitos e os movimentos reivindicatórios em prol de direitos não deixam de ser materializadas nos/pelos discursos que circulam na rede sob novas condições de produção obtidas pelas novas tecnologias, em especial a internet. (FERREIRA, 2013, p. 48)

É com essa perspectiva que Castells (2017b) abre uma frente interessante de análise das novas dinâmicas de organização social em redes virtuais e admite a possibilidade dessas estruturas serem utilizadas como instrumentos de resistência, como reflexo de um novo padrão que o autor denominou de redes de indignação e esperança. Ao esmiuçar as origens, os modos de organização e as repercussões de dez movimentos de grande repercussão em todo o mundo – inclusive a série de protestos no Brasil, que ficou conhecida como ‘o gigante acordou’, o sociólogo aponta a emergência de um novo modelo de mobilização social a partir da internet e da cultura da autonomia cujos reflexos sobre o sistema político tem se mostrado mais fortes e mais abrangentes ano após ano, sobretudo diante da cabal crise de legitimidade das instituições políticas que administram a sociedade. A análise estrutural dos movimentos sociais estudados por Castells revelou algumas características em comum, as quais estão relacionadas a seguir, em síntese, de forma a demonstrar as aproximações desse padrão com os movimentos indígenas em curso e os desafios a serem enfrentados por esses movimentos na atual dinâmica da sociedade em rede para seguir gerando as mudanças sociais pretendidas:

- *Estão conectados em rede de múltiplas formas:* o uso das redes de comunicação da internet e de telefonia celular é imprescindível, mas as formas de conectar-se incluem redes on-line e off-line, bem como se valem de redes pré-existentes e de novos arranjos surgidos no seio dos próprios movimentos;

- *Tornam-se um movimento ao ocupar o espaço urbano fisicamente:* embora esses movimentos sejam gestados e iniciados na internet, apresentam como característica a reclamação de espaços da cidade, seja pela ocupação permanente ou temporária de praças e prédios públicos, seja pela persistência das manifestações de rua. A interação entre o espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço físico desses lugares

ocupados produz um terceiro tipo de espaço – o “espaço da autonomia” (CASTELLS, 2017b, p. 193);

- *São simultaneamente locais e globais*: em sua origem, estão diretamente ligados a contextos e motivos específicos relacionados aos locais onde surgem, constituindo redes locais, ao mesmo tempo em que se conectam globalmente com outras experiências conhecidas a partir do contato via internet e comunicação por telefonia móvel e por elas são estimulados, conscientes da interligação das pautas locais com problemáticas da humanidade em geral;

- *Geram suas próprias formas de tempo*: Castells (2017b) chama de “tempo atemporal” a lógica híbrida e emergente de experiências sobre a temporalidade desenvolvidas por esses movimentos em rede que, por um lado, vivem a linearidade do tempo cronológico nos processos de ocupação e realização de atos e manifestações em espaços públicos, e por outro, adotam uma perspectiva ilimitada de possibilidades em seus debates e projetos e, assim, cunham sua própria noção de tempo no processo de construção histórica.

- *São essencialmente movimentos horizontais, sem lideranças formais, baseadas no companheirismo*: a profunda desconfiança em relação ao modelo tradicional de exercício do poder por delegação fomenta a tomada de decisões baseada em deliberações produzidas coletivamente no espaço da autonomia. A confiança é conquistada a partir da cooperação e da solidariedade em torno de objetivos e motivações em comum entre os membros dos movimentos, tendo a horizontalidade das redes como principal alicerce;

- *São profundamente autorreflexivos*: seus membros questionam-se a todo tempo e nos mais variados fóruns virtuais ou físicos o que são, quais seus propósitos e valores, que modelo de democracia e sociedade têm como objetivo e como evitar as mesmas armadilhas nas quais tantos outros movimentos sociais caíram ao repetirem os mecanismos do mesmo sistema que criticavam e almejavam mudar;

- *Em geral, não são violentos*: têm como instrumento principal de legitimação como representantes da sociedade como um todo o caráter pacífico de suas ações, envolvendo-se geralmente, em sua origem, em desobediência civil não-violenta. Castells (2017b) sustenta ser frequentemente observado nesses movimentos situações de autodefesa diante da repressão policial a manifestações – muitas vezes arbitrária, desproporcional e impune, que acaba abrindo caminho para a ação agressiva de pequenos grupos que utilizam a violência como instrumento de confronto ao sistema criticado pelo movimento;

- *São voltados para a mudança de valores da sociedade*: possuem múltiplas demandas advindas das mais variadas motivações, por isso não são capazes de se concentrarem em um só projeto ou tarefa e não têm objetivos específicos. Essa característica é, ao mesmo tempo, sua

força e sua fraqueza, na medida em que atrai um grande número de pessoas em torno de tantas pautas e protege esses movimentos da instrumentalização política operada por partidos políticos ao passo que enfrentam dificuldades para realizar algo diante da quase total ausência de clareza de propósitos.

Para os movimentos indígenas, sites, blogs e plataformas de redes sociais digitais representam possibilidades de espaços de visibilidade e, ao mesmo tempo, de ruptura com as representações sociais hierarquizantes acerca de seus costumes e modos de vida que reinaram absolutas como verdades ao longo de séculos. Seja a partir de iniciativas próprias, conduzidas por atores do próprio movimento indígena, ou seja por meio de ambientes institucionais de universidades, institutos de pesquisa e entidades do terceiro setor que apoiam os povos indígenas e suas pautas, a dinâmica da internet e da comunicação sem fio como plataformas privilegiadas para a construção coletiva de autonomia demonstra a intrínseca relação entre a comunicação e a constituição dos movimentos sociais, na medida em que as ferramentas de comunicação são decisivas para possibilitar mobilização, organização, deliberação, coordenação e decisão.

A internet, por suas características, suplanta a mera instrumentalidade, ao criar as condições necessárias para permitir a um movimento sem liderança sobreviver, tomar decisões e expandir-se. A cultura da autonomia é o que une umbilicalmente a internet aos movimentos sociais. “Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada” (CASTELLS, 2017b, p. 199).

A perspectiva de Morin (2003) sobre a cidadania planetária cujo principal edifício teórico é a necessidade de reorientação de visão do indivíduo para uma matriz de pensamento e comportamento mais cooperativa, solidária e em defesa de todas as formas de vida existente no planeta conduz à reflexão final desta seção: é preciso olhar para a diversidade de maneira complexa, buscando religar o que está separado também em relação à luta dos povos indígenas representados pelos movimentos e organizações sociais. Quais possíveis novos arranjos para sua cidadania e autonomia são capazes de construir uma cidadania planetária com o objetivo de refletir a partir do contexto e do completo como se dará o enfrentamento das múltiplas crises ocorridas sucessivamente nas mais diversas searas da existência humana em sociedade? Nas poucas linhas acima, estão postos desafios bastante intrincados de atuação por parte do movimento indígena em busca de maior autonomia, retomada de valores e suas identidades éticas e da ressignificação. Todos eles perpassam, em maior ou menor grau, pelo uso

sistemático da internet como forma de organização político-social, de comunicação, de registro da memória e cobrança direta pela efetivação de direitos.

Seção 3:
AMAZÔNIAS INDÍGENAS EM REDE NA ARENA
DO TWITTER

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Conforme apontam Carneiro Filho e Souza (2009), a enorme diversidade sociocultural abrigada pela Amazônia requer um olhar diferenciado sobre as tensões decorrentes de tantos interesses distintos em jogo. Os paradigmas dominantes, há muito empregados para tentar compreender essa multiplicidade de dinâmicas socioculturais complexas presentes nas diversas Amazônias, têm se revelado ineficientes no propósito de abarcar as peculiaridades dessa vasta região, sendo, portanto, necessário o deslocamento desse olhar epistemológico em direção ao paradigma emergente defendido por Boaventura de Sousa Santos (2008). Não há conhecimento científico acabado, menos ainda é possível apreender cientificamente a realidade ignorando as demais formas de conhecimento não-científicas, motivo pelo qual se pretende, nesta análise, ir além dos parâmetros e técnicas científicas tradicionais na busca por um olhar – apenas um de vários possíveis – sobre o objeto de pesquisa ora proposto, adotando, para isso, uma abordagem de natureza exploratória.

Nesse sentido, ao propor o desafio de evidenciar os processos socioculturais os quais a ideia de Amazônia vem vivenciando há séculos até chegar a esta era da cultura global virtual, tem-se aqui a clareza de que não é possível apoiar-se em reducionismos teórico-metodológicos cartesianos que propõem respostas rápidas, absolutas e, ao mesmo tempo, pouco convincentes em relação ao problema de pesquisa. Tecer uma entrincheirada teia de procedimentos e técnicas de pesquisa e olvidar da conexão com a realidade, com o cotidiano, diminui o valor da pesquisa científica. Reconhecer no local as fronteiras do global também refletindo o presente, que integra esse complexo processo de construção da história social, é uma resposta afirmativa ao convite feito por Walmir Albuquerque Barbosa (2015) para uma análise científica do cotidiano.

Portanto, ao abordar dados, observações e referências a fatos e contextos do passado e também do cotidiano relacionado ao tema de pesquisa, seja na escala local ou global, pretende-se aqui não demonstrar, mas sim sugerir caminhos, hipóteses que reúnam elementos de compreensão sobre as representações culturais acerca das muitas Amazônias na era da informação, sobretudo nos espaços virtuais de socialização e disputas simbólicas. Afinal, o que seria uma análise das manifestações de atores em redes de comunicação estabelecidas nesses ambientes virtuais senão um olhar para o cotidiano da sociabilidade nesses espaços? Consideramos aqui o cotidiano como “a prática dos afetos, dos sentimentos, das intimidades, das angústias e das sublimações próprias das coisas humanas, sentidas por todos, mas que ocorrem quando esses se deixam prender pelas emoções e se desviam dos controles sociais ou deles se escondem [...]” (BARBOSA, 2015, p. 27).

Para compreender as bases das mudanças provocadas pelo advento da comunicação mediada pelo computador (CMC), da qual as redes sociais virtuais hoje incorporadas como elementos do cotidiano são produtos, faz-se necessário asseverar e reconhecer a profunda modificação no modo por meio do qual as pessoas se comunicam a partir da introdução e espalhamento dessas novas ferramentas. Segundo Recuero (2009, p. 118),

Através da CMC novos agrupamentos sociais surgiram (Lemos, 2003), novas formas de conversação (Herring, 1999; Herring *et al.*, 2005), novas formas de identificação e de construção do self (Donath, 1999). Diante disso, surgem, nos últimos anos, as chamadas ferramentas ditas “sociais”, ou seja, aquelas que focam esse exercício da sociabilidade e as chamadas redes sociais, e de um modo especial, os chamados sites de redes sociais (Boyd e Ellison, 2007) que têm crescido nos últimos anos.

A sociabilidade entre os indivíduos tem passado por mudanças substanciais a partir das redes sociais. Estas, construídas por dois elementos essenciais: os atores sociais e suas conexões. O primeiro elemento engloba tanto pessoas quanto instituições ou grupos, sendo considerados, portanto, os nós da rede; já o segundo é representado pelas interações entre os atores, os laços sociais (fortes ou fracos) por eles estabelecidos nesse espaço virtual, em estruturas sociais na qual os atores se apropriam e utilizam um sistema para realizar conexões entre os diversos sujeitos participantes desse sistema, promovendo interação (PRIMO, 2007). Uma rede social, aqui, é entendida como uma estrutura social formada de indivíduos ou organizações, identificados como “nós”, “que são ligados (conectados) por um ou mais tipos de interdependência, como amizade, parentesco, interesse comum, trocas financeiras, aversões, relacionamentos sexuais ou relacionamentos de crença, conhecimento ou prestígio” (PASSMORE, 2011).

Na busca por dissipar eventuais contradições extraídas do senso comum a respeito da temática, convém registrar que sites de redes sociais não são as redes sociais em si. Os sites do que se convencionou chamar redes sociais são espaços virtuais que abrigam as redes sociais e, ao proporcionar estrutura de funcionamento, permitem que elas se configurem e existam na internet. Ao apresentarem as conexões criadas pelos atores, esses sites também as modificam, pois possibilitam a manutenção dessas conexões independentemente da manutenção de interações. O termo ‘redes sociais’ deve ser interpretado de modo lato, portanto, a partir do conceito desenvolvido pelas ciências sociais para explicar determinados tipos de interação entre indivíduos. O deslocamento da noção de redes sociais para a internet representa, portanto, a transposição de um modelo de análise social para o espaço virtual, resultando em inevitáveis alterações no conceito.

A noção de mediação, adotada por este trabalho como parte do prisma teórico-metodológico a partir do qual as análises foram empreendidas, tem como sustentáculo principal o conceito de mediação técnica de Bruno Latour, segundo o qual a relação entre homem-máquina que caracteriza a CMC produz efeitos mútuos de um sobre o outro em algum grau. Cardoso e Santaella (2015) destacam que Latour, como uma das principais referências mundiais da Teoria Ator-Rede (TAR), rechaça a ideia de que há uma primazia da técnica sobre o humano ou do humano sobre a técnica: para ele, ao associar humano e artefato, a mediação transforma ambos e cria uma conexão que não existia antes. Nem homem, nem máquina são os mesmos após interagirem.

Para a compreensão da lógica de ação nas redes sociais no espaço virtual, há que se registrar os significados de dinâmica e flexibilidade (MARTINO, 2015), estando o primeiro termo ligado às noções de movimento existente na rede, a quantidade e o tipo de conexões estabelecidas entre os participantes, e o segundo relacionado à fluidez dos laços estabelecidos entre os membros de determinada rede. O caráter relacional das redes sociais assume maior importância na condução do seu funcionamento do que as características individuais, resultando em uma espécie de relação entre relações, não somente entre indivíduos (KADUSHIN, 2012; RECUERO, 2009; SANTAELLA e LEMOS, 2010).

Nas análises detalhadas a seguir, as redes em torno do uso da expressão Amazônia associada aos povos indígenas na plataforma de mídia social Twitter serão dissecadas também em relação a suas dinâmicas e flexibilidade, de modo a evidenciar possíveis padrões de uso das expressões elencadas no escopo da coleta de dados, e ainda acerca dos tipos de emissores das mensagens coletadas.

3.1 Locus principal da pesquisa: o Twitter

A partir de critérios como abertura de acesso à base de dados de usuários, longevidade de funcionamento e abrangência de usuários na América Latina, definiu-se a rede social Twitter como a plataforma de interações virtuais a ser primordialmente observada em suas redes de conexão em torno das Amazônias Indígenas, sem que isso represente um impedimento para abordagem dessas dinâmicas em outras plataformas como parte do exercício de epistemologia do cotidiano defendida acima.

O Twitter é um serviço de mídia social e uma ferramenta de microblog em que os internautas, representados por meio de perfis, interagem entre si por mensagens de até 280 caracteres, que podem incluir links, vídeos e imagens estáticas ou animadas. Os usuários se denominam “seguidos” e “seguidores” (RECUERO e ZAGO, 2009) e independem de relações

de reciprocidade para estarem em contato: pode-se ser seguidor sem, necessariamente, ser seguido. Essa característica, que diferencia o Twitter de grande parte das plataformas de redes sociais digitais, faz com que muitas das redes formadas nas interações não se sobreponham.

A dinâmica de atualizações exhibe as mensagens – os *tweets* – mais recentes, patrocinados (pagos) ou mais relevantes, estes últimos definidos pelo algoritmo da própria ferramenta com base nas visualizações e interações geradas a partir dessas mensagens, de modo a permitir ações como responder, curtir, retransmitir (*retweet* ou RT) ou compartilhar via mensagem direta ou por meio de outras plataformas externas ao Twitter. Os temas podem ser agrupados em torno de *hashtags* (marcadas pelo uso do símbolo # antes de palavras ou expressões sem espaços entre as palavras), que servem como indexadores de tópicos de discussão a partir dos quais é possível pesquisar e acompanhar e compreender o contexto das mensagens que incluem determinada palavra ou expressão antecedida por cerquilhas (em inglês, *hash*). Originalmente, as atualizações publicadas na plataforma pelos usuários são públicas, mas é possível configurar as contas para que se tornem de acesso privado.

Pela agilidade e objetividade impostas pela limitação de caracteres por mensagem – que era de 140 caracteres até 2017 – e também pelo uso da plataforma por lideranças políticas de importantes nações como principal meio de divulgação de informações em primeira mão, o Twitter tem se consolidado, sobretudo na última década, como uma ferramenta de informação instantânea e útil, a partir da qual as interações ocorrem em forma de conversação fluida e informal, tal qual os bate-papos efêmeros da rotina diária que qualquer pessoa costuma ter com seus conviventes acerca da agenda de assuntos do momento, sendo mais importante nela o contexto do que o conteúdo. “Se a principal moeda do Facebook é a amizade, no Twitter são as notícias e as informações” (VAYNERCHUK, 2019, p. 99).

A campanha eleitoral de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos em 2008 representa um importante marco na importância política do uso da força das redes sociais nessa seara. A tendência de uso dessas ferramentas como púlpitos para líderes políticos foi ainda mais reforçada durante as eleições e todo o governo de Donald Trump nos EUA e segue fortemente reproduzida no Brasil, por meio do uso institucionalizado como canal prioritário de comunicação política com sua base eleitoral pelo presidente Jair Bolsonaro. A sensação de aproximação proporcionada pelo contato direto entre figuras políticas e os cidadãos, à medida em que o presidente de uma nação pode responder diretamente à interação de uma pessoa comum, potencializam ainda mais a visibilidade e popularidade passíveis de serem obtidas por meio do uso sistemático de plataformas como o Twitter, motivo pelo qual é fundamental

compreender como se dá o processo de criação de conexões em torno de representações sociais que ali circulam e ganham o mundo com tão pouco esforço.

Definido “como uma mídia social que, unindo a mobilidade do acesso à temporalidade *always on* das RSIs 3.0, possibilita o entrelaçamento de fluxos informacionais e o design colaborativo de ideias em tempo real, modificando e acelerando os processos globais da mente coletiva” (SANTAELA e LEMOS, p. 66), o Twitter é caracterizado por possibilitar, em um mesmo fluxo, múltiplas conexões de informações derivadas de diversos canais. Recuero e Zago (2009) explicam que a conversação no Twitter ocorre, principalmente, por meio do direcionamento das mensagens utilizando o “@” para citar a identificação do(s) outro(os) perfil(is) com os quais se pretende dialogar. Essas conexões ficam permanentemente visíveis aos usuários, expressas por meio de links compartilháveis. Em suma, seu funcionamento ocorre da seguinte forma: os indivíduos que possuem perfis de usuários no Twitter indicam à plataforma quais ‘canais’ querem acompanhar e receber atualizações ao seguirem determinados perfis (*inflow*), ao mesmo tempo em que envia atualizações para outros usuários que seguem seu perfil (*outflow*). Além desse recurso, também há possibilidade de estabelecer um contato com outro perfil por meio de mensagens diretas, que só ficam visíveis aos interlocutores da conversa.

A interpenetração entre as três funcionalidades (RT, @usuário e #s) é inerente à arquitetura informacional do Twitter, e em muitos casos elas podem suceder simultaneamente (um RT em forma de resposta mencionando diversos @usuários e hashtags). Nesse caso, ocorre em um único tweet a penetração simultânea em múltiplos fluxos individuais e/ou coletivos em tempo real, caracterizando a interatividade pluridirecionada dessa micromídia móvel (SANTAELA e LEMOS, 2010, p. 109)

A lógica dos algoritmos impõe a necessidade de esclarecer, de antemão, as limitações dos resultados desse recorte que integra a presente pesquisa: a ideia de uma grande ágora grega plural e amplamente democrática, que coloca todos os seres humanos presentes nessa plataforma em iguais condições de interação entre si, é uma visão ingênua e pouco condizente com o real controle da plataforma sobre os dados que os usuários lá inserem. Assim, cabe ressaltar que não se tem pretensão alguma de abarcar a completude da compreensão das dinâmicas de produção, reprodução e difusão de representações sociais sobre aspectos culturais relacionados aos povos indígenas da Amazônia. Em vez disso, tem-se neste instrumento uma fonte de dados que deverá somar com tantas outras fontes para possibilitar o encaminhamento dos objetivos de pesquisa anteriormente delineados.

Embora os sites de redes sociais deixem bastante claro para os usuários em seus termos de uso que o conteúdo ali disponibilizado está sendo, em grande medida, tornado público, ressalvadas as opções de privacidade ali oferecidas, é fundamental a qualquer pesquisador interessado em estudar esse universo compreender que essa clareza, muitas vezes, não se reflete em total entendimento por parte dos públicos das implicações dessa natureza pública dos conteúdos publicados. Ao chamar a atenção para a dimensão ética do uso de dados coletados da internet em pesquisas como esta, busca-se ressaltar que a divulgação indiscriminada de mensagens divulgadas em redes sociais com autoria identificada por pesquisas científicas pode trazer efeitos negativos aos usuários comuns. Dessa forma, buscou-se, nesta dissertação, adotar uma série de estratégias para garantir a anonimização de dados públicos que possam ser sensíveis, de modo a manter-se dentro dos limites éticos recomendados.

3.2 Amostragem e coleta de dados

Para obter, processar e validar os achados pertinentes à problemática a ser investigada na pesquisa ora proposta, cuja abordagem será qualitativa, adotou-se a divisão de Deslandes, Gomes e Minayo (2016) para o processo cíclico de trabalho científico em pesquisa qualitativa: 1) fase exploratória; 2) trabalho de campo; e 3) análise e tratamento do material empírico e documental.

Na fase exploratória, em curso desde o início dos estudos em disciplinas no programa de pós-graduação, orientações e pesquisas realizadas, buscou-se reunir e sintetizar elementos de contextualização e compreensão dos aspectos relacionados à economia, comunicação e cultura na sociedade em rede, bem como das dinâmicas socioculturais dos indígenas amazônicos e suas articulações em busca de visibilidade para as causas de seus movimentos, por meio de revisões bibliográficas, pesquisa documental em fontes secundárias como relatórios e documentos oficiais sobre o tema em questão. Nessa fase também se procedeu à elaboração de um plano estratégico de monitoramento em mídias sociais (Anexo I), documento no qual definiu-se o corpus de análise: os critérios de busca a menções para criação de filtros na ferramenta de monitoramento; os diferentes grupos de classificação das manifestações coletadas por categorias – emissor, assunto e tipo de manifestação – em que as mensagens com menção à temática relativa aos povos indígenas da Amazônia aparecem.

Optou-se, na fase de trabalho de campo, pelo casamento entre a realização de observação sistemática de caráter etnográfico de fenômenos ocorridos no lócus de pesquisa e também em torno da temática amazônica durante seu desenvolvimento, o método baseado na Teoria Fundamentada (CORBIN e STRAUSS, 1990) e o método de Análise de Redes Sociais

(WASSERMAN e FAUST, 1994). Sendo as mídias sociais espaços cada vez mais populares e comuns ao cotidiano das pessoas, a partir de sua popularização e relativa democratização do acesso, é fundamental apreender melhor estes espaços e relações estabelecidas por meio delas entre pessoas e instituições lá presentes e ativas.

A coleta de dados da amostra categorizada e analisada sob o prisma da Teoria Fundamentada e da ARS foi realizada por meio de ferramenta de monitoramento V-Tracker²⁸, no período de 1º de agosto a 30 de novembro de 2019, a qual realizou varredura automatizada nas publicações de toda a base de dados da plataforma de rede social Twitter que fizerem menção às palavras-chave indicadas no plano de monitoramento. Trata-se, segundo a classificação de Frago, Recuero e Amaral (2016), de uma amostra intencional não-probabilística por critério, a qual é caracterizada pela seleção de elementos que apresentam determinada característica ou critério pré-definido. Tendo em vista a delimitação de assunto das abordagens a serem analisadas, foi adotado como critério de inclusão na amostra a menção expressa aos termos indicados no plano de monitoramento, com aplicação de operadores booleanos de pesquisa - (Amazônia OR Amazonia OR Amazonía OR Amazon rainforest OR Amazon jungle) AND (indígena OR índio OR indígenas OR índios OR indigena OR indio OR indigenas OR indios OR autóctono OR indigenous OR indian OR indians), até o limite de 6 mil ocorrências por mês, máximo estabelecido pela ferramenta para o plano de uso básico.

Nessa esteira, é válido ressaltar que os *tweets* sem qualquer referência expressa aos termos da expressão de pesquisa não foram coletados, o que motiva mais uma advertência em relação aos resultados da pesquisa: há inúmeras possibilidades de abordar a questão indígena na Amazônia sem mencionar, necessariamente, as palavras que integram a expressão de pesquisa aqui adotada. Seria impossível, devido às limitações impostas pela ferramenta de monitoramento e ainda às limitações humanas para classificar e analisar talvez milhões de mensagens, caso fosse possível monitorar diversas expressões de busca que poderiam interessar ao escopo desta pesquisa. Características como a escala em milhões, bilhões de componentes, a heterogeneidade e o dinamismo da configuração da internet como universo de investigação demonstram, conforme resalta Frago *et al* (2016, p. 57), “colocam em xeque estratégias de recorte e seleção de amostras solidariamente estabelecidas tanto na pesquisa quantitativa quanto

²⁸ A ferramenta requer assinatura para uso, ao custo mínimo de R\$ 600 mensais, e permite o gerenciamento das mensagens coletadas do Twitter de forma a incluir *tags*, classificar públicos, visualizar as redes formadas em torno de mensagens e atores na forma de gráficos, avaliar sentimentos de mensagens e permitir a elaboração de gráficos com as redes monitoradas. Disponível em: www.v-tracker.com.br.

na qualitativa”, atribuindo ainda mais relevância ao processo de construção de amostras em pesquisas científicas no contexto da internet.

O uso obrigatório da expressão ‘Amazônia’ associada ao termo ‘indígena’ e suas variações em português, inglês e espanhol é proposital e pretende trazer para a análise um dado muito rico acerca das apropriações e associações entre essas expressões em vários países, de forma a jogar luzes sobre as representações erigidas pelos atores presentes no Twitter especificamente a partir da ideia de Amazônia. Também por isso, não foram cadastradas no escopo da busca expressões que associariam nomes de países, estados, cidades, regiões e etnias e povos indígenas da região sem a presença do termo ‘Amazônia’. Além de não ser a pretensão deste trabalho radiografar minuciosamente e de forma abrangente toda e qualquer manifestação possível que possa interessar à compreensão das Amazônias presentes nas redes virtuais, seria uma tarefa impossível mesmo para o mais experiente e devotado pesquisador, devido ao volume e à dinâmica dos dados produzidos em plataformas de mídias sociais.

A terceira etapa, na qual o material de campo é analisado e categorizado, ocorreu de maneira concomitante à própria coleta, tendo como base o processo de codificação descrito pela Teoria Fundamentada (GLASER e STRAUSS, 2006). De acordo com essa corrente teórica, ao proceder a análise dos dados durante o processo de coleta dos mesmos, o pesquisador consegue refinar o próprio método de coleta, constituindo um processo de retroalimentação constante entre o empírico e a análise abstrata dos dados de campo. Nesse sentido, os *tweets* coletados automaticamente pela ferramenta e correspondentes aos critérios de inclusão na amostra tiveram seu conteúdo analisado, um a um, ainda durante o processo de coleta, e foram categorizados no ambiente da própria ferramenta para serem encaixados nas respectivas categorias de emissor, assunto e tipo detalhadas no plano estratégico de monitoramento, tornando possível a produção de relatórios de monitoramento de onde partem as análises dos principais aspectos propostos pela pesquisa.

Ressalte-se que, a despeito de resultar em um quantitativo de mensagens coletadas, esta proposta de pesquisa não guarda qualquer preocupação numérica com volume de menções ou quaisquer outras categorias quantitativas de análise. O relatório que será detalhado a seguir traz nuvens de palavras mais utilizadas em tweets sobre o tema de pesquisa a cada mês do período de coleta de dados, bem como as principais métricas de nó e de rede possibilitadas pela Análise de Redes Sociais, de modo a visualizar e compreender não só o conteúdo das representações sociais contidas no conteúdo das mensagens como também a dinâmica das conexões existentes e os padrões de reprodução em torno das publicações relacionadas aos povos indígenas na Amazônia no Twitter ao longo do período monitorado.

3.3 Panorama contextual de análise e discussão dos dados de campo

Antes de passar ao procedimento metodológico de tratamento, análise e discussão do conjunto de dados gerado a partir do monitoramento sistemático de mensagens no Twitter, é fundamental trazer à baila o contexto fático no qual a Amazônia e seus povos indígenas estavam envolvidos durante os meses de agosto e novembro de 2019, período da coleta de dados. Além das notícias relacionadas a casos de desmatamento ilegal e invasões a territórios protegidos, como é o caso de terras indígenas, a região enfrentava um dos maiores picos de incêndios e queimadas de áreas florestais da história, fechando o ano com aumento de 30% no volume de focos de queimadas em relação ao ano anterior, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) amplamente divulgados pela imprensa no início de 2020²⁹. Um episódio, ocorrido em agosto de 2019, no sul do Pará, ficou conhecido como ‘o dia do fogo’ em alusão a uma ação orquestrada por fazendeiros da região que levou a um aumento de mais de 300% no índice de focos de queimada de um dia para outro³⁰. Os episódios de queimada associados ao forte aumento do desmatamento também gerou repercussões políticas e econômicas internacionais no período, principalmente diante de uma fala do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, que atribuiu aos indígenas e caboclos a culpa pelas grandes queimadas e acusou ainda organizações não-governamentais de coordenarem ações criminosas de desmatamento e incêndios com o objetivo de prejudicar a imagem do governo brasileiro no exterior³¹.

A contextualização é necessária para situar os leitores desta dissertação no recorte situacional e limitado decorrente da dinamicidade e mutabilidade dos fenômenos estudados em pesquisas sociais na internet (FRAGOSO *et al*, 2016). É muito provável que tanto a forma das redes como o conteúdo das mensagens publicadas por usuários do Twitter difeririam bastante das características da amostra aqui analisada se a coleta sistemática dos dados empíricos fosse realizada em outro contexto anterior ou posterior ao período de monitoramento. Esse é o

²⁹ MADEIRO, Carlos. **Amazônia fecha 2019 com 89 mil focos de queimadas, 30% a mais que 2018**. Portal UOL, 8 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/08/amazonia-fecha-2019-com-89-mil-focos-de-queimadas-30-a-mais-que-2018.htm>. Acesso em 14 jun 2020.

³⁰ MAISONNAVE, Fabiano. **Em 'dia do fogo', sul do PA registra disparo no número de queimadas**. Folha de S. Paulo, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-dia-do-fogo-sul-do-pa-registra-disparo-no-numero-de-queimadas.shtml>. Acesso em 15 jun. 2020.

³¹ MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo**. Portal G1, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml>. Acesso em 15 jun. 2020.

principal motivo pelo qual a presente pesquisa adotou não um único, mas vários caminhos metodológicos qualitativos combinados, de modo a possibilitar uma compreensão aprofundada e holística dos fenômenos em estudo.

Ao final do período de monitoramento e aplicados os critérios de exclusão de mensagens na amostra, obteve-se um conjunto de dados composto por 1.167 publicações no Twitter que atenderam aos critérios de coleta dos dados definidos na metodologia, a partir dos quais produziu-se uma série de ilustrações visuais que possibilitam a melhor compreensão do contexto no qual o fenômeno aqui estudado ocorreu, bem como a forma e o conteúdo presente nessas publicações que compõem a amostra. Ressalte-se que as análises do conteúdo a seguir reproduzidas não identificam os autores dos tweets, de modo a não incorrer em deslizes éticos na pesquisa com dados da internet e, assim, garantir que os usuários não sejam vulnerabilizados em consequência do exercício da prática científica.

Do total de publicações coletadas, 1.102 foram feitas por usuários únicos, o que significa representa a ausência de atuação coordenada de perfis em torno da associação dos termos utilizados como referência das Amazônias Indígenas na coleta de dados, já que o volume de *tweets* de usuários únicos difere em poucas dezenas do total de *tweets* com menção a esses termos no período de coleta, conforme demonstra o painel inicial de dados disponibilizado no relatório da ferramenta V-Tracker.

Figura 1 - Panorama de dados coletados no Twitter entre agosto e novembro de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

O panorama de dados traz ainda duas outras métricas relevantes para auxiliar na compreensão contextual na qual se deu a associação das expressões Amazônia + Indígenas e suas variantes nas línguas utilizadas como referência: o alcance e as impressões, segundo dado visível na ordem do painel apresentado acima. O alcance representa o número de usuários atingidos de alguma forma pelas publicações coletadas, ou melhor: para quantas pessoas/perfis o Twitter exibiu essas mensagens. Em relação aos tweets coletados, esse alcance superou a marca de 19,3 milhões de usuários atingidos pelas mensagens publicadas por pouco mais de 1,1 mil perfis, o que demonstra a impressionante capacidade das plataformas de redes sociais digitais em escalar a visibilidade e o impacto dos discursos nelas compartilhados.

No mesmo quadrante do dado de alcance, em letras menores abaixo do segundo número em azul, o monitoramento indicou outro dado ainda mais expressivo, que corrobora com a escalabilidade abordada há pouco, representado pelas impressões. Por se tratarem de uma métrica que avalia a quantidade de vezes que cada mensagem foi exibida nas telas dos usuários diretos do Twitter (o que ocorre, na maioria dos casos, mais de uma vez, devido à navegação de rolagem das telas e à possibilidade de retorno às mensagens a qualquer momento durante uma interação), totalizaram precisamente 64.819.260 impressões.

O número indica, portanto, que as representações sociais contidas nas mensagens coletadas na amostra desta pesquisa passaram mais de 64,8 milhões de vezes pelos olhos de usuários do Twitter. Ressalte-se que tanto o alcance quanto as impressões podem ser ainda maiores, visto que essas métricas extraídas diretamente da interface de programação da plataforma não consideram a visualização das mensagens por meio de aplicativos externos, tais como o Hootsuite, que ‘terceirizam’ a navegação e a interação no Twitter e, portanto, não são monitorados pelas ferramentas.

Ainda como parte do panorama mais contextual dos dados empíricos, observou-se um fenômeno que comunga em grande parte dos reflexos das contradições decorrentes da globalização e da crise de confiança da sociedade nas instituições tradicionais. A análise dos padrões por trás dos perfis mais influentes que publicaram mensagens com menção aos critérios de seleção de amostragem do monitoramento no Twitter revelou a forte concentração de poder nas redes, poder trabalhado pelas redes e poder de criar redes (CASTELLS, 2017a) em torno de perfis institucionais de grandes conglomerados de mídia, tais como a CNN, Associated Press, Globo (G1), Reuters e CBCNews – maior estação de notícias do Canadá.

Ao mesmo tempo, os dados apontaram para a emergência de iniciativas surgidas na internet fora do eixo principal desses conglomerados e com propostas segmentadas de comunicação, como os sites *Catraca Livre* e *Mídia Ninja*, além de personalidades cuja influência foi gestada no próprio Twitter como Denise Tremura (@detremura) e, ainda, artistas projetados a partir do cenário cultural ‘off-line’ engajados na causa em torno dos termos de monitoramento, como Leticia Spiller. Esse cenário ilustra o poder de controle da visibilidade exercido pelo algoritmo das plataformas de mídias digitais: os perfis com maior alcance são retroalimentados com mais e mais alcance à medida em que seus conteúdos são replicados, respondidos e compartilhados pelos usuários comuns em torno desses perfis. Os casos de publicações de autoria de pessoas comuns que ganham notoriedade e visibilidade – os chamados posts virais – são raros e fogem ao padrão usual de engajamento nos sites de mídias sociais.

Tabela 1 - Publicadores mais influentes

Perfil no Twitter	Alcance médio
@CNNEE	17.370.973
@AP	13.555.141
@g1	10.383.102
@CBCNews	27.740.96
@catracalivre	1.851.633
@la_Biennale	706.495
@MidiaNINJA	590.022
@detremura	455.610
@reuterspictures	158.837
@leticiaspiller	149.128
@sunny_hundal	80.198
@AmazonWatch	76.997
@burcham_don	69.832

Fonte: V-Tracker (2020)

Merece atenção, ainda, o apontamento dos perfis com o maior número de publicações incluídas no escopo da amostra coletada e a diferenciação entre perfis com muito alcance, mas que tratam da temática relacionada aos termos de pesquisa de forma isolada e não sistemática, e usuários engajados em torno da questão indígena amazônica: apenas um perfil relacionado na tabela anterior (@AP) se repete na ilustração gráfica dos publicadores com maior número de postagens. Os publicadores mais frequentes de conteúdo com representações sociais relacionadas às Amazônia Indígenas nos termos dos critérios adotados para a coleta foram perfis pessoais, não institucionais. Tal constatação oferece subsídios relevantes para a interpretação das conexões em rede visualizadas por meio de grafos³² na Análise de Redes Sociais a ser empreendida também como parte desta seção.

³² Definido por Recuero, Bastos e Zago (2018) como “a representação de uma matriz, onde os elementos (nós ou nodos) são apresentados como vértices e suas conexões (ou arcos) como arestas”, os grafos são considerados a base para a aplicação do método de Análise de Redes Sociais. A matriz demonstra o conjunto de interações entre os elementos representados pelo grafo, possibilitando a visualização gráfica dos nós e suas conexões.

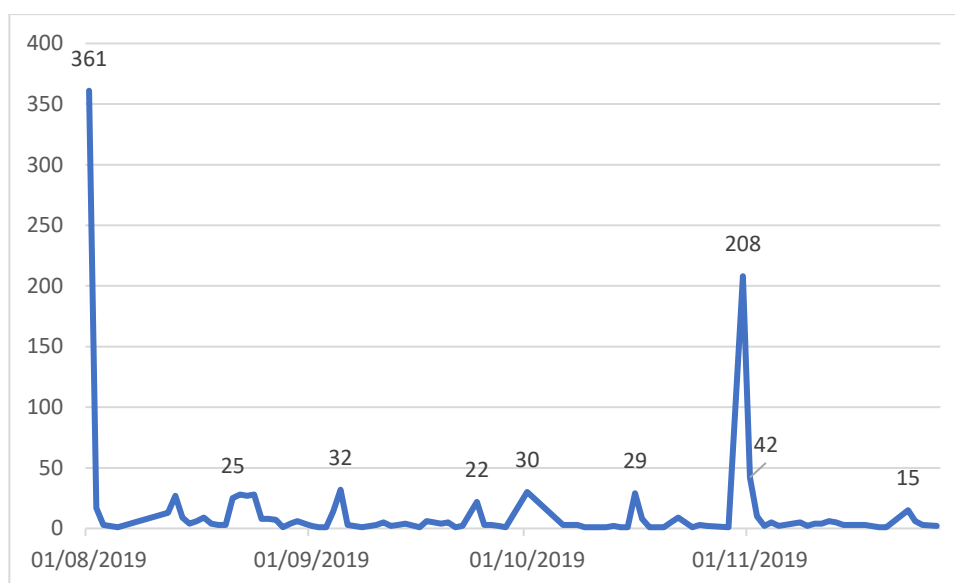
Tabela 2 - Publicadores com maior número de postagens

Perfil no Twitter	Número de postagens
@ConstanceCorne9	11
@nypapajoe	5
@authorparomita	5
@golmore_jungle	4
@hivos	3
@divoram	3
@Pairsonnalites	3
@croismo	3
@manuellyg13	2
@LuciaCa33110815	2
@Vonnie932	2
@pdjmoo	2
@KempKeepnItReal	2
@alanna_souto	2
@AP	2

Fonte: V-Tracker (2020)

A simples média diária de publicações obtida a partir da divisão entre o total de *tweets* coletados no período e o total de dias do monitoramento não seria capaz de ilustrar com clareza a inconstância e a dispersão dos assuntos debatidos por meio do Twitter. Em relação aos termos definidos como critérios de inclusão na amostra da presente pesquisa, foi possível observar a ocorrência de picos de publicações sobre as Amazônias Indígenas em datas específicas nas quais a pauta da grande imprensa trouxe informações impactantes ou falas polêmicas relacionadas à região, reforçando ser a efemeridade das discussões e a participação das notícias no agendamento dos assuntos debatidos em rede duas fortes características do Twitter enquanto plataforma de mídia social.

Figura 2 - Publicações coletadas por dia



Fonte: V-Tracker (2020)

O pico de menções ocorrido no dia 1º de agosto tem como pano de fundo uma série de falas do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, e do ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, com duras críticas à divulgação de dados do avanço do desmatamento na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no mês anterior³³, que provocou forte reação negativa da comunidade internacional. Em coletiva à imprensa, o presidente e o ministro desqualificaram os dados do instituto, afirmando que sua divulgação foi irresponsável e o Inpe teria como objetivo afetar negativamente a fama de Bolsonaro e do Brasil no exterior.

Os dados criticados mostraram que o desmatamento na região amazônica aumentou 90% em junho, na comparação com o mesmo mês no ano anterior. Diante da ameaça de exoneração publicamente feita pelo presidente ao então diretor do Inpe, o cientista Ricardo Galvão, após nota do instituto³⁴ rebatendo as ilações e acusações de falhas na metodologia utilizada para medir o avanço do desmatamento na região, os rumores da saída do diretor

³³ URIBE, Gustavo; BRANT, Danielle. **Bolsonaro diz que dados de desmate foram 'espancados' para atingir governo.** Folha de S. Paulo, 1. Ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-diz-que-dados-de-desmate-foram-espancados-para-atingir-governo.shtml>. Acesso em 03 dez. 2020.

³⁴ **Em resposta a Bolsonaro, Inpe diz prezar por honestidade científica.** Folha de S. Paulo, 01. ago. 2019. Disponível em: <https://folha.com/ygh2qz5x>. Acesso em 03 dez. 2020.

começaram a circular ainda nesse mesmo dia e se confirmaram no dia seguinte, com o anúncio feito por Galvão à imprensa³⁵.

O segundo maior pico visualizado na série cronológica da quantidade de publicações coletadas por dia ocorreu no dia 31 de outubro, quando se tornou pública a informação de que o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, alterou um decreto assinado por ele próprio no dia anterior, que proibia queimadas em todo o território nacional durante 60 dias, e autorizou a realização de queimadas³⁶, desde que com autorização prévia de órgão ambiental, para a realização de colheitas em todo o país, com exceção da Amazônia Legal. Novamente, a medida repercutiu fortemente na imprensa e na comunidade política internacional e, por esse motivo, virou assunto principal de discussões e publicações circulantes nas plataformas de redes sociais da internet. Diante da deliberada abstenção de adoção de medidas para conter a onda de queimadas que vinha afetando a região amazônica desde o início de 2019, líderes europeus ameaçaram suspender o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE), chegando a apresentar pedidos de sanções ao Brasil em razão do descaso com o qual o governo Bolsonaro lida com as questões ambientais.

O método de mineração de dados empregado pela presente pesquisa objetivou também possibilitar o reconhecimento de padrões de conteúdo textual a partir da estruturação dos dados coletados e da valoração de relevância das palavras e expressões que se repetem nas mensagens que se enquadraram nos critérios de busca, de modo a hierarquizá-las com base na frequência de menções. O resultado da aplicação do referido processo metodológico é demonstrado por meio da técnica de visualização de dados intitulada Nuvem de Palavras, cujo objetivo não é encerrar, em si mesma, o procedimento de análise de conteúdo desta pesquisa, e sim oferecer suporte interpretativo às categorizações preconizadas pela Teoria Fundamentada. Ao relacionar palavras repetidas várias vezes em um grupo de textos, a Nuvem de Palavras se constitui como método heurístico de análise, capaz de apontar caminhos para a compreensão das representações sociais difundidas sobre determinada temática.

Sobretudo no Twitter, plataforma na qual as *tags* representam uma importante vitrine de relevância de conteúdos debatidos em rede – os *trending topics* nada mais são do que o resultado de uma nuvem de palavras georreferenciadas e controladas pela ferramenta, visualizar

³⁵ **Diretor do Inpe é demitido após desafiar Bolsonaro.** Congresso em Foco, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/diretor-do-inpe-e-demitido-apos-desafiar-bolsonaro/>. Acesso em 18 jan. 2021.

³⁶ **Bolsonaro autoriza queimadas fora da Amazônia.** DW Brasil, 31 ago. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3OoLF>. Acesso em 17 dez. 2020.

os termos mencionados com maior frequência nas publicações sobre as Amazônia Indígenas abre caminhos ao exercício da sensibilidade teórica (GLASER, 2004) tão necessária ao pesquisador que se lança no desafio de empregar o método desenhado pela Teoria Fundamentada.

Figura 3 - Nuvem de palavras mencionadas na amostra dos dados



Fonte: V-Tracker (2020)

A hierarquização da frequência de menções das palavras é demonstrada de três formas: por meio do tamanho das letras, do tom de cor utilizado nas palavras e da posição ocupada no espaço da nuvem. Quanto mais escuro o tom de azul, mais central e maior o tamanho da letra, mais utilizada foi a expressão nos *tweets* coletados. Partindo-se, então, do pressuposto de que os critérios de pesquisa incluíam as mesmas expressões em português, espanhol e inglês, chega-se a uma interessante inferência demonstrada pela Nuvem de Palavras: os termos mencionados com mais frequência estão escritos em inglês, o que pode representar um indício de continuidade do processo de produção e difusão de representações sociais sobre os povos indígenas da Amazônia por visões duplamente externas: as mensagens que abordaram temáticas atinentes à questão indígena amazônica no Twitter durante o período de monitoramento foram produzidas, publicadas e repercutidas majoritariamente por não-indígenas e estrangeiros.

Os termos “Amazônia” e “indígena” aparecem em posição periférica, em tons claros de azul e com tamanhos reduzidos, indicando terem sido mencionadas com menos frequência que seus correspondentes em inglês. Além disso, vale registrar o destaque para palavras como *jungle* (floresta), citada 780 vezes; *loggin* (exploração madeireira, citada 316 vezes), *timber*

(madeira, citada 258 vezes) e *three* (árvore, citada 257 vezes) na nuvem, que apontam uma forte associação entre a visibilidade internacional da Amazônia e da questão indígena à ocorrência de crimes ambientais com impactos financeiros aos países importadores de insumos florestais da América Latina e com a visão estereotipada a partir das representações das Amazônias em tons de verde.

A mesma tendência é percebida na Nuvem de *Hashtags*, uma derivação da Nuvem de Palavras que utiliza como critério de mineração de dados a menção a *hashtags*, seguindo a mesma lógica de hierarquização entre as menções adotada na elaboração da Nuvem de Palavras acima apresentada. Recurso nascido no Twitter, as *hashtags* auxiliam na organização dos conteúdos sobre determinado assunto na internet. A partir de 2009, quando a plataforma passou a transformar em hiperlink qualquer palavra ou expressão antecedida pelo símbolo # e sem espaços incluída no corpo das publicações, o Twitter criou uma nova forma de contextualizar as publicações: se um usuário quer saber o motivo pelo qual outro perfil está utilizando uma *hashtag*, ele pode clicar no link e passará a visualizar as publicações mais relevantes e mais recentes que utilizaram aquela mesma palavra ou expressão como *hashtag*. Dessa forma, a ferramenta Nuvem de *Hashtags* contribui para o avanço na contextualização das interações coletadas pela presente pesquisa em torno das Amazônias Indígenas.

As diferenças entre as duas nuvens são perceptíveis e demonstram o uso das *hashtags* também como forma de manifestação de posições políticas por parte dos usuários que publicaram mensagens acerca da questão indígena na Amazônia entre agosto e novembro de 2019. A *tag* mais utilizada (*#forabolsonaro*), que ocupa o espaço central da nuvem e apresenta o tom mais escuro de azul e o maior tamanho de fonte, confronta diretamente o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em razão de suas constantes e contundentes manifestações desfavoráveis aos povos indígenas e à proteção da Amazônia diante do avanço das atividades madeireira e minerária, inclusive no contexto dos graves incêndios ocorridos na região amazônica durante o ano de 2019. Aparecem com destaque na Nuvem de *Hashtags* referências à Amazônia e aos indígenas em inglês (*#indigenous*, com 51 menções; *#amazon*, com 45 menções), em posição de maior destaque, com tamanho e tom de azul mais representativos que as mesmas palavras em português e espanhol (*#Amazônia* registrou 27 menções; *#amazonia* obteve 21 menções).

3.4 Categorização dos dados de campo pelo prisma da Teoria Fundamentada

Os procedimentos de análise e interpretação do conteúdo das mensagens veiculadas por usuários do Twitter sobre os povos indígenas da Amazônia no período monitorado – tomaram como base os fundamentos da Teoria Fundamentada, cuja ideia central preconiza a elaboração de hipóteses e considerações partir da sistemática observação, comparação, classificação e análise qualitativa dos dados, para então passar-se à discussão teórica que a interpretação do conjunto de dados empíricos permite produzir. Inspirada nas vertentes teórico-metodológicas do pragmatismo e do interacionismo simbólico, a Teoria Fundamentada busca sistematizar uma forma de fazer emergir as bases teóricas a partir do campo empírico, em vez de apoiar-se em hipóteses teóricas pré-concebidas antes da observação direta do fenômeno estudado (GLASER e STRAUSS, 2006).

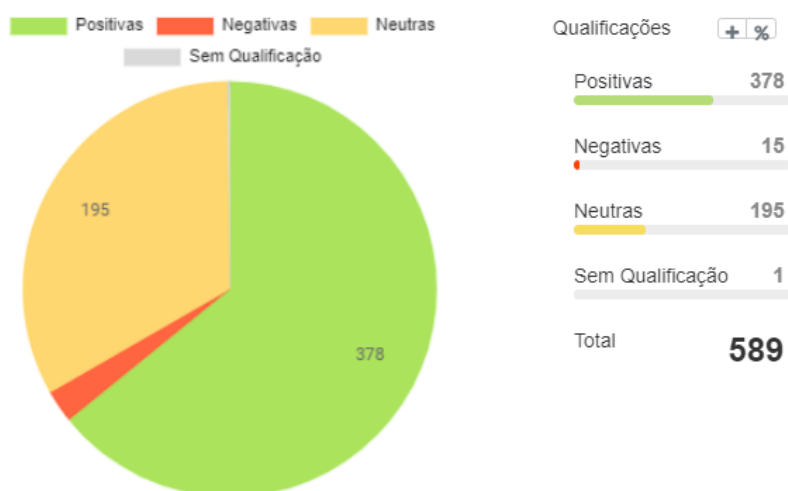
Como há mais de uma perspectiva para a Teoria Fundamentada, estabelece-se aqui como referência para o processo adotado neste trabalho a vertente clássica, proveniente dos trabalhos posteriores do americano Barney Glasser, que concebeu a corrente ao lado de Anselm Strauss, mas dele divergiu em diversas premissas com o decorrer do tempo, dando origem a frentes distintas da teoria. Pela vertente aqui adotada, o processo de codificação dos dados coletados se dá por meio da elaboração de categorias a partir da sistematização da análise do conjunto de dados e da construção de memos teóricos como resultados das observações de campo e das próprias categorias geradas, trazendo também para o centro do olhar do pesquisador o contexto dos dados, não somente seu conteúdo.

O processo de categorização, conforme essa corrente, ocorre em três fases: codificação aberta – parte inicial da análise em que os fenômenos identificados em campo são identificados, descritos e categorizados; codificação axial – processo de relacionamento e identificação de padrões entre as categorias identificadas e categorizadas na primeira fase; e codificação seletiva – integração das categorias específicas apontadas nas fases anteriores em uma categoria central, produzindo um nível mais abstrato de análise (STRAUSS e CORBIN, 1990).

Diante do conjunto de dados coletados na amostra da presente pesquisa, procedeu-se à primeira fase do processo acima detalhado: na categorização aberta, o conteúdo dos *tweets* foi analisado individualmente de forma contínua, ao longo do período de monitoramento, e qualificados com base na polarização de sentimentos presentes nas representações sociais expressas nas publicações em positivas, neutras e negativas, tendo como referência de sentimentos negativos a utilização de termos pejorativos, preconceituosos, negativos e contrários aos direitos de indígenas amazônicos; de sentimentos neutros a mera reprodução de fatos e notícias sobre episódios ocorridos na região sem a presença de juízo de valor nem

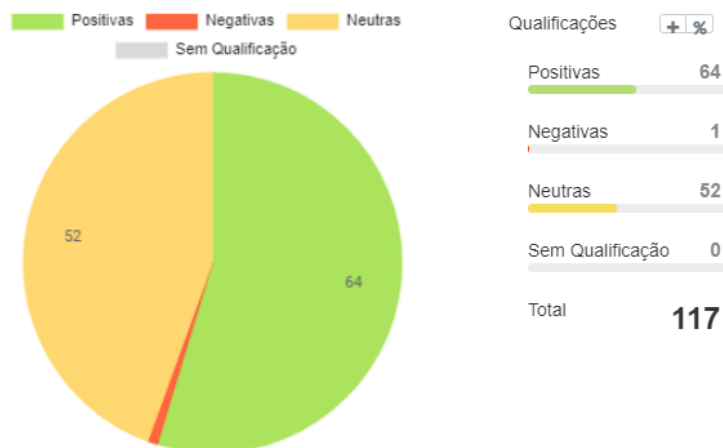
expressões favoráveis ou contrárias aos direitos dos indígenas; e de sentimentos positivos a divulgação de aspectos positivos da cultura e a defesa expressa dos interesses e direitos dos povos indígenas amazônicos. Para facilitar a visualização dos resultados, optou-se por agrupar as ocorrências por qualificação de sentimentos por mês.

Figura 5 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em agosto



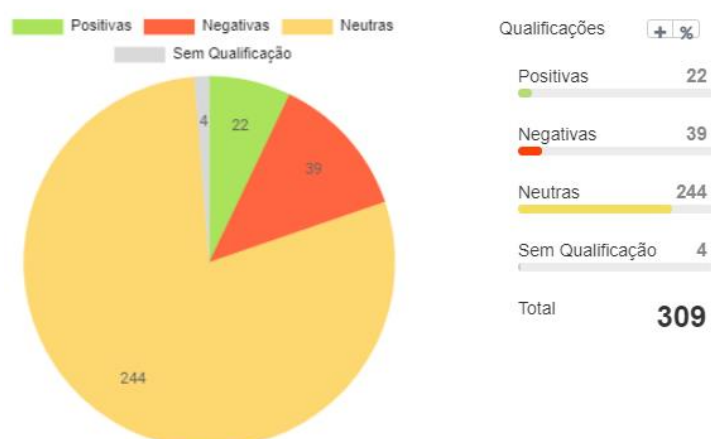
Fonte: V-Tracker (2020)

Figura 6 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em setembro



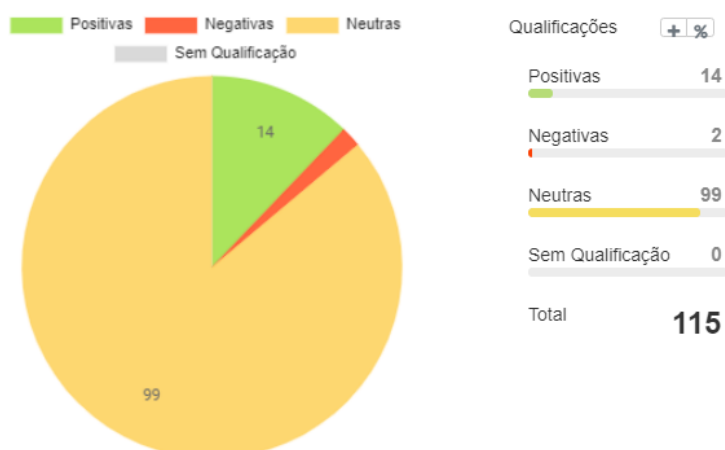
Fonte: V-Tracker (2020)

Figura 7 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em outubro



Fonte: V-Tracker (2020)

Figura 8 - Ocorrências por qualificação de sentimentos em novembro



Fonte: V-Tracker (2020)

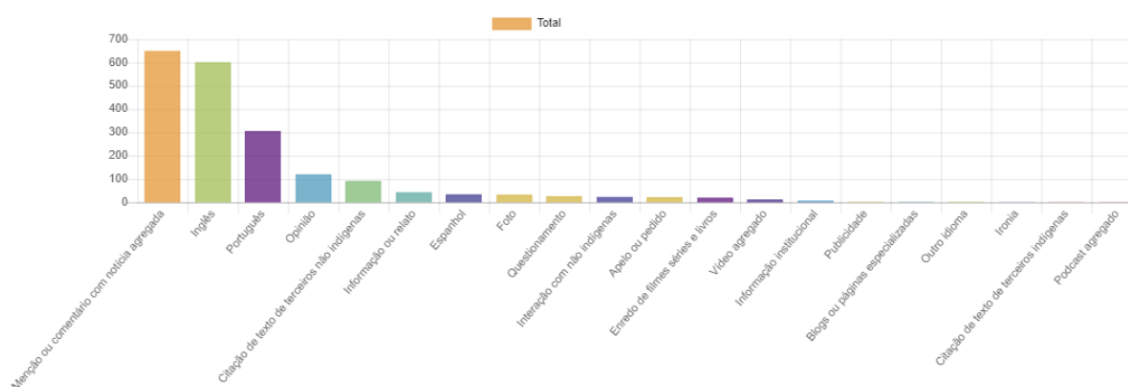
Ainda como parte da fase de categorização aberta, um a um, os conteúdos dos 1.167 *tweets* foram analisados e classificados com base na forma dada às mensagens publicadas, com o objetivo de preparar os dados para a próxima fase de análise. Nesse sentido, as publicações foram inicialmente classificadas com base na língua utilizada no texto (inglês, português ou espanhol) e no tipo de mídia utilizado na postagem (apenas texto, fotos, vídeo agregado).

No processo de elaboração da segunda fase de categorização, buscou-se identificar padrões em comum entre as dezenas de mensagens publicadas no período monitorado e chegou-se a dois padrões de categorias axiais, que oferecem as bases necessárias para a implementação da terceira fase de categorização dos dados. No primeiro desses padrões, os *tweets* foram analisados e agrupados com base na pretensa finalidade expressa dos textos dos *tweets*

analisados (informação ou relato, opinião, publicidade, apelo ou pedido, menção ou comentário referente a notícias da mídia e contextualização de enredo de filmes e séries). No segundo padrão categórico, buscou-se agrupar os autores das publicações em grupos com base nas informações disponíveis em suas descrições de perfil no Twitter e nos seus históricos de mensagens (cidadãos comuns, anônimos, escritores, órgãos de imprensa, mobilizadores sociais, entidades não indígenas, artistas e modelos, empresas, entidades e atores indígenas e *bots*³⁸)

No exercício da sensibilidade teórica preconizada pela corrente glassiana da Teoria Fundamentada, parte dessas categorias não previstas inicialmente no plano de monitoramento foram acrescentadas à análise diante de idiosincrasias percebidas pelo pesquisador durante o trabalho de campo.

Figura 9 – Categorias de usuários únicos



Fonte: V-Tracker (2020)

A última fase de codificação definida pela Teoria Fundamentada – a codificação seletiva – configura, por natureza, a síntese analítica produzida a partir da integração das categorias apontadas nas fases anteriores. Nesse sentido, este último nível de análise será apresentado no bojo das considerações finais deste trabalho, de modo a evitar redundâncias e, de forma coerente e coesa com todo o corpo do trabalho, propor articulações e conexões de ideias-chave contidas na presente pesquisa com categorias macroteóricas relacionadas aos estudos interdisciplinares sobre as dinâmicas socioculturais amazônicas e, ao mesmo tempo, apontar provocações referentes ao uso da internet como espaço, meio e instrumento de múltiplas

³⁸ O termo *bot* é utilizado no universo da tecnologia para designar ferramentas automatizadas que executam funções pré-programadas. Nas redes sociais, os *bots* são robôs geralmente utilizados para levantar assuntos entre os mais comentados e direcionar as abordagens para vieses favoráveis ou desfavoráveis, a depender da programação definida por quem os controla. Também são comumente chamados de *fakes*.

resistências a ameaças decorrentes de processos de amplo espectro no bojo do capitalismo mundial.

3.5 Análise de redes para mídia social

Os métodos destinados a compreender os fenômenos em rede sociais humanas evoluíram significativamente nas últimas duas décadas, sobretudo a partir da compreensão desse padrão como principal dinâmica de funcionamento da estrutura das relações humanas. O acesso a ferramentas capazes de coletar, processar e demonstrar de forma automatizada as características e formas diversas dessas redes permitiu a pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como a sociologia, a educação, a história, a comunicação, a administração e a antropologia, entre tantas outras, nas quais o conhecimento de programação é mais raro, abriu uma imensa frente de estudos dos fenômenos a partir de uma perspectiva do mundo como uma estrutura conectada. Nesse sentido, passaremos aqui a proceder uma abordagem estrutural das conexões estabelecidas em torno das representações sociais sobre as Amazônia Indígenas presentes nos dados de publicações no Twitter que integram a amostra empírica desta pesquisa, utilizando, para isso, o método de Análise de Redes Sociais (ARS) (WASSERMAN e FAUST, 1994).

Com foco no estudo da estrutura dos grupos sociais e na busca pela identificação da relação entre os diversos atores dos grupos, a ARS utiliza um conjunto de métricas e técnicas de pesquisa empírica de caráter relacional baseada em modelos computacionais ou matemáticos. Por seu foco na visualização e na construção de mapas visuais das representações de modelos de redes identificados a partir dos dados empíricos sistemáticos, oferece importantes subsídios complementares ao olhar ora sobre o conteúdo das mensagens acerca das Amazônia Indígenas no Twitter, uma vez que são as conexões os processos responsáveis pela circulação dos conteúdos e das representações sociais estudadas nesta pesquisa.

Recuero, Bastos e Zago (2018) resgata dois antecedentes teóricos importantes da ARS, a Sociometria e a Teoria dos grafos. O primeiro, baseado no trabalho de Jacob Moreno publicado em 1934 – portanto, muito antes do surgimento e popularização da internet – trouxe como premissa fundamental a noção da sociedade como um emaranhado de redes interpessoais formadas pelos indivíduos e propôs a visualização em sociograma como modo de demonstrar visualmente as observações de seu método sobre os padrões e os tipos de conexão entre os indivíduos e os papéis por eles exercidos. A Teoria dos Grafos, por sua vez, é considerada o mais importante contributo metodológico para a ARS, na medida em que propõe um modelo estrutural baseado em fórmulas matemáticas que resulta na geração de uma representação visual

de matriz na qual os elementos – chamados de nós ou nodos – são exibidos como vértices e os laços entre eles – chamados também de conexões ou arcos – como arestas.

Por seus atributos, os grafos podem ser simétricos ou não simétricos, conforme as características do direcionamento da conexão de um nó a outro, sendo considerado simétrica uma conexão na qual os nós envolvidos fazem e recebem a conexão; e ponderados, por serem constituídos de arestas cujo pesos ou importâncias no contexto da rede são diferentes entre si. Na Teoria dos Grafos, a noção de ‘caminho’ como o fluxo por onde as informações transitam e efetivam a conexão entre dois nós por meio das arestas, constituindo-se em “modos de circulação” (RECUERO *et al*, 2018) é fundamental para a compreensão das distâncias sociais entre dois atores na rede que implicam no grau de influência de suas atuações na difusão de informações. Em razão do caráter dinâmico e momentâneo das relações sociais em rede, os grafos devem ser analisados como um recorte situacional dentro de um contexto, jamais como um retrato categórico da sociedade.

Como representação de um sistema complexo como uma sociedade, o grafo é, frequentemente, uma fotografia da estrutura de um dado momento e não um filme da mesma. Assim, é preciso ter em mente que dificilmente uma representação estática da conta da complexidade de um sistema social. Essa é uma crítica frequente feita à análise de redes sociais como um todo (Watts, 2003). [...] Talvez a resposta seja que a ARS traz “retratos” de momentos específicos da rede, que podem e devem, de acordo com o objeto e a questão de pesquisa, ser contrapostos com outras fotografias, mostrando a evolução e as mudanças da rede no tempo. (RECUERO *et al*, 2018, p. 50-51)

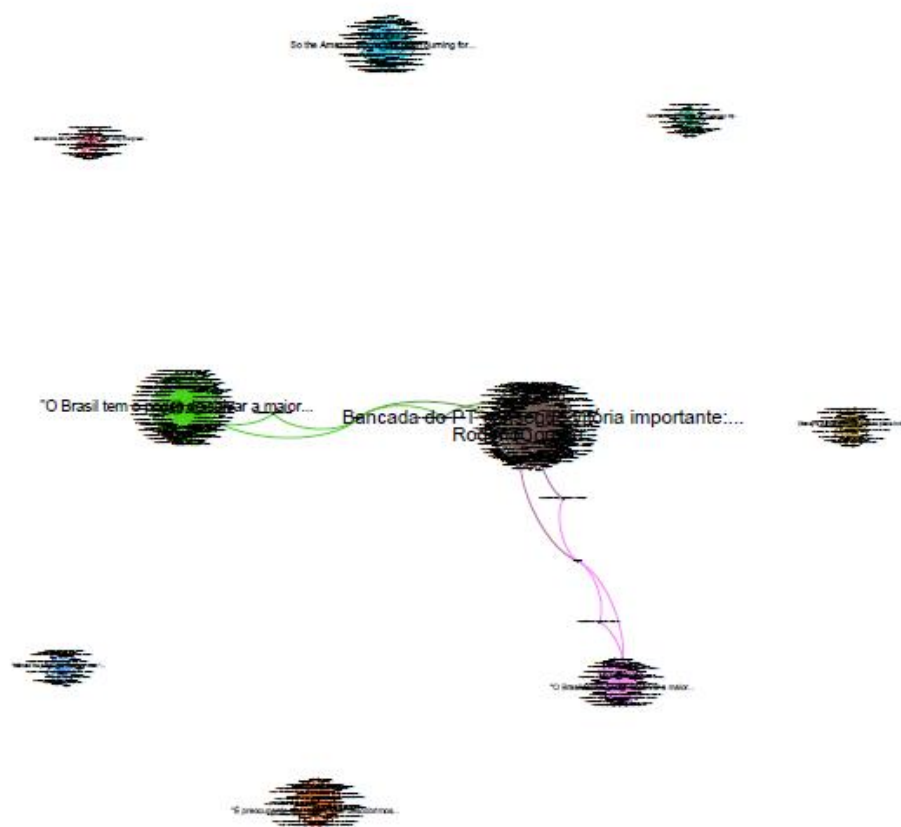
Outros dois conceitos fundamentais para a compreensão das análises empreendidas a seguir com base no método de ARS são as noções de grupo e capital social. Um grupo, na análise de rede social, é compreendido como a compilação de todos os atores nos quais os laços serão aferidos, podendo ser a rede como um todo ou constituir-se em um dos vários agrupamentos de nós identificados nos grafos. Assim, um grupo pode ser entendido como um *cluster*³⁹ de nós. Já o capital social representa o poder de articulação e intermediação entre vários grupos não conectados de determinada rede exercido por determinado ator, representando um tipo de valor constituído pelos atores durante as interações. Na presente pesquisa, a compreensão do capital social de atores que assumem papel central nos grupos formados em torno de publicações sobre as Amazônias Indígenas é um ponto fundamental para melhor contextualizar o fluxo de circulação dessas representações sociais no Twitter, de forma

³⁹ Recuero *et al* (2018, p. 56-57) define *cluster* como um “agregado mais denso que o restante da rede, ou seja, um conjunto de nós aproximados por um maior número de conexões ou por conexões mais pesadas na rede”.

a possibilitar uma análise mais abrangente dos efeitos dessas redes na construção e no usufruto das ferramentas de conexão na internet para reprodução e/ou ressignificação de imagens sociais.

Com base nas características dinâmicas das discussões ocorridas nas plataformas de mídias sociais anteriormente abordadas, optou-se por fazer um recorte temporal mensal, a partir da amostra de dados coletados, para geração e análise dos grafos não direcionados – sem setas indicativas da direção dos fluxos – das redes constituídas em torno das publicações, atores e hashtags relacionadas aos termos de pesquisa utilizados como critérios de recorte amostral. Passa-se, a seguir, a apresentar os grafos gerados nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2019, detalhados ainda por grupos para melhor análise e discussão dos resultados. Ressalte-se que a visibilidade de leitura dos conteúdos das publicações e nomes de perfis que representam os nós nas redes desenhadas nos grafos completos de cada mês não será possível devido à escala utilizada pelo programa V-Tracker para a demonstração dos espaços de distanciamento e ligações existentes entre os grupos, sendo esses elementos os principais itens a serem observados e analisados no contexto analítico mais abrangente das redes visualmente representadas nos grafos inteiros.

Figura 10 – Interações em posts de publicadores únicos em agosto de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

A visualização proporcionada pela matriz do grafo demonstra claramente o distanciamento entre a maioria dos *clusters* formados em torno das publicações que associaram as palavras Amazônia e indígena e suas variações em inglês, português e espanhol no mês de agosto. É possível identificar apenas dois elos de conexão entre nós pertencentes a três clusters formados em torno de publicações feitas no Twitter, em português, por três perfis com maior capital social no contexto da discussão em torno da política ambiental do governo Bolsonaro. Tal característica de baixa densidade demonstra que a rede em torno da temática pesquisada apresenta perfil de baixa grupabilidade global (ligações entre os diversos *clusters* da rede) e alta grupabilidade local (proximidade das ligações entre os nós periféricos em torno do nó central). Esses espaços entre os grupos revelam a ausência de atuação coordenada em torno das temáticas abordadas por parte dos atores envolvidos em cada grupo, ao mesmo tempo que a proximidade entre os nós periféricos e o nó central dos *clusters* representam maior grau de grupabilidade, esta última métrica fortemente influenciada pela função de replicação (*retweet* ou RT) da publicação principal que centraliza o *cluster*.

A seguir, analisa-se primeiramente os *clusters* com ligações entre si no grafo anterior para possibilitar a compreensão da dinâmica das redes formadas por eles.

Figura 11 - Interações em torno de publicação do perfil @catracalivre em agosto de 2019



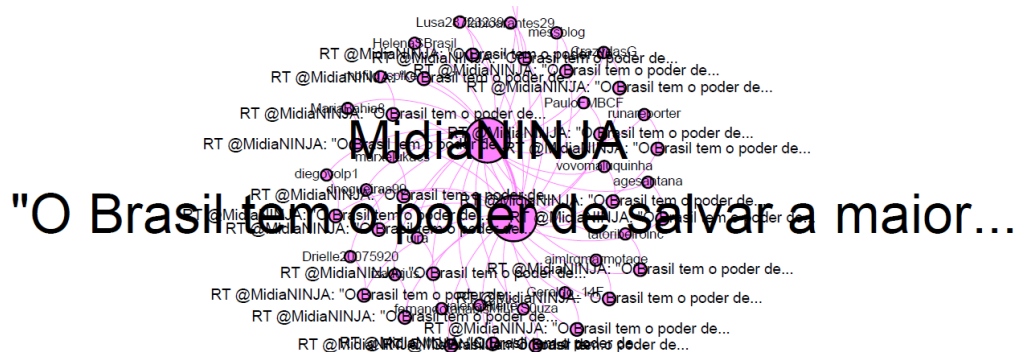
Fonte: V-Tracker (2020)

Figura 12 - Interações em torno de publicação do perfil @RogerioCorreia_ em agosto de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

Figura 13 - Interações em torno de publicação do perfil @midianinja em agosto de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

A busca por padrões em comum entre os três grupos que levaram a conexões – ainda que bastante fracas – entre eles revelou que as três publicações centrais trazem links de notícias publicadas por veículos de imprensa nacionais acerca de situações relacionadas à política ambiental do governo Bolsonaro em relação à Amazônia e seus impactos sobre os povos indígenas da região. O *cluster* central do grafo, cujo nó principal é uma publicação do deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Rogério Correia, no dia 1º de agosto, que comemora a suspensão de medida provisória do presidente brasileiro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), trazendo no corpo do *tweet* um link para matéria publicada no site da Folha de S. Paulo sobre a decisão⁴⁰. A medida tentava transferir da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas no país. Note-se que a grupabilidade local neste cluster, representada visualmente pela proximidade e agrupamento entre os nós periféricos e o nó central, é mais forte que nos outros *clusters* da rede global, o que o coloca na posição central do grafo e sugere uma relação entre o alinhamento político de discursos e a força das conexões em redes de mídias digitais, assim como ocorre nas redes sociais não-virtuais.

Os outros dois *clusters* (Figuras 11 e 13) que apresentaram conexões com o grupo anteriormente analisado igualmente trazem como mensagem principal da publicação de notícia veiculada pela imprensa. Os dois nós principais dos *clusters* ora analisados representam publicações dos perfis dos sites jornalísticos Catraca Livre e Mídia Ninja, nas quais os órgãos de mídia on-line repercutiram a matéria principal da revista britânica The Economist publicada no dia 1º de agosto, intitulada “O velório para a Amazônia: a ameaça do desmatamento

⁴⁰ TUROLLO JR, Reynaldo; ARBEX, Thais. **Por unanimidade, STF derrota Bolsonaro e mantém demarcação indígena na Funai**. Folha de S. Paulo, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://folha.com/732uls61>. Acesso em 16 abr. 2021.

descontrolado”⁴¹. Além da matéria de capa com dados alarmantes sobre a escalada do desmatamento na floresta amazônica e ausência de atuação do Estado para controlar esse processo, o editorial da revista tece duras críticas às políticas ambientais do Brasil e à atuação direta do presidente Jair Bolsonaro para flexibilizar as regras de proteção socioambiental na região, chegando a classificar a postura de Bolsonaro como “vandalismo” e a sugerir boicote a produtos exportados pelo país. Como é possível visualizar na Figura 10, apesar de repercutirem exatamente a mesma notícia, os dois veículos alcançam e são replicados por perfis totalmente diferentes, reforçando a dinamicidade e a coesão interna das redes das quais fazem parte.

Os demais *clusters* indicados no grafo referente à ARS sobre os dados do mês de agosto não apresentam conexões externas, revelando ser alta a métrica de modularidade dessa rede, que demonstra o quão coesas são as conexões internas entre os grupos e o quão dispersas ou rarefeitas são as conexões entre arestas de *clusters* diferentes. Em termos gerais, essa métrica demonstra não haver um esforço coordenado de perfis e publicações em torno da utilização dos termos de pesquisa que aqui serviram para a definição dos critérios de inclusão na amostra – Amazônia e indígena e suas variações. A seguir, apresentam-se aqueles que trazem elementos capazes de contribuir para a contextualização da presente pesquisa.

Figura 14 - Interações em torno de publicação do perfil @Raffi_RC em agosto de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

O *cluster* visualizado na Figura 14 exemplifica como a temática pautada pelas notícias veiculadas por meio da mídia são objeto de apropriações e ressignificações por parte de usuários de sites de rede social como o Twitter: aproveitando a repercussão mundial das queimadas e do desmatamento acelerado na região amazônica noticiado pelos principais conglomerados de mídia mundiais, a publicação que trouxe o perfil do ativista Raffi Cavoukian para o centro do *cluster* em questão classifica como trágicas para os indígenas e para toda a humanidade os incêndios florestais, logo após divulgar trecho da música de sua autoria “*Evergreen, everblue*”,

⁴¹ Tradução nossa para “Deathwatch for the Amazon: the thread of runaway deforestation”.

lançada na década de 90, que traz na letra um pedido de socorro pela proteção da floresta e dos rios e mares do planeta, com menção à Amazônia.

Figura 15 - Interações em torno de publicação do perfil @hivos em agosto de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

Outro *cluster* que compõe o grafo das redes em torno da associação entre questão indígena e Amazônia no Twitter em agosto tem como nó principal uma publicação do perfil da Hivos, organização não-governamental internacional de direitos humanos, na qual repercute uma notícia publicada no site da própria entidade e destaca a frase “Sem a floresta, nossas vidas estão acabadas”⁴², dita por uma liderança indígena que integra a Alianza Ceibo, parceira da Hivos no Equador, sobre a luta pela proteção das terras indígenas na região da Amazônia equatoriana. A densidade do *cluster* em torno do nó central é bem menor, em comparação com a mesma métrica observada nos grupos anteriormente analisados, bem como o grau de força da publicação enquanto nó na rede global apresentada pelo grafo.

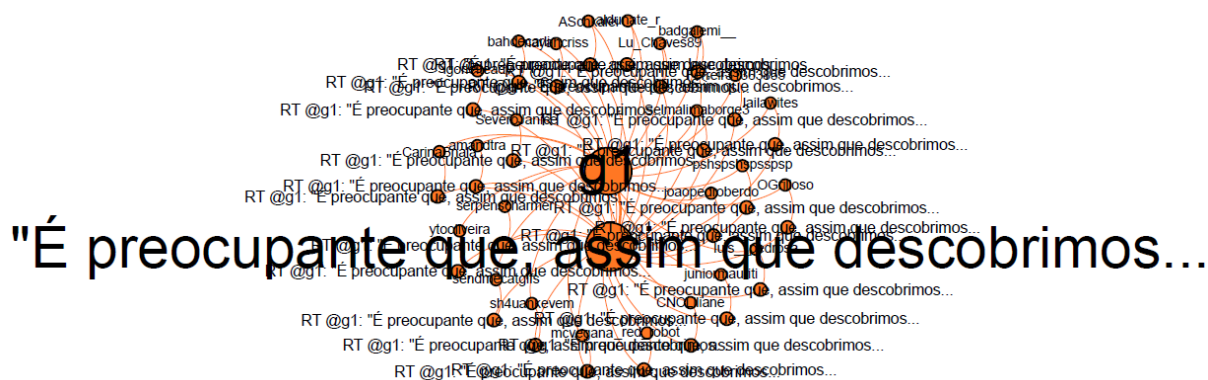
Note-se a ligação desse *cluster* com o destaque a uma das *hashtags* analisadas anteriormente, no contexto da Nuvem de *Hashtags*: #AlianzaCeibo. Aqui, chama-se a atenção para a conexão entre pautas comuns trazidas para a rede por diferentes atores por meio de uma ferramenta de indexação e contextualização de assuntos – as *hashtags* – em diferentes momentos, em clara demonstração do poder articulador que tal recurso pode assumir quando utilizado pelos movimentos sociais de forma sistemática na internet.

Em mais uma demonstração da centralidade ocupada pela mídia no agenciamento das pautas em torno das quais as representações sociais circulam no ambiente on-line, mais um *cluster* identificado na ARS referente aos dados do mês de agosto tem como vértice principal uma publicação de veículo jornalístico da grande imprensa, conforme a ilustração abaixo. Nela,

⁴² Tradução nossa para ““Without the jungle, our lives are over.””

é possível visualizar ao centro uma publicação do Portal G1⁴³, da Rede Globo, que divulga a descoberta de uma nova espécie de sagui no sudoeste do Pará, na área habitada pelos indígenas Munduruku, já em um contexto de ameaça de extinção, uma vez que a região é uma das mais afetadas pelo desmatamento.

Figura 16 – Interações em torno de publicação do perfil @g1 em agosto de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

Por fim, ainda referente a grupos relevantes apontados na ARS dos dados coletados no mês de agosto, uma foto publicada por um perfil pessoal classificado como mobilizador na categorização anteriormente realizada com base na Teoria Fundamentada, gerou uma série de RTs e, por isso, aparece com destaque no grafo. Por questões éticas, a ilustração específica do *cluster* centralizado pelo perfil não será detalhada, uma vez que permitiria a identificação de seu usuário de perfil. A foto publicada mostra dois homens não identificados, um deles correndo à frente, com os braços amarrados para trás e trajando apenas camisa e roupas íntimas, e o outro atrás dele, com o que aparenta ser um pedaço de madeira à mão, prestes a atingir o outro homem que corria à frente. O texto da publicação sustenta, de forma irônica com termos populares, que a foto retrata um indígena expulsando e agredindo um madeireiro na Amazônia, sem citar a origem, autoria, data ou local do retrato fotográfico. A publicação viralizou e obteve mais de 14 mil *retweets* desde sua postagem, em 01 de agosto de 2019, além de 40,2 mil curtidas e mais de 140 comentários, números muito além do alcance natural da base de seguidores do perfil do autor da publicação, que tinha, até abril de 2021, pouco mais de 1.800 seguidores.

⁴³ PORTO, Ananda. **Nova espécie de sagui é descoberta em um dos pontos mais desmatados da Amazônia.** Portal G1, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/especiais/noticia/2019/08/01/nova-especie-de-sagui-e-descoberta-em-um-dos-pontos-mais-desmatados-da-amazonia.ghtml>. Acesso em 10 fev. 2021.

No mês de setembro, acompanhando a significativa redução no volume de publicações que atenderam aos critérios de monitoramento definidos pela pesquisa, o grafo apresentou apenas dois *clusters* de interações em torno de publicações feitas por perfis únicos com menção expressa à questão indígena na Amazônia, ambos na língua inglesa. Pela observação dos espaços em branco entre os dois grupos representados graficamente na figura abaixo, as métricas de densidade seguiram a mesma tendência do mês de agosto: coeficiente de grupabilidade global zerado – não há conexões entre os *clusters* – e maior grupabilidade local.

Ressalte-se que, mais uma vez, notícias publicadas por veículos de imprensa estiveram no cerne das publicações em torno das quais os *clusters* foram formados: uma das publicações (representada pelo círculo em verde na figura abaixo) citou um trecho e indicou link de reportagem da Thompson Reuters Foundation News sobre os segredos de lideranças indígenas da Amazônia colombiana para proteger a floresta⁴⁴; a outra publicação trazia um comentário ácido contra o então presidente dos EUA, Donald Trump, a partir de link de reportagem do site The Huffington Post⁴⁵ sobre a investigação do pedido feito por Trump ao presidente da Ucrânia para investigar familiares de seu adversário político Joe Biden, atual presidente americano.

A citação aos termos de pesquisa pelo usuário ocorreu em tom de ironia em relação à atitude de Trump, ao utilizar a expressão “indígenas nas partes mais remotas da selva amazônica sabem⁴⁶” para demonstrar o quão abrangente foi a repercussão negativa do pedido de ajuda eleitoral à Ucrânia. Apesar de não utilizar termos negativos ou pejorativos para desqualificar diretamente os povos indígenas da Amazônia, a associação entre essas populações da região e a ideia de referência de lugar mais distante, ermo e improvável de ter acesso a informações como as mencionadas carrega, na camada textual de sentidos subjacentes, traços de uma das mais persistentes representações sociais acerca das Amazonas Indígenas: a Amazônia Indígena dos selvagens.

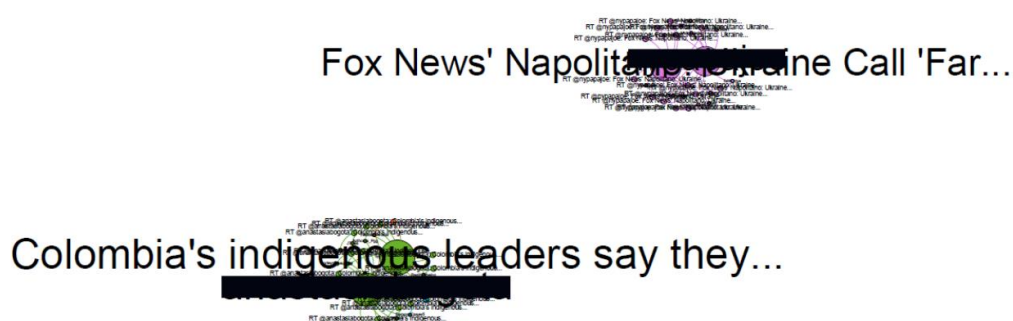
Em razão de se tratarem de usuários comuns, que não são figuras públicas, perfis de empresas ou entidades, foram ocultados dos *clusters* a seguir ilustrados os nomes de usuário dos perfis que ocupam o lugar de nó central nos grupos graficamente representados.

⁴⁴ MOLONEY, Anastasia. **Colombia's indigenous tribes share secrets to safeguard Amazon forest**. Thompson Reuters Foundation News, 4. set. 2019. Disponível em: <https://news.trust.org/item/20190904133609-59ba1/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

⁴⁵ RUSSO, Amy. **Fox News' Napolitano: Ukraine Call 'Far More Serious' For Trump Than Mueller Probe**. Huffpost.com, 23 set. 2019. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/fox-news-andrew-napolitano-ukraine-call-most-serious-charge-for-donald-trump_n_5d8945e3e4b0938b5932da97. Acesso em 15. abr. 2021.

⁴⁶ Tradução nossa de parte do texto do *tweet* original: “Indigenous Indians in the most remote parts of the Amazon Jungle know Trump is FKed for betraying America!”

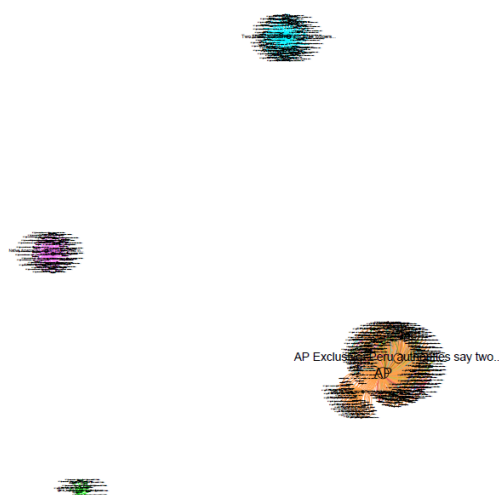
Figura 17 - Interações em posts de publicadores únicos em setembro de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

Em outubro, a ausência de caminhos conectando os *clusters* apresentados em torno de publicações contendo os termos de pesquisa novamente se repetiu. O grafo mostra a formação de quatro *clusters* em torno de publicações de usuários únicos, sendo a rede mais densa representada em laranja, em torno de uma publicação – novamente – protagonizada por uma das maiores agências internacionais de notícia, a Associated Press (@AP).

Figura 18 - Interações em posts de publicadores únicos em outubro de 2019

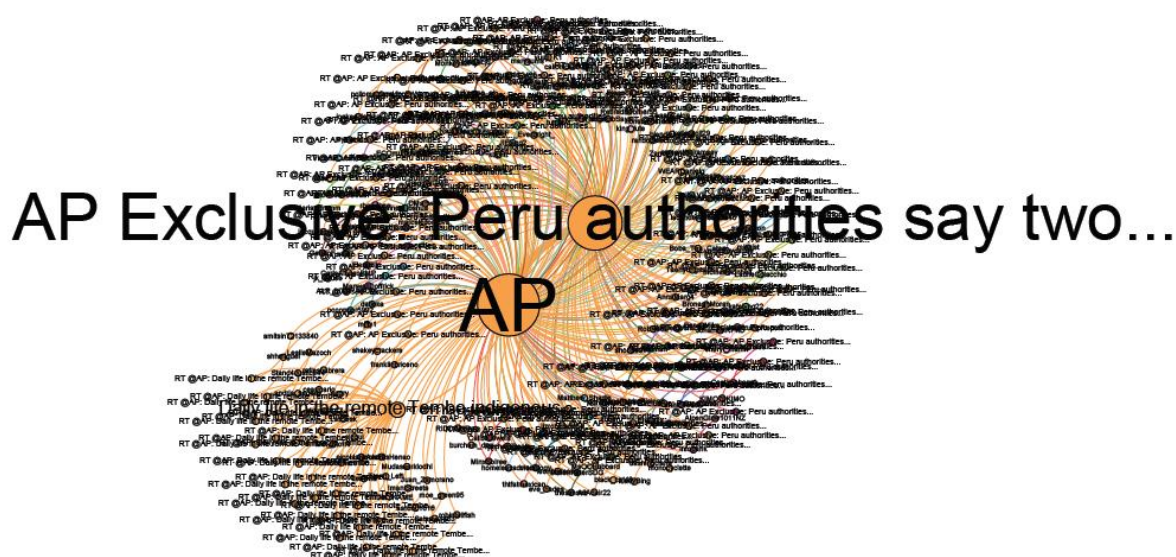


Fonte: V-Tracker (2020)

Serão detalhados a seguir os dois *clusters* (azul e laranja) cuja análise da dinâmica de redes pode subsidiar as reflexões e considerações a serem produzidas como aprendizados e contribuições obtidos a partir da presente pesquisa, na parte final do trabalho. Apesar de não apresentarem nenhum caminho de conexão direta entre si, os dois *clusters* em questão trazem como nó principal publicações sobre a mesma notícia que repercutiu internacionalmente, a partir de reportagem publicada originalmente e distribuída pela Associated Press, em 31 de

outubro de 2019: a acusação formal por autoridades peruanas contra cinco homens ligados à indústria de extração de madeira pelos assassinatos de quatro ativistas indígenas, em 2014, que lutavam contra a extração ilegal de madeira na Amazônia peruana⁴⁷. A notícia foi reproduzida pelo site da CBC News, o maior conglomerado de mídia do Canadá, e igualmente divulgada no perfil da emissora no Twitter, gerando interações novas e diferentes das vislumbradas em torno da publicação da AP.

Figura 19 – Interações em torno de publicação do perfil @AP em outubro de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

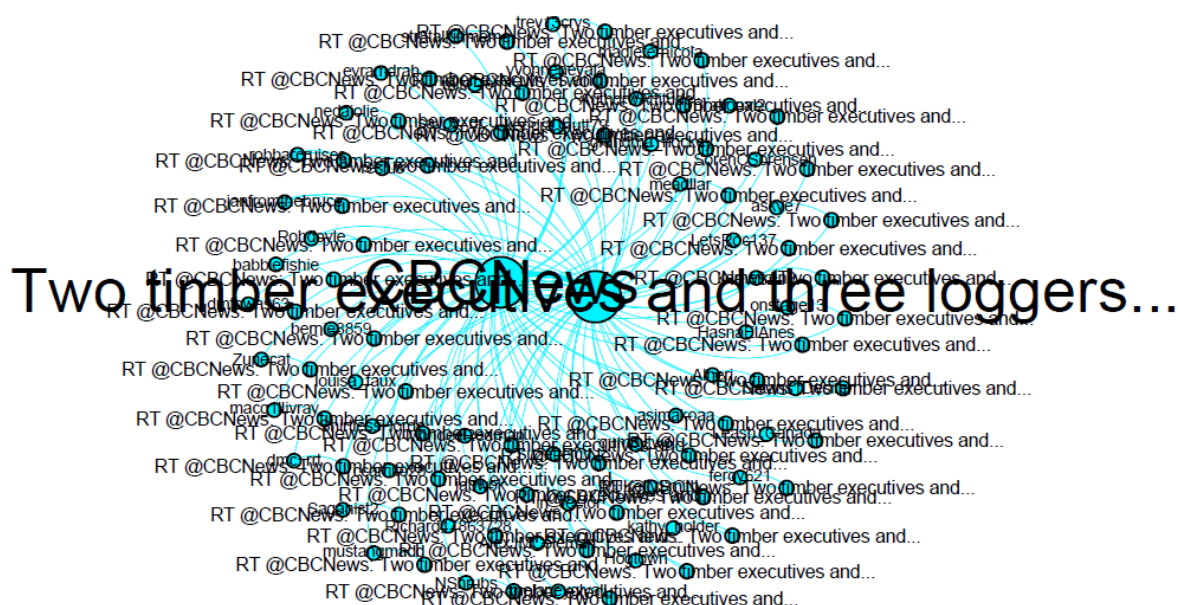
De todos os *clusters* analisados nos grafos resultantes da ARS baseada nos dados do monitoramento, o representado na figura acima foi o que apresentou métricas mais acentuadas e diferenciadas em relação aos demais. O grau de conexão relacionado ao nó central é bastante acentuado, visto que a publicação recebeu um elevado volume de interações, especialmente por meio de *retweets*. A densidade da rede em torno da publicação e a centralização desse *cluster* em relação ao grafo global são também métricas representativas, bem como a grupabilidade local entre os nós periféricos e o nó central indicam a força das conexões entre os nós da rede, sendo perceptíveis ainda conexões estabelecidas entre os nós periféricos. O *cluster* em questão demonstrou ainda um grau de modularidade inédito entre os grupos de nós analisados nesta pesquisa, devido à existência de um grupo subjacente de nós em torno de uma publicação

⁴⁷ BRICEÑO, Franklin. AP Exclusive: **Peruvian loggers charged in Amazon deaths**. The Associated Press, 31 out. 2019. Disponível em: <https://apnews.com/article/ap-top-news-peru-caribbean-shootings-latin-america-cb0e035ad2b343778a95bd1c81289b0e>. Acesso em 16 abr. 2021.

secundária⁴⁸ de autoria do mesmo perfil, divulgada dia 5 de outubro, com menção aos critérios de pesquisa, que apresentou um relato jornalístico sobre como é viver um dia em uma comunidade da etnia Tembé. Os indígenas habitam tradicionalmente na região do rio Guamá, no estado do Pará, região fortemente afetada pelo desmatamento e pela grilagem de terras.

Apresentando métricas de densidade, grau de conexão e centralização em relação ao grafo menos representativas em comparação com a publicação original, o *cluster* gerado em torno da reprodução da reportagem da Associated Press pela rede canadense CBC News está estruturado basicamente por meio de *retweets* da publicação original, sem conexões com os demais grupos do grafo referente às redes de interação em torno da temática indígena amazônica no mês de outubro.

Figura 20 - Interações em torno de publicação do perfil @CBCNews em outubro de 2019



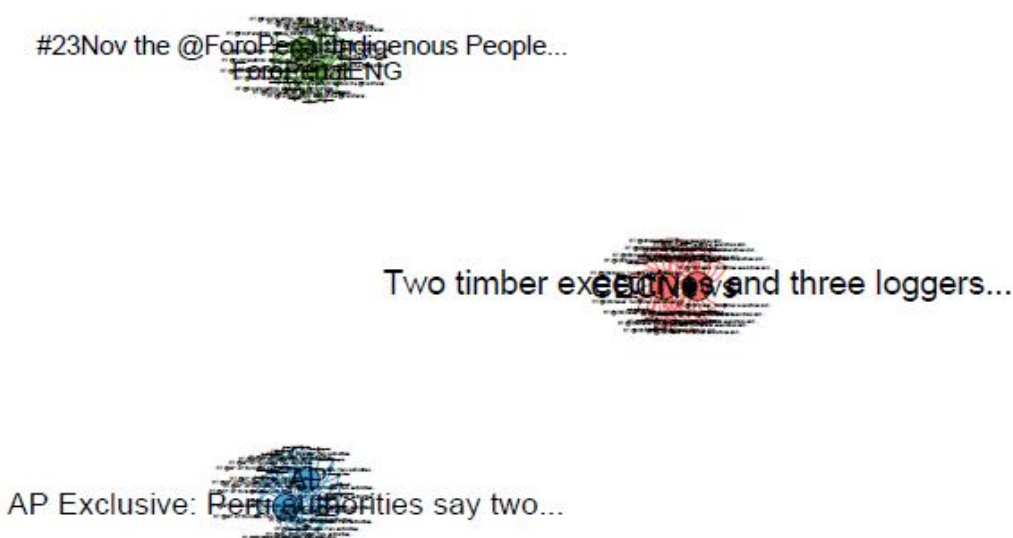
Fonte: V-Tracker (2020)

Por representar uma grande agência internacional de notícias com forte penetração em veículos de mídia de todo o mundo, o conteúdo produzido pela Associated Press seguiu repercutindo também nas redes formadas em torno da questão indígena na Amazônia no Twitter no mês de novembro, já que a publicação da matéria foi feita no último dia do mês anterior e só foi reproduzida no dia seguinte pela maior parte dos órgãos de imprensa que assinam a

⁴⁸ HENAO, Luis Andres. **Arrows and smartphones: daily life of Amazon Tembe tribe**. Associated Press, 5 out. 2019. Disponível em: <https://apnews.com/article/deforestation-caribbean-smartphones-brazil-weekend-reads-856d24993604495fb75e5abbddf71087>. Acesso em 16 mar. 2021.

agência. Isso explica o pico de 208 menções coletadas no dia 1º de novembro pelo monitoramento, conforme demonstrado na Figura 2. No grafo referente ao mês de novembro, é possível identificar o mesmo padrão de configuração das redes exibidos nas visualizações das matrizes de conexões dos meses anteriores incluídos no monitoramento e uma quase repetição dos dois *clusters* principais em torno das publicações dos perfis da Associated Press e da rede canadense CBC News, motivo pelo qual as ilustrações detalhadas dos grupos não serão repetidas a seguir.

Figura 21 - Interações em posts de publicadores únicos em novembro de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

O único *cluster* com perfil diferente do padrão dos demais grupos representados no grafo do mês de novembro ilustra as interações e conexões em torno de uma publicação da organização não-governamental venezuelana Foro Penal, que é formada por uma equipe de advogados que presta serviços gratuitos de assistência jurídica a pessoas detidas arbitrariamente. A publicação em questão, datada de 23 de novembro, faz menção, no perfil em inglês, à confirmação, por meio de um *tweet* do Coordenador Nacional de Povos Indígenas da entidade, o indígena amazonense Olnar Baré, do assassinato de uma liderança indígena venezuelana na porção amazônica do país, vítima de uma organização criminosa ligada à mineração ilegal na região.

Figura 22 - Interações em torno de publicação do perfil @ForoPenalENG em novembro de 2019



Fonte: V-Tracker (2020)

O padrão observado em todos os grafos que representam visualmente as conexões dos dados coletados entre agosto e novembro de 2019 – amplos espaços entre os *clusters* principais e buracos estruturais⁴⁹ identificados em todos os grupos que compõem os grafos mensais demonstram não haver articulação mais ampla e sistemática em torno da associação da Amazônia enquanto região geopolítica ou mesmo na condição de conceito abstrato e a questão indígena, indicando que as representações sociais acerca da temática circulantes na arena de debates do Twitter aparentam, nesse recorte de tempo e de critérios estabelecidos pela presente pesquisa, não sofrer interferências diretas de movimentos organizados a favor ou contra a causa dos direitos dos povos indígenas amazônicos.

⁴⁹ Definido como “ausência de conexões que façam uma ponte entre os diversos grupos isolados”, fazendo com que cada grupo permaneça frequentemente compartilhando as mesmas informações entre si (RECUERO et al, 2018, p. 80-81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infinidade de significações, enunciados, efeitos de sentido e deslocamentos em torno da noção de Amazônia como natureza e cultura, em especial no contexto da globalização e sua consequente mundialização das redes de conexão entre os atores sociais, soma-se aos múltiplos possíveis olhares e recortes epistemológicos empreendidos por pesquisadores no esforço de compreender e interpretá-la em sua complexidade para validar a perspectiva plural de representações da região, adotada nesta pesquisa como forma de evidenciar as contradições decorrentes das reiteradas tentativas de reduzir tanta heterogeneidade a uma definição limitada.

Assim, para além das tipificações rascunhadas neste trabalho, é fundamental reconhecer que as múltiplas Amazônias não se esgotam apenas nas perspectivas histórica, geopolítica, ideológica e discursiva aventadas no âmbito acadêmico e intelectual: no amplo espectro de sentidos que a palavra abarca, cabem perspectivas ainda abertas de descolonização que desenham contornos de Amazônias nas lutas sociais de grupos desprivilegiados pelas dinâmicas da economia capitalista que forjaram a noção predominante nas representações sociais sobre a região; cabem ainda rearranjos das especificidades regionais face às implicações das macrotendências da globalização que conectam o local e o global para além do controle dos Estados nacionais integrantes da convenção geográfica e biológica das Amazônias enquanto região. Cabem muitos outros aspectos sequer tangenciados pelo presente contributo científico em forma de dissertação, de modo que, antes de passar a tecer considerações acerca das luzes que os achados da pesquisa lançaram sobre os as noções construídas sobre a questão indígena no contexto amazônico na sociedade em rede, registra-se ser esta apenas uma das muitas possibilidades de olhares convidativos a serem lançados por outras iniciativas acadêmicas.

Restou fartamente demonstrada, nas duas primeiras seções deste trabalho, o papel determinante dos discursos oficiais institucionalizados pela historiografia e pela ciência ocidentais modernas na elaboração, reprodução e difusão de representações sociais hierarquizantes acerca dos povos ameríndios. O principal ativo da presente pesquisa está em debruçar-se sobre os conteúdos e as formas de produção e circulação dessas representações – em perspectiva de continuidade ou de ruptura – agora no contexto da dinâmica de redes virtuais e heterogêneas que concebem uma estrutura mundial invisível da sociedade em diferentes camadas. Nesse sentido, o recorte metodológico adotado, dentro de suas limitações, indicou a ocorrência de padrões dignos de registro e reflexão como caminhos a serem navegados na busca por compreender melhor esse emaranhado de possibilidades que são as Amazônias, sendo o primeiro deles o papel ainda preponderante da mídia como principal agenciadora dos temas

inscritos na ordem de discussões consideradas importantes por atores que aparecem como nós principais nas redes de comunicação e informação estabelecidas nas plataformas de mídias sociais na internet.

A visualização dos dados possibilitada pela Análise de Redes Sociais (ARS) constitui-se de forte indício da manutenção de grande concentração de poder – sobretudo “poder nas redes” (CASTELLS, 2017a) em torno dos perfis e das publicações de grandes conglomerados de mídia ou, ainda, de veículos nascidos e baseados na própria internet, que abordam temas relacionados à região, quase sempre partindo da problemática de cunho ambiental com repercussões sociais. Em todos os grafos analisados ao longo dos quatro meses de monitoramento sistemático do Twitter, os nós que apresentaram as métricas mais representativas de centralidade eram publicações dos próprios perfis de veículos jornalísticos de mídia ou *tweets* de usuários comuns que traziam citações e links de notícias da imprensa. Em torno desses nós, também se verificou o estabelecido de redes com maior densidade, coesão e modularidade que as estabelecidas ao redor de nós não vinculados a notícias.

O que se pode apontar como percepção, baseada nesse recorte temporal e circunstancialmente limitado pelas características da pesquisa com dados da internet, é que o processo de longo prazo por meio do qual a mídia se estabeleceu como espaço privilegiado de disputa pela prevalência de ideias e concepções político-econômicas segue em curso, mesmo diante das sucessivas crises de legitimidade que as instituições modernas das quais a imprensa faz parte têm vivenciado nas últimas décadas, tensões inclusive em parte decorrentes dos novos padrões de relacionamento desenhados pelas forças mundiais ora conectadas em rede. Há, no entanto, algumas transformações importantes nas características do processo comunicativo em sociedade resultantes principalmente da transformação tecnológica baseada na digitalização da comunicação que possibilitam compreender melhor o atual contexto em que se encontra a mídia atualmente. A autocomunicação de massa, caracterizada pela “articulação de todas as formas de comunicação em um hipertexto digital composto e interativo que inclui, mistura e recombina em sua diversidade toda a variedade de expressões culturais transmitidas pela interação humana (CASTELLS, 2017a, p. 102), se efetivou, entre outros aspectos, graças à globalização e concentração das empresas de mídia por meio da formação de conglomerados e redes e à formação de grupos empresariais multimídia cada vez mais convergentes às áreas de tecnologia da informação e comunicações. A internet, portanto, está no centro dessa mudança de paradigma comunicacional com amplas repercussões nas relações sociais e, em última instância, nas relações de poder cujos interesses e valores contraditórios constituem a sociedade.

Dessa primeira lição visualizada na análise das redes em torno da associação entre a expressão ‘Amazônia’ e as pautas incluídas na questão indígena em publicações no Twitter decorrem outras duas reflexões merecedoras de considerações. Em primeiro lugar, de acordo com a análise de sentimentos expressos nas postagens que ocuparam as posições centrais nos *clusters* das redes analisadas, veiculadas por ou a partir de informações da mídia, as expressões que caracterizaram as representações sociais sobre os povos ameríndios citados apresentaram forte tendência à neutralidade e, em menor grau, à favorabilidade em relação aos direitos dos povos indígenas ameaçados pelos fatos noticiados. Pouco mais de 4,7% das publicações incluídas na amostra dos dados de campo trouxe em seu conteúdo palavras ou expressões que contribuem para a manifestação de mecanismos de distorção, suplementação ou subtração – estruturas características do processo de formação das representações sociais (MOSCOVICI, 2009).

Devido às limitações do recorte necessário para tornar possível a pesquisa com dados da internet, conforme anteriormente discutido, não é possível deduzir, a partir desse elemento, que as publicações circulantes no Twitter abordam, por regra, a questão indígena amazônica de forma majoritariamente favorável ou neutra. O caráter relacional das redes jamais deve ser desconsiderado: o que a análise de sentimentos expressos nas publicações buscou capturar foi uma fotografia momentânea das associações feitas por usuários da plataforma de rede social entre as expressões ‘Amazônia’ e ‘indígena’ nas três línguas mais faladas nos países abrangidos pela região enquanto lugar geográfico. A leitura mais adequada a ser feita desse dado deve considerar, portanto, o caráter dinâmico e transitório das redes no universo digital para absorver tal indicativo como subsídio e, assim, propor novos e diferentes recortes de pesquisa social sobre as grandes questões das Amazônias na internet.

Em segundo lugar, a ausência quase total de conexões ou caminhos entre os *clusters* que representam graficamente as principais redes mapeadas ao longo dos quatro meses de monitoramento em torno das menções com associação entre a Amazônia e os indígenas apontam para um indicativo de que não houve, nesse período, atuação articulada e sistemática de nenhum ator social para potencializar o uso dessas redes a favor ou contra as pautas levantadas pelas temáticas abordadas nas publicações. As interações identificadas ocorreram, basicamente, em torno de fatos sucedidos na região que afetaram, em algum grau, indivíduos ou grupos indígenas que vivem na área de abrangência da floresta amazônica, sobretudo casos relacionados à conjuntura ambiental – desmatamento, mineração ilegal, incêndios florestais, manifestações políticas sobre questões ambientais – com repercussão direta ou indireta sobre grupos indígenas.

A frequente presença da palavra “*jungle*” no centro das nuvens de palavras mais utilizadas nas publicações coletadas pela ferramenta de monitoramento do Twitter reforça a tendência de atrelamento da questão indígena no contexto amazônico à problemática ambiental observada na análise do conteúdo dos *tweets* coletados entre agosto e novembro de 2019. Longe de ser despropositada, essa tendência percebida no ambiente virtual de interações em torno dessas temáticas é uma continuidade da associação inevitável entre elas na dinâmica off-line desde a década de 70, quando movimentos ambientalistas abraçaram a causa indígena e os movimentos indígenas, por sua vez, abriram caminhos para ter suas próprias vozes ouvidas na arena de debates mundiais sobre o binômio desenvolvimento/questões climáticas por meio dos espaços de fala e representatividade conquistados por correntes ambientalistas, conforme destacam os trabalhos de Silva (2013) e Pimenta (2004). Na perspectiva das várias Amazôniaas tipificadas na primeira seção deste trabalho, sugere-se que a associação repercute a representação social da Amazônia em tons de verde, baseada na ideia da região como reserva estratégica territorial e último reduto da vida selvagem do ecossistema tropical, sobretudo a partir do olhar externo à região e até mesmo aos países aos quais está geográfica e politicamente vinculada. Não é a toa que o termo, cuja tradução literal em português é “floresta”, aparece grafada em inglês – assim como a maioria dos tweets coletados na amostragem da ARS.

O predomínio de publicações escritas na língua inglesa (cerca de 600 das 1.167 menções citam os termos de pesquisa em inglês) sugerem, em primeira análise, uma apropriação mais significativa da associação entre as questões indígenas e a ideia de Amazônia como região posta no mundo. A ressalva aqui cabível traz à luz os limites interpretativos definidos pelo recorte dos critérios de pesquisa deste trabalho para lembrar que tal apontamento não é taxativo, carecendo, portanto, de estudos complementares com vistas a contemplar expressões de uso mais frequente em português e espanhol para referenciar as abordagens sobre a questão indígena nas redes sociais. A observação extraída desse achado se enquadra melhor como ponto de partida para uma reflexão necessária em torno da possibilidade de maior apropriação e ressignificação do termo ‘Amazônia’ por atores sociais ligados culturalmente à região, não em perspectiva de cabal confronto ou oposição aos sentidos expressos por atores exógenos, e sim como forma de ocupação de uma frente representativa de reorientação de representações sociais estereotipadas ainda circulantes nas redes que se formam e se desfazem a cada instante nas mídias digitais.

A busca por efetivação das vozes indígenas amazônicas enquanto protagonistas da reformulação de representações sociais a seu respeito tem avançado nas áreas da literatura e na produção de saberes científicos por meio das universidades e institutos de pesquisa, no esforço

de ocupar espaços de institucionalização de discursos na sociedade ocidental à qual foram integrados à força, espaços estes que lhes foram negados sistematicamente desde o desembarque da primeira caravela na costa amazônica. Ana Pizarro (2012) menciona a existência de iniciativas empreendidas na América Latina no sentido de oferecer ferramentas para que as próprias comunidades indígenas redijam seus textos, de acordo com o discurso da multiculturalidade, sem a necessidade de intermediários. A educação bilíngue e a possibilidade de difusão desses escritos por meio da internet, independentemente do interesse comercial de grandes editoras, se mostram aspectos fundamentais para o aumento da produção literária por autores indígenas. Na seara acadêmica, apesar de ainda estar muito distante do ideal em termos proporcionais de ocupação das vagas nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades públicas, é crescente o número de indígenas que acessam esses espaços de produção de saberes para se apropriarem das ferramentas da ciência ocidental e, a partir de suas cosmovisões, transformarem as noções até então construídas a partir do olhar não-indígena (REICHERT, 2019).

Ao chamarem a atenção para o fato de que um único *cluster* mapeado pela ARS em torno da associação entre as expressões ‘Amazônia’ e ‘indígena’ no Twitter trouxe como nó central um perfil diretamente vinculado a grupos indígenas ao longo dos quatro meses de 2019 definidos pela amostra, as considerações aqui elencadas trazem à tona a possibilidade aparentemente pouco explorada de uso das ferramentas e linguagens das plataformas de mídias sociais como instrumentos de mobilização social em torno das questões indígenas, de forma a ampliar o alcance das vozes indígenas para além dos círculos literários e acadêmicos. Na medida em que a exploração dos flancos abertos pelas contradições do processo de globalização, de maneira consciente, coordenada e estruturada, é capaz de conectar o local com o global por meio da internet, aponta-se aqui como uma perspectiva possível para efetivar a resistência também na dimensão virtual, utilizando a retomada da expressão ‘Amazônia’ como estratégia de visibilização das múltiplas discussões abarcadas pela questão indígena. Nesse sentido, a construção de redes estruturadas e propositais em torno da produção de sentidos relacionados a esse termo traz consigo o potencial de instaurar uma nova rede de indignação e esperança com contornos semelhantes aos delineados a partir da leitura de Castells (2017b) em relação a movimentos gestados e articulados por meio da internet e da comunicação sem fio. Ressalte-se o viés de possibilidade reforçado nessas considerações acima mencionadas, uma vez que a reflexão e a escolha de quais caminhos trilhar no universo de outras possibilidades disponíveis é prerrogativa dos representantes dos movimentos sociais indígenas, lugar de fala este que não pertence ao autor deste trabalho de pesquisa.

Como parte do exercício procedimental previsto pela terceira fase de análise da Teoria Fundamentada – a procura por categorias mais amplas, abstratas e abrangentes em torno do fenômeno ou objeto estudado – buscou-se trazer para a discussão sobre as perspectivas de uso das plataformas de mídia digital como instrumentos de emancipação e projeção das pautas indígenas no cenário político e cultural global uma voz dissonante do tom entusiasta diante das possibilidades atribuídas à internet. Crítico mordaz da essa ideia de que capitalismo tecnológico e cidadania são aliados, o pesquisador e escritor bielorrusso Evgeny Morozov (2018) adjetiva como ingênua e utópica a visão da internet como uma rede global democratizante e potencialmente libertária, tal como teorizou Marshall McLuhan na concepção da noção de aldeia global, e argumenta que o neoliberalismo do Vale do Silício, como ficou conhecida a região da Califórnia, nos Estados Unidos, onde estão instaladas as maiores empresas globais de tecnologia, vendido como a materialização de uma contracultura mundial, sobrepôs a identidade de consumidor à de cidadão e provocou uma profunda confusão entre a realidade e a internet.

O discurso de promoção da mobilidade social das classes inferiores por meio da tecnologia, que o autor denomina de “retórica da emancipação por meio do consumo” (MOROZOV, 2018, p. 19) tem sido tão eficaz que qualquer crítica ao Vale do Silício passou a ser encarada como uma espécie de heresia pós-moderna. Tal sustentação corrobora com a ideia de que toda a liberdade e emancipação oferecida como dádiva pela tecnologia é, na verdade, um véu que encobre e mascara aspectos deletérios decorrentes desse modelo tecnológico predominantemente americano: em vez de liberdade, o acesso que tais empresas têm aos dados ali depositados pelos usuários redundam em uma espécie de redoma invisível que torna rarefeitos os contornos da privacidade e induz esses mesmos usuários a tomarem decisões com base nos interesses ocultos do mercado, utilizando, para isso, estímulos baseados em tudo o que plataformas como o Facebook e o Twitter sabem sobre seus desejos, fragilidades e ansiedades. Repensar o modelo de gestão e de organização da infraestrutura de comunicação requer, para Morozov (2018, p. 23), um movimento de “pensar fora da internet”, observando-se aspectos peculiares e meticulosos da economia e da geopolítica em torno das empresas de tecnologia que controlam essa dinâmica da comunicação em rede, como o Facebook, o Google, a Amazon, a Apple e a Microsoft, entre diversas outras.

Independentemente de predominarem visões apocalípticas ou integradas em relação às novas tecnologias da comunicação e de informação, o que se pode afirmar sobre o fenômeno da comunicação mediada pela internet é que, de tão recente, ainda não é possível chegar a conclusões mais sólidas sobre suas repercussões para a vida em sociedade. Sabe-se, por estudos

pioneiros (RHEINGOLD, 1994; PALACIOS, 1996; WELLMAN, 1997; JONES, 1997), que a formação de comunidades on-line possui características e motivações próprias, relacionadas a interesses e valores em comum discutidos e manifestados publicamente. O que resta esclarecer ainda, por meio de mais estudos empíricos nesse sentido, é o grau de sociabilidade existente nessas redes eletrônicas e que efeitos culturais estão sendo produzidos a partir dessa nova forma de comunidade, que surge como uma resposta à consolidação do individualismo frente às mudanças socioculturais e políticas em todo o mundo, tal como já discutido no corpo deste trabalho. Ao abandonar a associação entre comunidade e a existência de uma base territorial, que havia dado sentido às definições de comunidade até a era moderna da história, o lugar no qual as relações comunitárias são estabelecidas é deslocado para o ciberespaço. Esse ciberlugar, por sua vez, não é o que define o eixo da comunicação em rede, e sim seu suporte. A associação ocorre, portanto, a partir dos tópicos de interesse, gerando laços mais fortes ou mais fracos, a depender do grau de solidariedade entre os nós.

Uma das características mais marcantes da sociedade em rede consolidada pelo processo de globalização – a dissolução das fronteiras tradicionalmente impostas pelos constructos ideológicos, econômicos e socioculturais em torno da ideia de nação – não é nenhuma novidade para as sociedades indígenas. Tal constatação se revela mais uma entre as diversas contradições expostas pelas mudanças estruturais experimentadas no seio da sociedade ocidental como reflexo das grandes revoluções e do domínio da lógica do capital como modelo de desenvolvimento e civilização. Por séculos taxadas inadvertidamente como bárbaras, selvagens, primitivas e incivilizadas, as sociedades indígenas que vivem há milênios na região amazônica têm muito a ensinar às sociedades ocidentais sobre as possibilidades de fluidez de fronteiras geográficas e culturais transnacionais sem que isso represente o apagamento dos traços identitários de um grupo social, tendo como perspectiva principal o enriquecimento por meio da troca e do entrelaçamento de experiências. Nesse sentido, de modo complementar à Análise de Redes Sociais (ARS) empreendida como principal caminho metodológico da presente pesquisa, a observação direta das dinâmicas de interações no Twitter em torno de *hashtags* associadas a diversas frentes de atuação dos movimentos indígenas nos países amazônicos ao longo de 2019 demonstrou que a associabilidade e a mobilidade que desconhece fronteiras ocidentais marcam igualmente as feições da presença indígena nas mídias digitais.

A despeito de não figurar no eixo central de preocupações da presente pesquisa em razão de carecer de maior refinamento metodológico como exercício do método etnográfico em ambientes de interação virtual, o acompanhamento aleatório de interações protagonizadas por perfis de associações e entidades indígenas ou ligadas ao movimento indígena no próprio

ambiente do Twitter em torno de *hashtags* como #demarcaçãojá #nenhumagotaamenos #marchadasmulheresindígenas #vidasindigenasimportam e #abrilindígena, entre outras, demonstrou haver interlocução e intercâmbio de capital social entre representantes de diversas etnias dos países amazônicos, não havendo necessariamente a vinculação dessas mobilizações à expressão ‘Amazônia’ ou apenas aos grupos indígenas que habitam os estados abrangidos pela floresta amazônica.

A perspectiva aberta diante desse olhar preliminar sugere, como proposta de desdobramento da presente pesquisa, um estudo etnográfico mais aprofundado acerca das mobilizações coordenadas e integradas por movimentos sociais indígenas de toda a América Latina, haja vista a aparente intersecção entre as principais pautas por eles eleitas, com destaque para a defesa de seus territórios tradicionalmente habitados em face da pressão exercida por interesses econômicos de importantes forças programadoras de redes globais. Assim, em lugar de se apresentar como perspectiva encerrada, a presente dissertação propõe como legado o lançamento de alicerces teórico-metodológicos para que mais pesquisadores afeitos à interdisciplinaridade se lancem ao desafio de avançar, cada vez mais, em direção à compreensão, nas palavras de Marilene Corrêa da Silva (2013, p. 180), da Amazônia como “confluência de lugares e caminhos do mundo que demonstram a complexidade de envolvimento entre o local e o global” também em suas dinâmicas no ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Coleção o Brasil visto por estrangeiros. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia**. Manaus: Edua, 2012.

ACESSO à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

ACESSO à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2014/default.shtm>. Acesso em: 10 set. 2017.

ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Agir. Rio de Janeiro. 1994.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANCO Mundial. **América Latina indígena no século XXI**. Washington, DC: Banco Mundial, 2015.

BANCHS, Maria Auxiliadora. Representaciones sociales, memoria social e identidad de género. **Akademios**, Caracas, n. 2, v. 1, p. 59-76, 1999. Disponível em: http://www.insumisos.com/bibliotecanew/representaciones_sociales_memoria_identidad.pdf. Acesso em: 07 mai. 2020.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. Lições sobre o cotidiano: a construção teórica para a análise científica do cotidiano. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 19 (53), 2005.

BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, 2005, vol.19, n.54, pp.225-240. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200013&script=sci_abstract. Acesso em: 11 mai. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Tratado de Cooperação Amazônica**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1978.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BUENO, Magali Franco. Natureza como representação da Amazônia. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 23, p. 77-86, jan./jun. de 2008.

CABECINHAS, Rosa; LIMA, Marcus E. O.; CHAVES, Antônio M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda e M. I. João. (Eds.), **Identidades Nacionais em Debate** (pp. 67-92). Oeiras: Celta, 2006. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6165/1/Cabecinhas-Lima-Chaves-2006.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo; SOUZA, Oswaldo Braga de. **Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Descubrimiento del rio de las amazonas** *apud* José Toribio Medina. Edição de Sevilla, 1984. In: MEDINA, Juan B. Bueno. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/descubrimiento-del-rio-de-las-amazonas--0/html/0039c0ae-82b2-11df-acc7-002185ce6064_7.html#I_0. Acesso em: 11 mar. 2020.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792). In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de;

NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). **A Amazônia dos viajantes: história e ciência**. Manaus: Edua, 2011.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O poder da comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2017b.

_____. **A Sociedade em Rede**. 20. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CORBIN, Juliet.; STRAUSS, Anselm. Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. **Qualitative Sociology**, Vol. 13, N. 1, 1990.

COSTA, Roseane Guimarães Cabral. **Territorialidade e condições de vida dos indígenas Cocama da comunidade Nova Esperança de Manaus/AM**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4287>. Acesso em: 11 mai. 2018.

CARDOSO, Tarcísio; SANTAELA, Lucia. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **MATRIZES**. São Paulo, v. 9, nº 1 jan./jun. 2015, pp. 167-185. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p167-185>. Acesso em 20 dez. 2020.

CRISTÓVÃO, Fernando. **O mito do “novo mundo” na literatura de viagens**. Revista USP, São Paulo, n. 41, p. 188-197, mar/mai 1999.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. (1722-1776). V. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. vol. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **A sociedade da corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Escritos & ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação: Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FAJARDO, Gerardo Andrés Godoy. O mito das Amazonas. **Revista Hispanista**, v. 15, n. 60, jan-mar. 2015.

FERREIRA, Lucimar Luisa. **Vozes indígenas na rede digital**: discurso e autoria em blogs. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271061>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan Melo de. **Amazônia**: Viagem das ideias. 3. ed. Manaus: Valer, 2008.

_____. **Amazônias**: perspectivas para o século XXI. Conferência pronunciada na abertura do II Encontro Norte da SBS, Belém, setembro de 2010.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Microfísica do poder**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio**: a formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi: Terceiro Nome, 2000.

GELLNER, Ernst. **Nações e nacionalismos**. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1993.

GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrol**e. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Sociologia**. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GLASER, Barney G. Remodeling Grounded Theory. **Forum: Qualitative Social Research**. Volume 5, n. 2, Art. 4, mai 2004.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The Discover of Grounded Theory**: strategies for qualitative research. New Brunswick: Transaction Publishers, 2006. Disponível em: http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser_1967.pdf. Acesso em 13 out. 2020.

GOFFMANN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDEMBERG, José; BARBOSA, Luiz Mauro. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954. Acesso em: 15 mar. 2020.

GOMES JÚNIOR, Jonas da Silva. Imaginários, Representações e Amazônia: análise da construção de sentidos nos discursivos das ONGs Greenpeace e WWF. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 5, p. 597-633, ago. 2018.

GOUDSBLOM, Johan. **Fuego y Civilizacion**. Santiago do Chile: Editorial Andres Bello, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Tradução de Noênio Spínola. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.

_____. **Theory of Communicative Action volume one**: Reason and the Rationalization of Society. Boston, Mass.: Beacon Press, 1984b.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Ano IX, n. 17, 2007, p. 19-46. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Acesso em: 14 jan. 2018.

HALL, Stuart. **O Ocidente e o Resto**: discurso e poder. Projeto História, São Paulo, n. 56, mai-ago, 2016, p. 314-361. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30023/20834>. Acesso em: 24 abr. 2018.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**. Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. Lendas do Novo Mundo. In: PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras, 2001.

JAPAN. Ministry of the Environment site. **Natural Park Systems in Japan**. [2018?]. Disponível em: <https://www.env.go.jp/en/nature/nps/park/doc/files/parksystem.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In JODELET, Denise. **Les Représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao. Acesso em: 24. mai. 2020.

_____. Pensamiento social e historicidad. **Relaciones**, México, v. 24, n. 93, p. 97-114, 2003.

_____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Universidade de Brasília, vol. 24, n. 3, septiembre-diciembre, 2009, pp. 679-712.

JONES, Quentin. Virtual-Communities, Virtual Settlements & Cyber-Archaeology – A Theoretical Outline. In: **Journal of Computer Mediated Communication**. vol. 3 n. 3. Dez., 1997. Disponível em: <http://jcmc.huji.ac.il/vol3/issue3/jones.html>. Acesso em 02 dez. 2018.

KADUSHIN, C. **Understanding social networks**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KARNAL, Leandro. Os textos de fundação da América: a memória da crônica e a alteridade. **Revista Ideias**, Campinas, ano 11, n.1, 2004, p. 9-14.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas**. Coleção o Brasil visto por estrangeiros. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. **Revista de Antropologia**, v. 40, n. 1, p. 149-164, 1 jan. 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: O que Você Precisa Saber sobre Os Povos Indígenas no Brasil Hoje**. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, vol. 1. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

MANN, Michael. **The sources of social power**. v. 1. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1992.

_____. **The sources of social power**. v. 2. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1993

MARTINO, Luís Mauro de Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MATURANA, Humberto.; VARELA, Francisco. **Autopoiesis and cognition: the organization of the living**. Boston: Reidel, 1980.

McCORMICK, Jonh. **Rumo ao Paraíso: A história do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. Trad. Sérgio Milliet. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Hucitec, 1987.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Pelo Índio, e Pela Raça**. Jornal do Comercio, Manaus, 18 abr. 1967. p. 2.

_____. **O Estado Social do Índio Brasileiro**. (fac-similado). Coleção Documentos da Amazônia. n. 20. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

_____. **Índio, meu irmão**. Jornal do Comercio, Manaus, 23 e 24 out. 2006. p. 106.

MORAES, Fernando Dreissig de. **Ciberespaço entre as redes e o espaço geográfico: algumas considerações teóricas**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 14, n. 47, Set/2013, p. 139–149. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/21779>. Acesso em: 7 mai. 2018.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 8. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO. 2003.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOSCOVICI, Serge. Notes toward a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, p. 211-250, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>. Acesso em: 07 jun. 2020.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45-66.

_____. Consciência social e sua história. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 283-303.

_____. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. (vc cita essa referencia no cap 3 como GOMES e MINAYO. É isso mesmo?)

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses: Conversa sobre a origem da cultura brasileira**. São Paulo: Angra, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Trad. P. C. L. Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Assim falou Zaratustra**. Trad. P. Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 1999.

_____. **Crepúsculo dos ídolos, ou, como filosofar com o martelo**. Trad. M. A. Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **Obras incompletas**. Trad. R. R. Torres Fº. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

NUNES, José Horta. **Discurso e Instrumentos Linguísticos no Brasil: Dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários**. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Linguística do Instituto da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1996. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/264149043/Discurso-e-instrumentos-linguisticos-no-Brasil-Nunes-Tese-pdf>. Acesso em: 18 mai 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PALACIOS, Marcos Silva. **Cotidiano e Sociabilidade No Cyberespaco**: Apontamentos Para Uma Discussão. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José. (Org.). O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro, 1996, p. 87-104. Disponível em:

<http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/hipertexto/biblioteca/palacios.pdf>. Acesso em 10 dez 2019.

PARSONS, Talcott. **On the Concept of Political Power**. Proceedings of the American Philosophical Society, 107(3), 1963, p. 232-262.

PASSMORE, D. **Social Network Analysis**: Theory and Applications. Online, 2011.

Disponível em: <www.asecib.ase.ro/mps/SocNet_TheoryApp.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

PIMENTA, José. Desenvolvimento sustentável e povos indígenas: os paradoxos de um exemplo amazônico. **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 115-150.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PORTARIA Interministerial MJ e MEC nº. 559 de 16 de abril de 1991. In: MAGALHÕES, Edvard Dias (Org.) **Legislação indígena brasileira e normas correlatas**. 2. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

POSTMAN, Neil. **Amusing Ourselves to Death**: Public Discourse in the Age of Show Business. New York: Penguin Books, 1985.

PRIMO, Alex. **Interação Mediada por Computador**: Comunicação, Cibercultura, Cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. A “Selvagem Independência”: razão, pátria e colonização em duas viagens à Amazônia – Alexander Von Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira.

História Social, 1(10), 35-54. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/327>. Acesso em: 08 set. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em:

<https://ria.ufrn.br/123456789/1661>. Acesso em: 11 nov. 2019.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 157-182, dez. 1998. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel.; ZAGO, Gabriela. **Em busca das “redes que importam”**: redes sociais e capital social no Twitter. *Líbero*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 81-94, dez. 2009.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes para Mídia Social**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

REICHERT, Inês Caroline. Prospecções: doutores indígenas e a autoria acadêmica indígena no Brasil contemporâneo. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 17-48, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/550/480>. Acesso em 10 mai. 2021.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Um mundo em mudança**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

RHEINGOLD, Howard. **La Comunidad Virtual**: Una Sociedad sin Fronteras. Colección Límites de La Ciencia. Barcelona: Gedisa Editorial, 1994.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1112/000746688.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

RICCI, Magda. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). **Boletín Americanista**, Año LVIII, n. 58, Barcelona, 2008, p. 77 – 95.

RIVAS, Marta Lucía Vélez. Comunidades indígenas del trapecio amazónico colombiano: imaginarios sociales y turismo. **Via Tourism Review**, 15 | 2019, mis en ligne le 22 novembre 2019, consulté le 02 juillet 2020. URL : <http://journals.openedition.org/viatourism/3445> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/viatourism.3445>

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto. **Comunicação e meio ambiente na Amazônia:** recepção e mediação do discurso conservacionista em Mamirauá. Manaus: Editora Valer, 2013.

SAFIER, Neil. **Como era ardiloso o meu francês:** Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, p. 91-114.

SANTAELLA, Lúcia.; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais:** a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação social e a relação indivíduo-sociedade. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 133-142, dez. 1994. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Técnica, Espaço-Tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SEGEL, Edward, HEER, Jeffrey. Narrative visualization: Telling stories with data. **IEEE Transactions on Visualization and Computer Graphics**, v. 16. n. 6, 2010, p. 1139-1148. Disponível em: <http://vis.stanford.edu/files/2010-Narrative-InfoVis.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

_____. **Metamorfoses da Amazônia.** 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2013.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear em rede. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN DIJK, Jan A. G. M. **The network Society**. Londres: SAGE Publications Limited, 2006. Disponível em: http://www.forschungsnetzwerk.at/downloadpub/The_Network_Society-Jan_van_Dijk.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

VAYNERCHUK, Gary. **Jab, Jab, Jab Nocaute**: como contar sua história no disputado ringue das redes sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WELLMAN, Barry. An Electronic Group is Virtually a Social Network. In: KIESLER, S. (org.) **Culture of Internet**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1997, p. 179-205.

WACHTEL, Natan. **Sociedad e Ideología**: ensaio de historias y antropología andinas. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2017.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. São Paulo: Itatiaia, 1979.

WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine. **Social Network Analysis**: Methods and applications. 1. ed. Cambridge University Press, 1994.